

A Assembleia da República discutiu o estado da Nação

## RESUMO

### 24 Quarta-feira

Carlos Carvalhas é recebido por António Guterres e Sousa Franco, para discutirem o projecto do PCP sobre o aumento das pensões e reformas ■ O ministro da Agricultura rejeita uma proposta da presidência da UE que pretendia reduzir cinco por cento das ajudas comunitárias em troca do aumento de cinco por cento da quota de produção de azeite ■ D. Ximenes Belo reúne-se com o presidente indonésio, que lhe anuncia que está a estudar uma «retirada gradual» das suas tropas de Timor-Leste ■ Regista-se um aumento dos combates na Guiné-Bissau.

### 25 Quinta-feira

Carlos Carvalhas participa num comício pela despenalização do aborto, no Porto ■ O pessoal auxiliar de saúde faz greve ■ Soldados senegaleses que apoiavam o presidente da Guiné-Bissau abandonam os seus postos e tentam sair do país ■ Realizam-se eleições legislativas na Irlanda do Norte para a nova assembleia ■ Em Espanha, o vereador do PP em Rentería, Manuel Zamarreno, é morto pela ETA ■ Bill Clinton inicia uma visita à China.

### 26 Sexta-feira

O PCP encerra a sua campanha pelo «Sim» no Referendo, no Forum Lisboa ■ O Conselho de ministros da Agricultura da União Europeia aumenta a quota portuguesa de azeite ■ O Governo anuncia as alterações à fiscalidade automóvel ■ Na Guiné-Bissau, o presidente Nino Vieira afirma que só aceita negociar com os rebeldes, se as hostilidades forem interrompidas ■ Na Argélia, milhares de pessoas manifestam-se em Tizi Ouzou contra a implantação do uso generalizado da língua árabe em todo o país e o assassinio do cantor berbere Lounés Matoub.

### 27 Sábado

O ministro dos Negócios Estrangeiros portugueses, juntamente com o seu homólogo angolano, tenta negociar uma saída pacífica para o conflito guineense ■ Uma pessoa morre e várias ficam feridas em confrontos entre timorenses independentistas e pró-integração,

em Díli, durante a visita de uma delegação da UE ao território ■ É confirmada a morte do mediador da ONU no processo de paz em Angola, Alioune Beye, em consequência de um acidente de avião ■ Um sismo violento na cidade turca de Adana provoca cerca de cem mortos.

### 28 Domingo

Os portugueses são chamados a decidir, em referendo, sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez ■ Em Díli, milhares de timorenses manifestam-se pela realização do referendo e a saída das tropas indonésias do território ■ Na Guiné-Bissau, o presidente Nino Vieira acorda em iniciar as negociações directas com os rebeldes.

### 29 Segunda-feira

O ministro da Administração Interna apresenta um plano especial para o patrulhamento da costa ■ O BPI compra o Banco Universo ■ Em Díli, duas pessoas morrem e várias ficam feridas em incidentes com forças policiais ■ A UE adia a aplicação das últimas sanções à Unita decretadas pelas Nações Unidas ■ Cuba é admitida como observador na Convenção de Lomé, dos países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) ■ Entra em vigor, na Irlanda do Norte, a amnistia para os paramilitares que entreguem as suas armas.

### 30 Terça-feira

O estado da Nação é discutido na Assembleia da República ■ Realizam-se eleições autárquicas em Moçambique ■ A União Europeia pede às autoridades indonésias um inquérito rigoroso sobre incidentes em Baucau ■ O dirigente da resistência timorense, Ramos Horta, defende em Nova Iorque o congelamento temporário de todas as conversações sobre o estatuto de Timor-Leste ■ No Iraque, um míssil norte-americano, alegadamente disparado na sequência de uma perseguição a caças britânicos por radares iraquianos, acerta em depósito de água potável em área onde não existem unidades militares em actividade ■ Ministros dos Negócios Estrangeiros dos PALOP condenam tentativa de golpe de Estado na Guiné-Bissau ■ Atentado à bomba no centro de Atenas fere dois polícias.

## EDITORIAL

# Referendo, referendos

**A** cabado de sair de um processo referendário, o País está já envolvido noutra. Desta vez com o recurso à modalidade de dois em um. A intenção de realizar simultaneamente dois referendos evidencia mais uma vez a forma irresponsável com que o PS - devidamente escoltado pelo PSD e pelo PP - continua a encarar estas questões. Espera-se que o Presidente da República, usando as suas competências, não convoque os dois referendos para realização simultânea. Pretender juntar, no mesmo acto, as respostas à Regionalização e à Europa, revela a clara intenção, dos autores da decisão (PS, PSD e PP), de baralhar dados, confundir pessoas, manipular consciências. A simultaneidade conduzirá a uma situação que não permite o esclarecimento do eleitorado sobre o verdadeiro conteúdo de cada uma das questões referendadas. Se votar em simultâneo é, já por si, coisa complexa e difícil para grande parte do eleitorado, mais complexo e difícil é esclarecer em simultâneo. A acrescentar a isto há ainda a mais que duvidosa constitucionalidade da simultaneidade, já que, segundo a Constituição, cada referendo deve recair sobre uma só matéria.

**É** visível o receio dos que querem o referendo simultâneo: receio de, num referendo sobre a Europa, a abstenção atingir níveis jamais vistos, o que os leva a utilizar «a regionalização como motor» de mobilização do eleitorado «para as questões europeias»; e receio do próprio resultado, patente na caricata, insultuosa e manipuladora pergunta que mais não visa do que encurrular o eleitorado na opção de responder «Sim» ou «Não». De facto, os portugueses vão ser chamados a «decidir» o que já está decidido - e de tal forma que, votem os eleitores que votarem, ganhe quem ganhar, a «vitória» da pergunta maquinada pelo PS, pelo PSD e pelo PP está assegurada. Mesmo se o Não vencer Guterres já disse que «assumirei as minhas responsabilidades». Com a mesma «humildade» com que «leu» os resultados de 28 de Junho?... Este referendo constitui uma flagrante exibição de cinismo e de desrespeito pela inteligência dos portugueses. Disse o Dr. Mário Soares que «as questões europeias deviam ter sido referendadas antes do Tratado de Maastricht, ou antes da assinatura do Acto Único. Agora não faz sentido». Pois é... e, por sinal, o PCP propôs isso mesmo na devida altura. Só que o PS e o PSD, receando os resultados, opuseram-se...

**S**urge tudo isto, como acima se disse, na imediata sequência do referendo de 28 de Junho, sobre o qual importa deixar aqui algumas considerações.

As declarações proferidas por dirigentes vários do PS e do PSD na noite do Referendo, retratam bem a postura dos referidos partidos em todo o processo. Dir-se-ia estarmos a assistir a um festival de ginástica dedicado à modalidade da cambalhota. Paulo Portas excedeu-se: inicialmente, quando pensava que o Sim iria ser maioritário, contestou com veemência quer a realização do referendo quer a validade do previsível resultado. Para ele, o referendo (decidido por proposta pressionada do PSD, entusiasticamente apoiada pelo PP e decisivamente admitida pelo PS) era a demonstração cabal do distanciamento de «algumas elites políticas» em relação ao povo. O elevado índice de abstenção (que ele desavergonhadamente transformava em votos Não) confirmava, segundo Portas, que

os portugueses estavam preocupados com problemas outros que nada tinham a ver com o que era objecto de referendo. Mal a situação se alterou e a vitória do Não começou a desenhar-se eis que o discurso de Portas mudou: o referendo passou a ser útil, válido, indicativo, vinculativo, imperativo: e a elevada abstenção passou para terceiro plano. Em resumo: o resultado do referendo contaria de forma imperativa no caso da vitória do Não e de nada valeria se o Sim vencesse.

**I**mporta sublinhar o silêncio e a ausência do PS, enquanto tal, na campanha. Este assobiar para o ar não resultou, no entanto, de qualquer distração ou ingenuidade. Pelo contrário, foi preparado com a conta, o peso e a medida necessários. O PS, enquanto partido, e o engenheiro Guterres, enquanto secretário-geral do PS, foram decisivos apoiantes dos defensores do Não. Pelo que têm direito a lugar de honra no grupo dos responsáveis pela continuação do aborto clandestino e por todas as consequências de tal situação. É curioso verificar, a

propósito, que todos os partidos que decidiram a realização do referendo se demitiram de intervir na campanha e que só o PCP - o único que se opôs ao referendo - deu a cara e interveio com uma campanha própria.

**P**arte considerável das pessoas que votaram Não fê-lo condicionada e pressionada pela brutal campanha de terrorismo psicológico desencadeada pelos defensores do Não, nomeadamente pela Igreja que prolongou a sua cruzada fundamentalista até às missas do próprio dia do referendo, violando a lei num abuso escandaloso de pretensas

prerrogativas que lhe seriam conferidas pela Concordata. É legítimo presumir que muitas dessas pessoas ainda hoje estão convencidas que votaram «contra o aborto» e que os que votaram Sim o fizeram «a favor do aborto». Esta foi seguramente a maior mistificação produzida pelos adeptos do Não.

**E**m declaração produzida na noite de domingo, Carlos Carvalhas afirmou: «O resultado do referendo cria mais dificuldades ao decidido combate ao aborto clandestino que é um problema social e humano e também um grande problema de saúde pública a que não se pode fechar os olhos.»

E mais adiante: «Compreender-se-á que o PCP (...) se orgulhe da contribuição que deu neste combate contra o aborto clandestino, como se espelha na circunstância de as mais altas votações pelo Sim terem sido alcançadas nas regiões de maior influência eleitoral do PCP.»

A terminar, declarou: «Queremos saudar muito especialmente os militantes e organizações do PCP que estruturaram e deram vida a uma intensa e forte intervenção do PCP nesta batalha, permitindo que o PCP honrasse as responsabilidades que lhe cabiam como principal protagonista, no plano político-partidário, da luta pela despenalização do aborto. O PCP prosseguirá com empenho o combate por esta justa causa.» Eis a diferença entre quem combate de facto o aborto clandestino - e por isso apelou ao Sim - e os que, na hora em que comemoravam com cânticos a vitória do Não, sabiam que várias mulheres davam entrada em urgências de hospitais em consequência de abortos clandestinos.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socorro Pereira Gomes  
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.º-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE'X  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,  
1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira.  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Tel.: (01) 923 89 00  
Campo Raso — 2710 Sintra  
Depósito legal nº 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## Para a acta

Não é que sejamos santos, mas acredite-se que o que vem a seguir não é uma retaliação ditada pelo ressentimento face à vitória tangencial do «não» mas apenas a incontida vontade de ditar para a acta deste referendo coisas que não devem ficar esquecidas.

Assim, não deve ser esquecido que no «Expresso» saído no dia de reflexão (com a data falsa do dia anterior), Fernando Madrinha, subdirector do jornal, ainda conseguia escrever que «ajuizar sobre o que há-de fazer um casal, ou, como acontece na maior parte dos casos, uma mulher só e aflita, acerca de uma gravidez indesejada - eis o último dos assuntos que devia ser chamado à praça pública para debate, reflexão e decisão política com uma cruzinha no rectângulo de papel».

E também não deve ser esquecido que é como fruto desta mesma estupidez ou má-fé que procurou fazer crer que no passado domingo íamos ajuizar sobre o que «há-de fazer» um «casal» ou «uma mulher», que a revista do «Expresso» (que notavelmente conseguiu ignorar qualquer cartaz ou imagem de tempo de antena do PCP) era em grande parte dedicada a questões de maternidade e até trazia uma

página com uma lista para contactos com serviços de ajuda à gravidez, coisa muito inocente em véspera do referendo.

Para já não falar nas centenas de vezes que jornalistas (muitos certamente apoiantes do sim) identificaram descuidadamente o referendo como sendo «o referendo sobre o aborto», não deve sobretudo ser esquecido que, nos três canais de televisão, os espaços noticiosos relativos à campanha do referendo foram a maior parte das vezes absurdamente identificados ou assinalados com slides, grafismos ou imagens de barrigas com oito meses de gravidez, de amálgamas de fetos ou de ecografias tremelucantes, tudo coincidindo objectivamente com a simbologia da campanha do não.

Como imperecível exemplo do que é a desonestidade e a falta de escrúpulos em política, não devem ser esquecidas as clamorosas piruetas argumentativas de Marcelo Rebelo de Sousa e de Paulo Portas em torno das consequências da abstenção e do carácter não vinculativo do referendo, consoante falavam quando previam que o sim ganhasse ou quando falavam no momento em que já era certa a vitória do não.

Igualmente não deve ser esquecido que não faltaram bispos, prelados e personalidades políticas que, no próprio dia da votação, violaram o dever de contenção que a lei e uma elementar cultura democrática impõem até ao fecho das urnas e que o fizeram com impacto nacional graças a uma invertebrada cumplicidade de rádios e televisões, sendo indispensável acrescentar que quase toda a emissão do serviço público de televisão, entre as 18 e as 19 horas, constituiu deste ponto de vista um verdadeiro caso de polícia.

E já agora que ninguém esqueça que, na segunda-feira, o «Público», em cinco textos dedicados a cinco «caras da campanha» pelo sim (Sousa Pinto, Odete Santos, Carlos Carvalhas, Helena Roseta e Albino Aroso) só a duas «caras» - Odete Santos e Carlos Carvalhas - aplicou a expressão «derrota» («pesada» e «amarga»).

Mas paciência, talvez um dia o «Público» descubra que o PCP, que teve 8,6% nas últimas legislativas, lutou honrosamente por uma causa que recebeu 49% dos votos expressos.

■ Vitor Dias

## Que fazer com este voto?

Tratada quantas vezes ao longo da História como símbolo do amor e da beleza, outras tantas como fonte de luxúria e mal do mundo, o certo é que a mulher tem no seu ventre o dom da fertilidade, nos seios a possibilidade de alimentar os filhos durante os primeiros tempos de vida, no coração a enorme capacidade de os acolher, entender e amar.

Mas a condição da mulher, levada a referendo no último fim-de-semana, foi maltratada por uma velha e impositiva cultura, preconceituosa e injusta. Não só a sua liberdade, também a sua dignidade foi a votos. Por uma unha negra perdeu a votação. Triste vitória a do «Não» que nada mais significa se não manter aberta essa gravíssima chaga social que é o aborto clandestino de massas.

E agora?

Nestes dias seguintes à votação - dias, meses, anos? - em cada um deles se ouvirá o clamor das muitas mulheres condenadas à angústia, vergonha, medo de maus tratos, a juntar-se à enorme e irremediável pena de perder a criança que não pode ter. Continua assim uma enorme e antiquíssima repressão sobre a mulher. Indigna da nossa história mais recente

E, no entanto, o problema esteve à beira da resolução: uma lei de despenalização da mulher estava aprovada na Assembleia da República, ao fim de muitos anos de esforços pela nossa parte. Este referendo não só não era necessário como constituiu uma autêntica sabotagem montada pela direcção do PSD com prestimosa acolhimento dos dirigentes do PS. Mas este referendo - emblemático a todos os títulos, até por ser o primeiro - acabou por ser ele próprio referendado pelo soar da enorme trombeta que por vezes dita a vontade popular. E foi massivamente rejeitado - por abstenção. Com essa esmagadora abstenção o povo votante devolveu à Assembleia da República a responsabilidade que lhe cabe de legislar. Para isso a elegeu.

Ser responsável é saber responder. Penoso é que, na actual composição, a Assembleia demonstre não estar à altura das suas responsabilidades.

Mais de 1 milhão e 300 mil votos reclamaram no passado domingo «a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada por opção da mulher nas primeiras 10 semanas».

Que fazer com esses votos?

Não foram votos perdidos. Cada um deles fica como uma pedra branca a marcar o caminho desta velhíssima luta pelo respeito da mulher e da sua dignidade. E nada ficará como dantes.

Como disse Marguerite Yourcenar num dos seus mais belos contos, «o tempo é um grande escultor». Com todas as amarguras e os sofrimentos impostos pelo adiamento da possível e concreta solução deste problema, ele acabará por ter de ser resolvido. Mas, para isso, é necessário não baixar os braços, não calar as vozes, é preciso continuar a reinventar em cada etapa as formas desta indispensável luta pela justiça, neste gravíssimo problema humano. Esse é o nosso compromisso. Alargável a todos os que conosco participaram nesta batalha política, social e cultural.

A propósito da relação homem-mulher, Engels dizia que o amor não foi inventado, é uma longa elaboração dos seres humanos no caminho da felicidade. E descobriu que entre os aborígenes sul-americanos havia uma expressão portuguesa, «filhos do amor», para designar crianças nascidas da paixão entre um português e uma Índia. Nesta época de evocação dos oceanos bom seria podermos legislativamente navegar para todos serem filhos do amor.

■ Aurélio Santos

# ÁFRICA

## Saudosismo e aventura

As declarações produzidas por Cavaco Silva no Bombarral no passado dia 26 de Junho, a propósito dos acontecimentos na Guiné-Bissau, são de tal reacção colonialista e de um tão indistigável pendor colonialista e intervencionista que não podem passar sem o mais veemente protesto e firme denúncia.

Cavaco Silva reclama um «papel mais activo» de Portugal em África e particularmente nos países africanos de expressão portuguesa, «para que outros não ocupem o lugar que a história apontou, e que de alguma forma pertence a Portugal», acrescentando mais adiante que «se trata de defender os bens e haveres que os portugueses construíram ao longo de muitos anos» (não sic). Ao falar como falou, o tal que nunca tem dúvidas e raramente se engana, teve o mérito de tornar mais claro o pensamento e os propósitos de fundo neocolonialista que animaram a «política africana» dos governos do PSD e que tiveram em Durão Barroso um obreiro destacado. Tais declarações arrumam Cavaco e o cavaquismo no rol dos saudosistas do passado colonial; dos paternalistas e «civilizadores» preconceituosos que descreem e desprezam o homem africano; dos críticos da «descolonização»; dos revanchistas que vêm em cada crise num país africano de língua portuguesa a oportunidade para «o regresso à África».

Mas há que reconhecer a Cavaco Silva o mérito de ter dito em voz alta o que outros, que pensam de modo semelhante - incluindo nos ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros - silenciam ou simplesmente murmuram. O paternalismo e o preconceito neocolonialista estão porventura mais generalizados do que poderia supor-se no ideário do «bloco central» que tem (des)governado o país desde o período revolucionário. E com ele um pendor intervencionista inaceitável, nomeadamente no plano militar. Aliás, cada vez mais explicitado e assumido. No quadro de uma NATO ou de uma UEO cujo reforço se defende e cuja área de intervenção se quer ver alargada, não já e «apenas» ao Mediterrâneo, Médio Oriente e Magreb, mas genericamente à África. De acordo com doutrinas - que combatemos - tendentes a transformar umas Forças Armadas (portuguesas) cada vez mais profissionalizadas em simples apêndice da máquina militar de guerra do imperialismo.

Primeiro na Bósnia, depois nas manobras militares provocatórias na fronteira com a Jugoslávia, em seguida na África. Não falta quem pretenda arrastar-nos para aventuras que seriam desastrosas para Portugal, o seu prestígio internacional, o seu relacionamento amistoso com outros povos e países nomeadamente os PALOPs para quem temos, aliás, incontornáveis deveres de desinteressada solidariedade.

A roda da história tem realmente os seus caprichos. Por vezes detém-se e retrocede. Mas não gira para trás. Disso podem estar absolutamente certos aqueles que esquecem as suas lições. Sejam eles portugueses ou africanos. Trate-se de Cavaco Silva, Valentim Loureiro ou dos seus amigos na Guiné-Bissau. Desiludam-se os pequenos e grandes abutres que à babuja da desgraça e do sofrimento alheio sonham em restaurar privilégios perdidos ou instaurar novos impérios. Os valores e ideais pelos quais Amílcar Cabral e tantos dos seus companheiros do PAIGC deram a vida reencontrarão força e vigor e acabarão necessariamente por vingar.

■ Albano Nunes

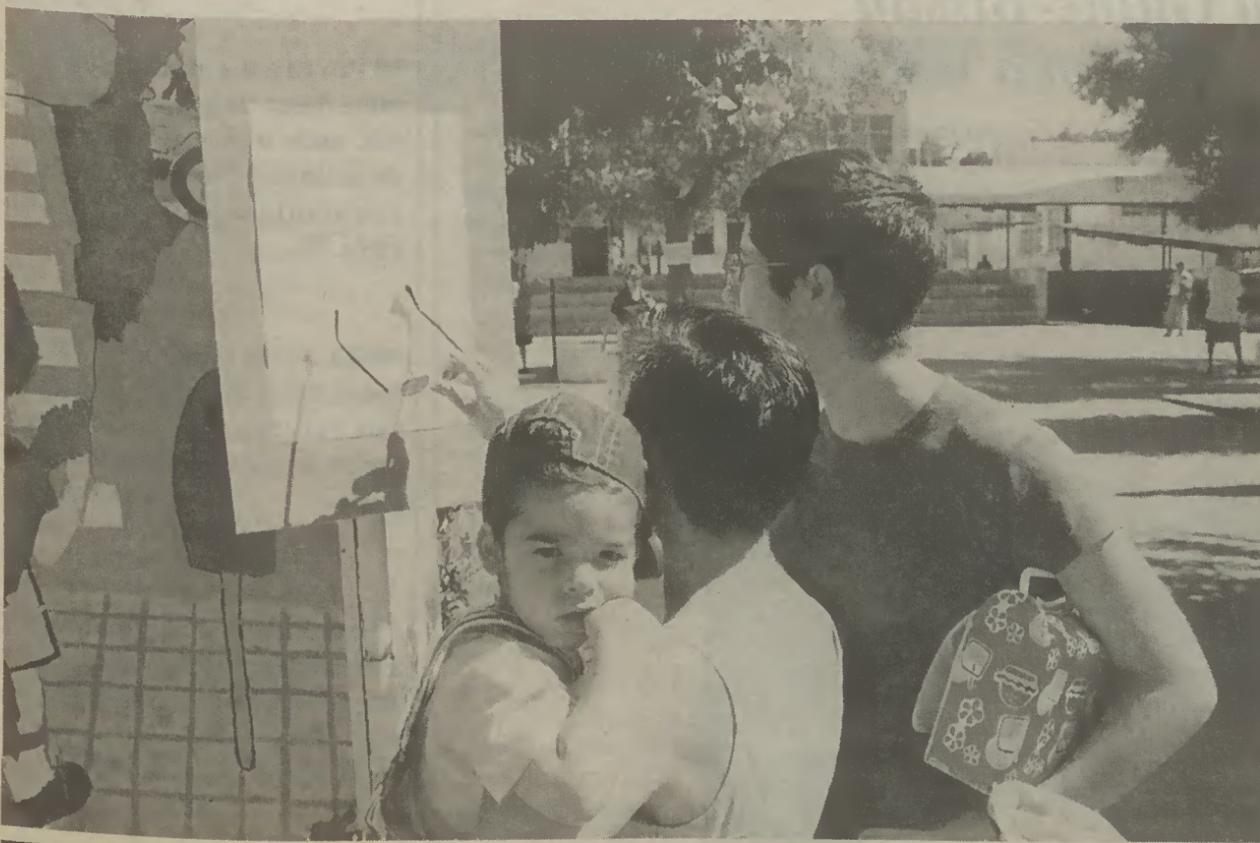


Foto: Jorge Caria

## Morre Alioune Beye

Morreu na passada sexta-feira, num desastre aéreo na Costa do Marfim, o mediador da ONU para o processo de paz angolano, Alioune Blondin Beye. O aparelho que transportava o diplomata, um Beechcraft 200 fretado pela ONU à África do Sul, partira de Lomé, no Togo, e dirigia-se a Abidjan, capital da Costa do Marfim, tendo-se despenhado numa zona pantanosa a cerca de 30 quilómetros do destino. Alioune Beye deslocava-se em mais uma viagem relacionada com o processo de paz angolano e ia acompanhado por três conselheiros africanos (do Togo, do Chade e do Senegal) e o capitão português Álvaro Costa, da Guarda Nacional Republicana, que era igualmente seu conselheiro no âmbito do processo de paz, tendo todos perecido no acidente, cujas causas se desconhecem, até ao momento. Alioune Beye, de 59 anos, era o



representante do secretário-geral da ONU para o processo de paz angolano desde 1993, tendo sido escolhido pelo então secretário-geral Butros-Ghali e reconfirmado no cargo pelo actual dirigente máximo da ONU, Kofi Annan. Natural de Bafoulabé, região de Kayes, no Mali, onde nasceu a 8 de Janeiro de 1939, Alioune Beye licenciou-se em Direito em Dijon (França) e em Relações Internacionais em Haia (Holanda), regressando depois ao seu país, onde foi professor de Direito Internacional, ministro da Juventude e, entre 1978 e 1986, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional. Pelo meio desempenhou vários cargos em organismos internacionais, nomeadamente no Tribunal Arbitral da Comunidade Económica da África Ocidental, na Comissão Africana para os Direitos Humanos e dos Povos e na Associação dos Juristas Democráticos.



## Rui Godinho eleito presidente da Protecção do Ambiente Marinho

Foi confiada a Lisboa, na pessoa do vereador Rui Godinho, a presidência do Grupo de Trabalho sobre a Protecção do Ambiente Marinho, que articulará a sua actividade com o Conselho de Municípios e Regiões da Europa. A criação deste Grupo de Trabalho ocorreu no «Workshop sobre Aplicação de Instrumentos Económicos para a Protecção do Ambiente Marinho e Costeiro pelas Autoridades Locais», organizado conjuntamente pela Câmara Municipal de Lisboa e o ACOPS (Advisory Committee on Protection of the Sea, onde a Câmara Municipal de Lisboa detém a vice-presidência

através do vereador Rui Godinho), que se realizou no Pavilhão da União Europeia da EXPO'98 entre os dias 28 e 30 de Junho. Lisboa coordenará as acções no Atlântico e no Mar do Norte, sendo coadjuvada pela cidade italiana de Palermo, que coordenará as actividades para o Mediterrâneo, e pela cidade sueca de Kalmar, que supervisionará as acções para o Mar Báltico. Desde já, integram o Grupo presidido por Lisboa as cidades de Calviá (Maiorca), Bilbao, Nápoles, Kaliningrado e Brest, podendo ser incluídos os municípios portugueses de Leiria e Sesimbra, presentes neste Workshop como observadores. Consi-

tuíram-se também como observadores regionais dos trabalhos do Grupo Autoridades Locais das Filipinas e da África do Sul.

Foi igualmente apresentado o plano de trabalho do Grupo para 1998-2000, envolvendo temáticas como a implementação de instrumentos económicos para a protecção do ambiente marinho, problemas e soluções no transporte de petróleos, aspectos socioeconómicos da protecção do ambiente pelas autoridades costeiras, o turismo, o património cultural, zonas portuárias e transportes marítimos.

Foi ainda aprovado um «plano de opções e princípios

designado oficialmente como Carta de Lisboa que, na sequência desta Conferência, vai ser apresentada às entidades nacionais e internacionais competentes». A Carta de Lisboa explica «as causas subjacentes à necessidade de uso alargado de instrumentos económicos em áreas costeiras», especifica «a selecção desses instrumentos», desenvolve «a implementação de instrumentos económicos» e define «o processo de acompanhamento deste Plano», identificando, igualmente, as razões da necessidade de instrumentos económicos para intervir nesta matéria, bem como as «Condições Adequa-

das para a Implicação de Instrumentos Económicos».

A sessão de abertura deste Workshop teve na mesa, além de Rui Godinho - o vereador da Câmara Municipal de Lisboa responsável pela organização desta Conferência internacional e também vice-presidente do ACOPS -, o presidente da CML, João Soares, o Professor Per Wramner, presidente do ACOPS, Lord Clinton-Davis, ministro do Comércio do Reino Unido e antigo presidente do ACOPS, e ainda o ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa, em representação do Governo português.

## Assassínios em Timor na presença de embaixadores

Uma «tróica» de diplomatas da União Europeia, constituída pelos embaixadores da Grã-Bretanha, Áustria e Holanda em Jacarta, capital da Indonésia, deslocou-se oficialmente esta semana a Timor-Leste, chegando no sábado passado a Dili, dia que os ocupantes indonésios escolheram para organizar uma contramanifestação fantoche de apoio à ocupação de Timor-Leste, arregimentando para a capital pessoas trazidas de outros pontos do território e misturadas com numerosos agentes indonésios, na presunção de «mostrar» aos visitantes uma «alternativa» à manifestação organizada em Dili pelos patriotas timorenses. A repressão não se fez esperar, com as tropas do regime indonésio a carregar sobre a multidão de patriotas timorenses usando gás lacrimogéneo, acabando os três diplomatas por ficar retidos no hotel no seu segundo dia de permanência no

território. A «tróica» deslocou-se de seguida a Bacau, segunda cidade mais importante de Timor-Leste, onde a aguardava nova manifestação de timorenses festejando a sua visita. Aqui, os ocupantes indonésios chegaram ao cúmulo de disparar indiscriminadamente sobre a multidão indefesa perante os olhos dos embaixadores, ferindo um número indeterminado de pessoas e assassinando, pelo menos, dois jovens.

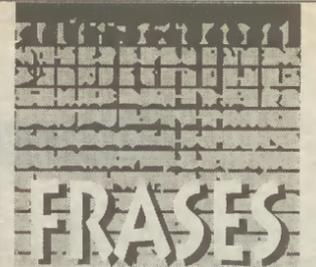
Estas brutalidades foram relatadas aos Quinze membros da UE pelo ministro britânico Robin Cook (que esta semana cessa a presidência da União Europeia) numa reunião do Conselho de Assuntos Gerais, no Luxemburgo, onde fez, igualmente, um curto relato dos primeiros contactos mantidos pela «tróica» de embaixadores da UE nesta sua deslocação a Timor-Leste. Na final da reunião, os Quinze «lamentaram os acontecimentos».

## Drama na Guiné-Bissau continua sem fim à vista

Segundo o enviado do *Público*, Pedro Rosa Mendes, o porta-voz da Junta Militar guineense, major Melcíades Gomes Fernandes, telefonou ao embaixador português em Bissau a denunciar que as forças do Senegal não estavam a respeitar o cessar-fogo que, em princípio, fora previsto entre os rebeldes e as tropas senegalesas que invadiram o país a pedido e em apoio do presidente Nino Vieira. O cessar-fogo foi tacitamente aceite por ambas as partes em conflito na sequência da mediação protagonizada por Portugal e a CPLP através dos ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, e de Angola, Venâncio de Moura. O repórter do *Público* testemunhou que «os rebeldes estavam a respeitar um cessar-fogo tácito, como preparativo para a nova ronda de negociações que hoje se deverá veri-

ficar», mas «isso não impediu que as forças senegalesas continuassem a disparar, pelo que o major Gomes Fernandes solicitou a intervenção do embaixador português junto das autoridades guineenses, no sentido de se evitar um novo reatar das hostilidades com toda a intensidade». À hora do fecho desta edição, a mediação luso-angolana, previamente aceite por ambas as

partes, estava em risco de suspender provisoriamente a sua acção, enquanto surgiam notícias de que o Senegal estava a enviar mais tropas para a Guiné-Bissau na tentativa de penetrar no interior do país. Ainda segundo o *Público*, a Junta Militar guineense pretende propor o cessar-fogo e a colocação na Guiné-Bissau de uma força portuguesa de interposição, com exclusão de quaisquer outras tropas estrangeiras.



“Se ganhar o ‘não’, continuará em vigor uma lei que tem criado condições para que o aborto clandestino continue a existir, e essa lei será aplicada.”

Jorge Coelho  
in «Expresso» de 26 de Junho

“Houve referendo porque resultaram as pressões da hierarquia da Igreja Católica sobre as direcções dos dois maiores partidos.”

Manuel Alegre  
in «Público» de 29 de Junho

“Se não há cinquenta por cento de votantes, o voto não produz efeito. (...) É como que uma sondagem, ainda por cima não representativa.”

Marcelo Rebelo de Sousa  
in «Público» de 29 de Junho

“Fico contente por me chamarem radicalista e fundamentalista.”

D. António Monteiro,  
bispo de Viseu  
in «SIC» 28 de Junho

“Houve uma diferença colossal entre o Norte e o Sul [nos resultados do referendo]. (...) Eu estou agora a viver em Braga, e por isso temos o reino dos moçárabes, que é Coimbra e Leiria, os mouros para baixo e os suevos para cima.”

Padre António Vaz Pinto  
in «RTP» 28 de Junho

“Parece que estamos a voltar à Idade Média dos senhores feudais.”

Comunicado da Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas sobre o diferendo Belmiro de Azevedo/Marcelo Rebelo de Sousa in «Expresso» de 26 de Junho

“Portugal é dominado por meia dúzia de grupos económicos, onde nunca se falou tanto de milhões. Nunca os grupos económicos estiveram tão ricos.”

idem

“Há quem tenha andado em todas estas matérias a brincar aos referendos. E continue agora no mesmo caminho.”

Luís Sá  
na Assembleia da República,  
29 de Junho

“Não haja ilusões: uma sucessão de cóleras mitigadas não faz uma revolução cultural ou social. E nem sequer abala seriamente os partidos.”

Victor Cunha Rego  
in «Diário de Notícias»  
de 30 de Junho

Carlos Carvalho denuncia  
ofensiva contra direitos laborais

# Geração sem direitos

O debate sobre o estado da Nação encerrou, na terça-feira passada, a presente sessão na Assembleia da República. Na intervenção que aí proferiu (de que se transcrevem extractos), o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, alertou para a ofensiva aos direitos dos trabalhadores que o Governo está a desencadear - «uma das mais graves» -, visando transformar as novas gerações de trabalhadores numa geração sem direitos.

«Os trabalhadores reclamam mais justiça social, mais segurança no emprego e a devida valorização dos seus direitos e dos seus salários», disse Carlos Carvalho que apontou um conjunto de medidas para melhorar a qualidade de vida dos portugueses.

(...) Chegamos ao fim desta sessão parlamentar. Estamos no último debate, o chamado debate sobre o «estado da Nação».

Pela voz do governo ficámos a saber que o País está bem e que se recomenda.

De facto, ouvindo o senhor Primeiro-Ministro, ministros e secretários de Estado, até parece que o Conselho de Ministros se deslocou de S. Bento para a EXPO para o Pavilhão da «Realidade Virtual» e cada vez mais virtual...

Aproveitando também uma conjuntura externa favorável ao País, o governo faz seus os louros de um crescimento económico que não se radica, infelizmente, nem no fortalecimento do nosso aparelho produtivo, nem na balança comercial, nem na distribuição do Rendimento Nacional e na justiça social.

Em abono das suas teses enumera as festas, as celebrações, a política do betão, o ter ultrapassado o PSD nas privatizações, nos «tachos» para os seus boys, na concentração da riqueza, no favoritismo aos grupos económicos e como testemunho da sua elevadíssima sensibilidade social, diz que até tem estado inclusive a concretizar projectos sempre defendidos pelos comunistas, como seja o do Rendimento Mínimo Nacional e o Pré-escolar...

Na verdade estamos perante duas realidades de sentido oposto. Uma delas expressa-se no crescimento económico, aumento da produtividade e dos lucros.

## Meio milhão de desempregados

Mas a outra, que atinge a maioria dos trabalhadores, não pode ser silenciada. Realidade que se expressa no número de desempregados que, de facto, continua a ultrapassar o meio milhão. Que se expressa no desmesurado crescimento da precarização onde os contratos a prazo, o trabalho à peça, à hora, à empreitada, o trabalho temporário e clandestino se transformam em regra geral.

Realidade que reflecte ainda os processos de despedimento, rescisão e pré-reformas forçadas sob a capa da reestruturação das empresas, é o aumento dos desequilíbrios da repartição do rendimento e as desigualdades sociais.

Neste quadro o que é que leva o governo a encetar uma das mais graves ofensivas aos direitos dos trabalhadores, visando desregular e fragilizar ainda mais alguns dos pilares onde assenta o direito dos trabalhadores a nível do conceito do emprego, de retribuição, da profissão, das férias, do trabalho nocturno?

Ao transformar as novas gerações de trabalhadores no alvo principal desta operação desreguladora o governo assume a grave responsabilidade de promover e tentar criar num futuro próximo uma geração de trabalhadores sem direitos!

E no entanto o que

vemos e o que ouvimos nas empresas e nos locais de trabalho, designadamente na iniciativa que o PCP promoveu a nível nacional, contactando mais de 200 mil trabalhadores em 500 empresas e locais de trabalho, é que os trabalhadores reclamam mais justiça social, mais segurança no emprego e a devida valorização dos seus direitos e dos seus salários.

Em muitas lutas que

hoje se travam em muitos sectores e empresas, por vezes para além de problemas reivindicativos, é já a luta pela dignidade que leva à participação massiva dos trabalhadores como aconteceu no sector dos Transportes, da Banca, da Administração Pública e nos hotéis de Lisboa. O governo é o primeiro responsável pela crescente conflitualidade social que se tem verificado no País.

## PS deve reflectir

Este final de sessão parlamentar, creio que deveria também merecer uma reflexão do Partido Socialista.

Não vou lembrar as peripécias da revisão constitucional e as convergências do PS com o PSD, não vou recordar o fundamentalismo das leis eleitorais, nem os aplausos à aprovação da lei sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez logo abafadas pela pirueta da aceitação do referendo, com a participação que se viu, não vou recordar aquilo que alguns deputados e autarcas do PS designam por «tiros nos pés», quanto à regionalização, nem as cedências ao PSD em todo o processo desta reforma «num faz que anda mas não anda», que foi dando substanciais triunfos aos anti-regionalistas, nem vou lembrar ainda os acordos com o PSD para a realização de um vergonhoso referendo sobre a Europa, que não serve para nada e ainda por cima no mesmo dia em que se realiza o da regionalização o que não permite qualquer esclarecimento sério e que procura fazer do Presidente da República um simples notário dos «arranjinhos» entre dois partidos, nem vou lembrar as promessas não cumpridas, nem comparar os irrisórios aumentos de salários com as taxas de lucro do capital bancário e financeiro, nem a política neoliberal no ensino e as famigeradas propinas que segundo o Secretário-Geral do PS na oposição só deveriam ter lugar após a reforma fiscal. Deixo isto para a pausa que as férias parlamentares sempre proporcionam.(...)

## — Seis medidas — para melhorar a vida

Assumindo estas aspirações e essa luta, o Partido Comunista Português propõe e sugere ao governo no imediato um conjunto de seis medidas que se traduziriam em estabilidade social e política e numa melhoria do nível e qualidade de vida dos portugueses:

1 - suspender as alterações à legislação laboral e consequentemente não lançar no período de férias a discussão dos respectivos diplomas;

2 - prolongar o subsídio de desemprego para os desempregados nomeadamente, para os de longa duração com mais de 50 anos;

3 - introduzir de imediato os medicamentos genéricos o que permitiria ao Estado e aos utentes economizarem milhões de contos e dar resposta a muitos problemas da saúde, nomeadamente as filas de espera. Mas não venham com os falsos «genéricos de marca», porque isso não passa de um expediente para entregar o mercado dos genéricos nas mãos de meia dúzia de multinacionais;

4 - criar um imposto de solidariedade

sobre as grandes fortunas e avançar com a reforma fiscal;

5 - Combater o tráfico e o branqueamento de capitais aprovando legislação com eficácia que permita o congelamento, apreensão e confiscação de patrimónios criminosos e o torneamento do segredo bancário, dotando simultaneamente a Polícia Judiciária e as magistraturas dos meios necessários para a investigação e o combate à criminalidade;

6 - ... e para concluir, Sr. Primeiro-Ministro aqui fica uma última e creio que boa sugestão: aproveite as férias estivais e o descanso da Assembleia da República e ultrapasse as oposições e as suas diabólicas coligações negativas, mande às urtigas as pressões das seguradoras e do capital financeiro, não tenha receio do Sr. Kohl e ao seu pacto de estabilidade e aumente extraordinariamente os reformados! Estes agradeciam, o país beneficiava e o governo e o PS tomavam uma medida justa de verdadeira sensibilidade social e já não precisariam de gastar os neurónios a encenar mais uma crise virtual (em Outubro) na *rentrée!*

Nota  
da Comissão Política

# Prosseguir o combate

Reunida na passada segunda-feira, a Comissão Política do PCP analisou os resultados do referendo, salientando no comunicado que se transcreve as principais conclusões.

1 Os resultados deste referendo, traduzindo uma vitória tangencial do Não por 50 mil votos, numa situação de equilíbrio entre o Não e o Sim, criam maiores dificuldades em enfrentar sem demoras o combate ao aborto clandestino e estimulam a intervenção dos partidos e das forças que o usaram como instrumento de obstrução a qualquer avanço legislativo nesta matéria.

No entanto, o PCP chama à atenção para que os partidos que aprovaram a realização deste referendo e a sua lei orgânica - o PS, PSD e CDS-PP - acordando as condições em que o seu resultado seria vinculativo - exigência de participação de mais de 50% dos eleitores inscritos - não têm agora, legitimidade para à luz destes resultados (participação de 31,4% dos eleitores) tentarem adiar definitivamente esta questão e contestar a capacidade da Assembleia da República para legislar sobre esta matéria.

2 É necessário recordar que o PS, após a aprovação de um projecto de lei na Assembleia da República, não demorou vinte e quatro horas para fazer um negócio com o PSD impondo a realização do referendo, no qual não teve posição oficial primando pela ausência de intervenção junto do seu eleitorado a favor do Sim, postura política que culminou com a reafirmação da posição do seu Secretário-geral, Engenheiro António Guterres, pelo Não no último dia da campanha.

3 Após o resultado do referendo a posição assumida pelo PSD confirma que o seu verdadeiro papel é tudo fazer para impedir a tomada de medidas para acabar com o aborto clandestino. As anunciadas iniciativas legislativas no domínio do planeamento familiar, após o referendo continuaram a desviar as atenções sobre o que esteve em causa nesta consulta, procurando evidenciar um empenho nestas matérias, que o PSD não teve no governo no que respeitou à aplicação de uma lei de 1984 que previa a implementação do planeamento familiar nos centros de saúde e da educação sexual nas escolas.

4 O Presidente do CDS-PP, omitindo descaradamente o seu apoio à realização do referendo, veio questioná-lo considerando que o assunto não é preocupação central dos portugueses. As preocupações sociais enunciadas ficaram desmascaradas com a total ausência de sensibilidade para com o drama do aborto clandestino e as suas consequências para saúde de milhares de mulheres.

5 Embora tendo em conta naturalmente certas condicionantes políticas imediatas emergentes do resultado, e entre elas a apressada decisão do PS de congelar o processo legislativo antes iniciado na Assembleia da República, o PCP declara que não aceita que os partidos - PS, PSD, CDS-PP - que criaram na última revisão constitucional a distinção entre referendos com e sem

# Nota da Comissão Política

efeito vinculativo venham agora decretar, na prática, a eficácia vinculativa de um referendo que em rigor a não teve.

O PCP não aceita que o País fique a par da Irlanda como um dos países com legislação mais retrógrada da Europa.

O PCP assinala ainda que o quase geral reconhecimento de decidir sobre o curso deste processo legislativo, só pode significar que aquele órgão de soberania pode futuramente vir a legislar sobre a despenalização do aborto, sem o recurso a novo referendo.

Neste sentido, o PCP afirma que não abdica da intenção e do direito de, no momento e nas circunstâncias que considerar adequadas, retomar ou reapresentar iniciativas legislativas com vista a terminar com a obsoleta e injusta criminalização das mulheres que recorrem ao aborto.

A elevada abstenção verificada impõe uma reflexão de todas as forças políticas, mas não deixa de questionar, em primeiro lugar, os partidos que impuseram este referendo e nada fizeram para mobilizar os seus eleitores para uma postura activa neste referendo, vindo, agora, alguns, cinicamente, falar de divórcio entre a classe política e o povo.

O PCP foi o único, entre os quatro principais partidos com representação parlamentar, que, tendo estado contra a realização deste referendo, fez campanha pelo Sim à despenalização do aborto orgulhando-se da contribuição que deu para o esclarecimento aos eleitores sobre o que estava em causa com este referendo como se pode verificar com as altas votações pelo Sim alcançadas nas regiões de maior influência eleitoral do PCP.

Como é óbvio, a influência eleitoral do PCP não bastava só por si para garantir a vitória do Sim. Mas é politicamente incontornável que o PCP se bateu por uma causa que recolheu 49% dos votos expressos.

O resultado alcançado pelo Não não é separável da persistente e deliberada mistificação que foi feita no sentido de convencer os eleitores de que o que estava em causa seria o Sim ou o Não ao aborto.

A Comissão Política do PCP saúda calorosamente todos os eleitores e eleitoras que com o seu voto pelo Sim à despenalização do aborto, quiseram abrir portas para que Portugal pudesse entrar no terceiro milénio com um quadro legal sobre o aborto mais civilizado e mais respeitador das convicções e escolhas das mulheres e dos casais.

O PCP saúda todos os seus militantes e organizações que em dois meses conceberam e deram vida a uma intensa e forte intervenção do PCP nesta batalha, bem como todos aqueles que, designadamente o Movimento Sim pela Tolerância que agregou os esforços de cidadãos dos quadrantes políticos mais diversos e que travaram um importante combate.

O PCP prosseguirá com empenho o combate por esta causa: o combate ao aborto clandestino e à criminalização da mulher, por medidas que garantam a existência de consultas de planeamento familiar em todos os centros de saúde com fornecimento gratuito dos métodos e pela protecção da maternidade-paternidade como função social.

Lisboa, 29 de Junho de 1998

A Comissão Política do PCP

# Os resultados do referendo

## Num país literalmente dividido ao meio entre os apoiantes e opositores da despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às dez semanas, a pedido da mulher, a «vitória» coube à abstenção. Um fenómeno a exigir uma séria reflexão por parte de todas as forças políticas

AVEIRO	Sim	%	Não	%	Abet%
Águeda	3.759	43,67	4.849	56,33	77,28
Albergaria-a-Velha	1.596	30,38	3.186	66,62	73,87
Anadia	2.664	40,41	3.928	59,59	74,37
Arouca	955	13,31	6.218	86,69	63,47
Aveiro	8.314	46,77	9.464	53,23	68,03
Castelo de Paiva	830	20,79	3.163	79,21	70,61
Espinho	4.449	44,24	5.607	55,76	65,61
Estarreja	2.008	32,10	4.247	67,90	70,85
S.ª Maria da Feira	8.311	25,05	24.873	74,95	66,28
Ílhavo	2.736	37,53	4.554	62,47	72,46
Mealhada	2.239	63,79	1.271	36,21	77,90
Murtosa	432	19,69	1.762	80,31	72,37
Oliveira de Azeméis	4.418	24,46	13.644	75,54	66,09
Oliveira do Bairro	1.155	26,35	3.229	73,65	72,01
Ovar	4.212	38,62	6.695	61,38	72,36
S. João da Madeira	2.281	41,14	3.264	58,86	67,10
Sever do Vouga	901	24,65	2.754	75,35	67,39
Vagos	859	18,29	3.838	81,71	70,46
Vale de Cambra	1.538	20,20	6.075	79,80	62,58
TOTAIS	53.657	32,27	112.621	67,73	69,37

BEJA	Sim	%	Não	%	Abet%
Aljustrel	1.643	83,57	323	16,43	79,44
Almodôvar	973	66,74	485	33,26	81,91
Alvito	424	75,71	136	24,29	73,98
Barrancos	181	62,41	109	37,59	81,74
Beja	6.800	77,76	1.888	22,24	70,84
Castro Verde	1.250	81,65	281	18,35	75,44
Cuba	711	72,55	269	27,45	76,90
Ferreira do Alentejo	2.184	87,26	319	12,74	70,39
Mértola	1.543	81,64	347	18,36	77,62
Moura	1.584	72,43	603	27,57	84,89
Odemira	4.127	79,20	1.084	20,80	77,16
Ourique	916	74,41	315	25,59	79,81
Serpa	2.488	78,04	700	21,96	79,14
Vidigueira	853	76,99	255	23,01	79,35
TOTAIS	25.477	78,17	7.114	21,83	77,04

BRAGA	Sim	%	Não	%	Abet%
Amares	882	13,81	5.504	86,19	58,03
Barcelos	7.042	16,60	35.382	83,40	52,05
Braga	14.997	32,40	31.290	67,60	60,48
Cabecelas de Baixo	842	15,02	4.763	84,98	63,03
Celorico de Basto	795	11,89	5.892	88,11	61,53
Esposende	1.701	15,74	9.104	84,26	56,54
Fafe	3.609	25,67	10.451	74,33	65,85
Guimarães	12.570	28,23	31.955	71,77	65,57
Póvoa de Lanhoso	1.123	14,88	6.424	85,12	59,32
Terras de Bouro	419	11,58	3.198	88,42	54,78
Vieira do Minho	717	14,70	4.160	85,30	63,96
V. N. de Famalicão	9.347	25,92	26.720	74,08	62,11
Vila Verde	1.726	16,60	14.711	89,50	55,23
TOTAIS	55.770	22,73	189.555	77,27	60,48

BRAGANÇA	Sim	%	Não	%	Abet%
Alfândega da Fé	530	25,95	1.512	74,05	65,92
Bragança	2.729	32,77	5.598	67,23	73,45
Carrizada Ansiães	645	26,94	1.749	73,06	69,22
Freixo Espada Cintá	321	31,69	692	68,31	75,41
Macedo Cavaleiros	788	13,21	5.175	86,79	65,90
Miranda do Douro	620	28,77	1.535	71,23	72,59
Mirandela	1.891	29,45	4.530	70,55	72,27
Mogadouro	774	22,29	2.699	77,71	69,70
Torre de Moncorvo	848	30,16	1.964	69,84	72,29
Vila Flor	765	30,53	1.741	69,47	67,09
Vimioso	314	19,44	1.301	80,56	73,71
Vinhais	674	24,08	2.125	75,92	77,28
TOTAIS	10.899	26,25	30.621	73,75	71,46

CASTELO BRANCO	Sim	%	Não	%	Abet%
Belmonte	847	52,45	768	47,55	72,89
Castelo Branco	7.992	58,09	5.767	41,91	70,34
Covilhã	7.929	54,05	6.740	45,95	69,64
Fundão	3.728	48,07	4.028	51,93	71,98
Idanha-a-Nova	1.208	45,83	1.428	54,17	77,72
Oleiros	400	19,16	1.688	80,84	71,92
Penamacor	527	32,59	1.090	67,41	76,43
Proença-a-Nova	701	23,72	2.254	76,28	67,40
Sertã	1.014	27,18	2.717	72,82	75,51
Vila de Rei	251	14,23	1.513	85,77	48,76
V. Velha de Rodão	744	68,83	337	31,17	73,86
TOTAIS	25.341	47,22	28.330	52,78	71,20

COIMBRA	Sim	%	Não	%	Abet%
Arganil	1.318	45,04	1.608	54,96	75,34
Cantanhede	3.021	36,39	5.280	63,61	73,83
Coimbra	23.485	60,18	15.539	39,82	68,11
Condeixa-a-Nova	1.586	52,64	1.427	47,36	71,22
Figueira da Foz	9.224	69,22	4.102	30,78	74,70
Góis	439	43,25	576	56,75	76,59
Lousã	1.548	48,73	1.629	51,27	73,32
Mira	939	28,01	2.413	71,99	69,85
Miranda do Corvo	978	44,45	1.222	55,55	77,31
Montemor-o-Velho	2.500	55,94	1.969	44,06	78,70
Oliveira do Hospital	1.447	32,40	3.019	67,60	75,67
Pampilhosa Serra	343	20,37	1.341	79,63	67,92
Penacova	1.285	43,65	1.659	56,35	78,30
Penela	388	28,12	992	71,88	75,42
Soure	2.547	54,83	2.098	45,17	74,31
Tábua	915	41,22	1.305	58,78	78,42
Vila Nova de Poiares	524	52,72	470	47,28	81,64
TOTAIS	52.487	52,94	46.649	47,06	72,69

ÉVORA	Sim	%	Não	%	Abet%
Alandroal	916	77,89	260	22,11	80,57
Arraiolos	1.554	80,31	381	19,69	70,45
Borba	1.325	74,40	456	25,60	73,53
Estremoz	2.417	71,13	981	28,87	75,12
Évora	9.250	71,17	3.747	28,83	70,56
Montemor-o-Novo	4.206	77,92	1.192	22,08	66,09
Mora	965	72,23	371	27,77	74,82
Mourão	1.250	81,65	281	18,35	75,44
Portel	852	71,84	334	28,16	80,93
Redondo	1.114	87,26	161	12,74	83,21
Reg. Monsaraz	1.007	56,29	782	43,71	80,33
Vendas Novas	2.499	78,83	671	21,17	67,33
Viana do Alentejo	753	78,03	212	21,97	79,78
Vila Viçosa	1.347	69,97	578	30,03	73,47
TOTAIS	28.137	72,98	10.417	27,02	73,33

FARO	Sim	%	Não	%	Abet%
Albufeira	2.749	72,11	1.063	27,89	80,08
Alcoutim	495	68,85	224	31,15	81,46
Aljezur	794	77,16	235	22,84	77,26
Castro Marim	753	68,58	345	31,42	80,76
Faro	8.536	73,38	3.096	26,62	73,73
Lagoa	2.232	65,86	1.157	34,14	76,17
Lagos	3.874	72,97	1.435	27,03	71,71
Loulé	6.186	71,21	2.501	28,79	80,42
Monchique	732	35,16	1.350	64,84	67,96
Olhão	3.917	69,08	1.753	30,92	81,21
Portimão	6.260	68,56	2.871	31,44	73,94
S. Brás de Alportel	929	67,42	449	32,58	80,32
Silves	3.420	69,71	1.486	30,29	81,46
Tavira	2.531	69,42	1.115	30,58	81,69
Vila do Bispo	929	76,21	290	23,79	72,26
V. R. Santo António	2.182	69,42	961	30,58	78,10
TOTAIS	46.519	69,59	20.331	30,41	77,62

Guarda	Sim	%	Não	%	Abet%
Aguiar da Beira	324	18,04	1.472	81,96	69,53
Almeida *	900	30,76	2.026	69,24	65,53
Celorico de Beira	763	28,76	1.890	71,24	67,82
Fig. Castelo Rodrigo	644	35,76	1.157	64,24	72,92
Fornos de Algodres	474	23,54	1.540	76,46	63,04
Gouveia	1.565	38,96	2.452	61,04	73,60
Guarda	4.393	36,86	7.525	63,14	65,72
Manteigas	336	35,29	616	64,71	73,12
Meda	437	19,60	1.793	80,40	65,82
Pinhel	883	24,90	2.663	75,10	68,32
Sabugal	1.233	23,43	4.030	76,57	66,30
Sela	2.263	29,47	5.417	70,53	69,33
Trancoso	770	22,09	2.716	77,91	66,59
Vila Nova Foz Côa	851	31,53	1.848	68,47	68,49
TOTAIS	15.836	29,89	37.145	70,11	68,01

LEIRIA	Sim	%	Não	%	Abet%
Alcobaça	7.081	48,70	7.459	51,30	67,84
Alvalazere	2.261	56,17	1.724	43,83	71,53
Ansião	990	26,83	2.700	73,17	68,94
Batalha	1.200	30,99	2.672	69,01	65,10
Bombarral	1.407	47,07	1.582	52,93	73,67
Caldas da Rainha	6.075	67,25	2.873	32,75	71,24
Castanheira de Pêra	471	58,22	338	41,78	77,29
Figadeliz dos Vinhos	562	33,14	1.134	66,86	74,45
Leiria	12.489	43,67	16.107	56,33	67,22
Marinha Grande	7.717	82,37	1.652	17,63	66,26
Nazaré	2.135	67,29	1.038	32,71	74,84
Óbidos	1.198	57,57	883	42,43	77,16
Pedregão Grande	281	33,94	547	66,06	79,64
Peniche	3.040	56,39	2.351	43,61	75,11
Pombal	3.614	37,87	5.930	62,13	78,07
Porto de Mós	2.189	35,81	3.958	64,19	66,96
Vila Nova de Poiares	524	52,72	470	47,28	81,64
TOTAIS	50.939	48,26	54.612	51,74	70,60

LISBOA	Sim	%	Não	%	Abet%
Alenquer	5.625	70,30	2.376	29,70	72,19
Amadora	38.337	74,10</			

## SESIMBRA

### Se «prioridade» é isto...

Em nota à comunicação social, a Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP, lembrando as promessas do Executivo socialista na Câmara, que considerava o Turismo no distrito como uma sua prioridade sua, afirma que «não basta prometer», é necessário «que se cumpra o que se promete». Durante a gestão CDU na autarquia, afirmam os comunistas, não havia slogans mas existiam medidas concretas para a promoção turística de Sesimbra, tais como abrir a Lagoa de Albufeira, na Sexta-feira Santa, e, no início de Maio, impedir o esgoto de correr para a praia. A gestão PS, contudo, em Junho ainda não abriu a Lagoa e o esgoto continuou a correr para a Praia de Sesimbra até ao final de Maio. Se o Turismo como «prioridade» merece um tal tratamento, que atenção e tratamento merecerão os outros sectores?, interrogam-se os comunistas, ao mesmo tempo que denunciam a ineficácia do Executivo socialista.

## REDONDO

### Novo impulso começou

A Comissão Concelhia do Redondo discutiu e aprovou um calendário de trabalho, tendo em vista a realização da sua Assembleia de Organização em Outubro próximo e a concretização de um «novo impulso» na actividade do Partido. Deste calendário consta a realização de cinco assembleias de organização, por local de trabalho e de residência. Inseridos neste trabalho realizaram-se já plenários da célula da Câmara Municipal do Redondo - que elegeram um secretariado - e da organização do Montoito - qualquer deles apontando medidas concretas para o reforço do trabalho do Partido, designadamente a realização de um debate onde participem os eleitos comunistas, no primeiro caso, e a realização de uma Assembleia da Organização de Freguesia antes da Assembleia Concelhia, no segundo.

Apesar da forte implantação do PCP no Redondo, a Comissão Concelhia entende que o trabalho deve ser reforçado e decidiu marcar para o final do ano um Encontro sobre o Poder Local.

## PENAFIEL

### Assembleia em preparação

A Comissão Concelhia de Penafiel do PCP, recentemente reunida, decidiu reforçar o trabalho de organização e a intervenção política do Partido através da realização de assembleias de militantes das principais freguesias, preparatórias da Assembleia Concelhia prevista para 31 de Outubro.

A Concelhia de Penafiel elegeram também um Secretariado coordenador do trabalho, composto por oito elementos, e discutiu a situação do concelho e as iniciativas a tomar com vista à sua alteração.

Em relação à Regionalização, os comunistas, para além das iniciativas públicas que pensam tomar, vão solicitar ao PS uma reunião para discussão do tema. Analisaram a questão do Aterro Sanitário/Poços da Louseira, o encerramento do café das Termas de São Vicente, os problemas existentes no funcionamento da Unidade de Saúde de RioMau/Sebolido e as descargas de água do Matadouro em Novelas.

Por fim, depois de ter decidido propor a eventual revisão do PDM na Assembleia Municipal, a Concelhia de Penafiel do PCP congratula-se com o bom trabalho realizado na Junta de Sebolido pela maioria CDU.

## MEALHADA

### Militante homenageado

Promovida pela Comissão Concelhia do PCP, realizou-se recentemente, no salão dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, uma homenagem a Luís Marques, militante comunista desde a década de trinta e grande dinamizador do associativismo desportivo, cultural e recreativo nesta região. No decurso da sessão, que contou com a participação de dezenas de camaradas e amigos, alguns em representação de instituições como a Câmara Municipal e o Hóquei Clube da Mealhada - cuja direcção enviou um voto de pesar -, focaram as razões da iniciativa, os principais traços do carácter de Luís Marques e episódios da sua actividade partidária durante o fascismo.

Um dos fundadores, com Luís Marques, do Carnaval da Mealhada propôs à Câmara Municipal a atribuição do seu nome a uma das ruas da vila, tendo um professor, também da primeira Comissão do Carnaval, acabado por propor dar ao Pavilhão Gimno-Desportivo o nome de Luís Marques.

Depois de outros testemunhos, lembrando, por exemplo, o papel deste democrata na criação da Cooperativa de Agricultores do Barçouço, Vasco Paiva, referindo o facto de Luís Marques ser merecedor da homenagem, falou do seu espírito de militância e coragem, designadamente durante o «Verão quente» de 1975. Um momento musical com o Grupo Coral Magister encerrou a sessão.

## Paris

# Ensino do português em debate

Promovido pelo Organismo de Direcção da Região de Paris do PCP, realizou-se naquela cidade um debate subordinado ao tema «Ensino da língua e cultura portuguesas: realidades e perspectivas».

O encontro contou com a participação de um leque muito vasto de pessoas ligadas e preocupadas com esta importante área de intervenção desde professores, jornalistas, jovens, assim como membros de estruturas associativas e do Conselho das Comunidades.

O debate foi introduzido pelo camarada António Topa, do organismo de direcção do Partido na região de Paris, que salientou a importância e actualidade desta iniciativa na qual o Partido Comunista Português pretende dar a palavra e ouvir com atenção todos aqueles que se interessam por esta problemática, contribuindo para elaborar propostas com vista à resolução dos problemas existentes, numa área que ao longo dos anos tem vindo a ser desprezada pelos

sucessivos governos de direita em Portugal.

No debate que foi bastante participado, com variados pontos de vista que são o reflexo das experiências vividas pelos intervenientes. Sobressai deste debate uma grande preocupação pelo facto de não se verificar nenhuma medida de fundo por parte do Governo português que vá no sentido de travar a degradação do ensino de português no estrangeiro que continua à deriva, dependente nalguns casos da boa vontade de estruturas associativas e dedicação de professores, e, noutros casos, dependente das garras de gente sem escrúpulos que se aproveita das insuficiências do sistema e faz dos cursos de língua portuguesa um negócio bastante lucrativo.

### Ideias consensuais

O debate deixou transparecer algumas ideias consensuais sobre os cursos de português em França, os quais não podem continuar, tal como há 20 anos, unicamente orientados na perspectiva do regresso a Portugal. Foram identificadas dificuldades em concretizar os programas oficiais (nas 3 horas semanais) impostos pelo Ministério e desinseridos da realidade; e foi referido que a melhor solução é o ensino integrado, sendo preferível criar cursos estáveis (em locais precisos) em vez de, no início de cada ano, estar a alterar os locais em função do preenchimento de horários dos professores. O debate considerou que o Governo deveria dar mais atenção aos cursos dados nas associações e acompanhá-los no plano pedagógico. Ao mesmo tempo, o Governo deveria coordenar todos os cursos de português (público e privado) de forma a travar a tendência para a

sua degradação deixando assim o campo aberto para o surgimento de cursos cujo objectivo principal é o negócio.

O debate assinalou que muitos jovens de origem portuguesa que não chegaram a frequentar cursos de português, demonstram hoje interesse pela cultura portuguesa e por Portugal, apesar de muitos jovens terem dificuldades em assumir a sua dupla cultura.

Os participantes salientaram ainda que o Governo português não dá apoio o necessário, nem tem demonstrado ter vontade política para promover o ensino português em França, limitando-se a fazer a gestão da rede existente que mais não é do que uma manta de retalhos.

Desde logo uma conclusão é possível retirar deste debate: o Governo português tem de assumir plenamente as suas responsabilidades nesta área, e deve ser mais interveniente na defesa da integração do ensino da língua portuguesa no ensino oficial francês.

## Sector dos Transportes reúne assembleia

Realizou-se no passado sábado, dia 27, a 6ª Assembleia do Sector dos Transportes da ORL,

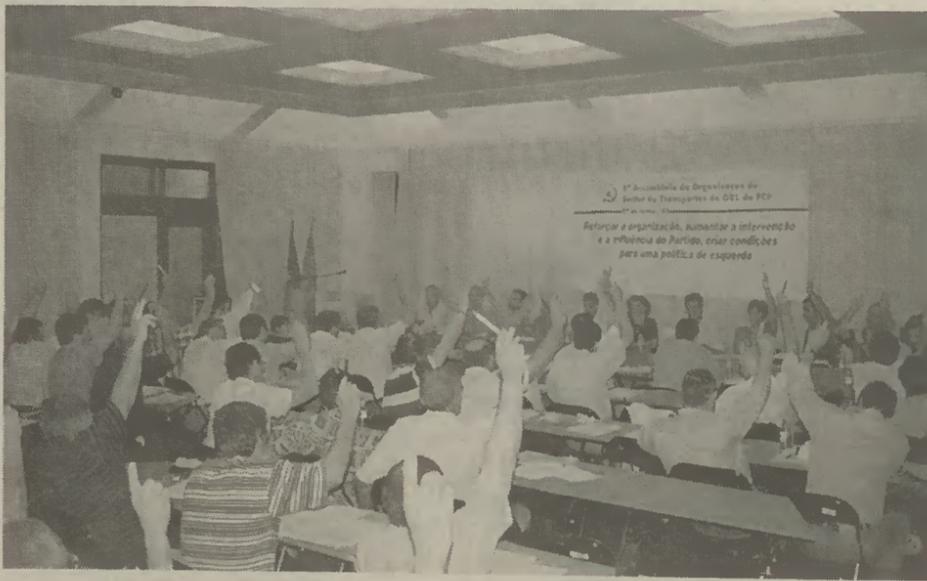
cujos trabalhos foram encerrados por Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP.

Com a participação de delegados de todas as empresas do sector, a assembleia analisou os problemas

na organização em cada uma das empresas, debruçando-se em particular sobre a política de direita conduzida tanto pelo PSD como actualmente pelo Partido Socialista.

A febre das privatizações teve consequências imediatas sobre os direitos e salários dos trabalhadores, traduzindo-se ainda no aumento dos ritmos de trabalho e da precarização do emprego.

Os delegados aprovaram uma resolução política com várias propostas para o sector, e elegeram o novo organismo de direcção. No final, interveio Jerónimo de Sousa que alertou para as consequências das propostas legislativas de alteração dos tempos de trabalho, conceito de emprego e de retribuição, que o Governo pretende aprovar durante o período de férias.



## CAMARADAS FALECIDOS

### Ana Batista dos Santos

Faleceu recentemente, com 95 anos de idade, a camarada Ana Batista dos Santos. A camarada pertencia à Organização de São Julião do Tojal, Loures.

### Jacinto Rodrigues da Silva

Faleceu em São Paulo, Brasil, o camarada Jacinto Rodrigues da Silva, com 88 anos. Em 1928 começou a trabalhar nas Oficinas da CP, no Entroncamento, onde se ligou ao PCP. Participou na década de trinta do SVI - Socorro Vermelho Internacional. Emigrou para São Paulo em Março de 1955. Pertenceu aos quadros do jornal «Portugal Democrático». Militava no organismo do Partido em São Paulo e era sócio fundador do Centro Cultural 25 de Abril, nesta cidade.

### José Manuel Gonçalves Pedro

Após doença prolongada, faleceu no dia 22 de Junho, com 52 anos de idade, o camarada José Manuel Gonçalves Pedro. Pertencia à organização da freguesia de S. Simão, concelho de Setúbal.

### Manuel Ferreira Moura

Faleceu no Brasil, após doença prolongada, com a idade de 78 anos, o camarada Manuel Ferreira Moura. Desde jovem ligado ao Partido na região de Lisboa, ele foi citado nos livros do camarada Dias Lourença e Joaquim Campino como um activo militante comunista da luta clandestina. Foi como emigrante para São Paulo em Maio de 1953, tendo participado da fundação do jornal «Portugal Democrático», em 1957, do qual fez parte enquanto foi publicado. Desenvolveu intenso trabalho como membro do Secretariado do PCP na organização partidária naquele país.

### Miguel Luís dos Santos

Com 83 anos de idade, faleceu o camarada Miguel Luís dos Santos («Gaitas»), irmão de José Adelino dos Santos, assassinado pela Pide em 1958. Era membro do PCP desde 1944, sempre tendo sido um militante muito dedicado. Teve tarefas de responsabilidade na clandestinidade. Uma delas, durante anos, como «ponto de apoio» ao trabalho da Direcção Regional do Partido.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Combate à desertificação



Em vez de inflectir a tendência desertificadora do interior do País, o

Governo PS, neste capítulo, segue no essencial as pisadas do seu antecessor. A acusação é do deputado comunista Rodeia Machado. Fundamentando-a, lembra a falta de políticas concretas dirigidas para o desenvolvimento sustentado dessas regiões, bem como a clara insuficiência de verbas para projectos e programas. Estava-se no debate sobre um projecto de lei da autoria do PSD visando, curiosamente, o combate à desertificação e recuperação do desenvolvimento nas áreas do interior. O mesmo PSD que, durante anos e enquanto Governo, como lembrou Rodeia Machado, "nada fez para que essa mesma desertificação fosse travada". Mas quem não foi poupado nas suas críticas foi o Governo PS. Registado foi, designadamente, o seu incumprimento quanto ao prometido reforço e reorientação dos programas para as áreas mais desfavorecidas, o que levou o deputado comunista a concluir que "não é com esta política que se conseguirá desenvolver o interior".

## Salários dos jovens



A Assembleia da República aprovou, na semana transacta,

em votação final global, o projecto de lei do PCP que proíbe a discriminação salarial dos jovens na fixação do salário mínimo nacional. Para além dos seus subscritores, o diploma acolheu os votos favoráveis do PS e PSD. A bancada do PP absteve-se. Também em votação final global foi aprovada uma autorização legislativa para que o Governo elabore uma Lei Geral Tributária. Discutida em plenário há quinze dias, esta iniciativa legislativa teve o voto favorável do PS e as abstenções das restantes bancadas parlamentares. Unanimidade mereceu, por outro lado, a aprovação da proposta de lei do Governo que estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal. Aprovada pela Câmara foi ainda uma deliberação que autoriza o Presidente da Assembleia da República a dar consentimento ao funcionamento das comissões parlamentares que o requererem durante as férias de Verão.

# Listas de espera nos hospitais Solução está no reforço do SNS

As listas de espera para atendimento nos serviços de saúde foram objecto de debate no Parlamento. O PSD, que suscitou a questão submetendo à Câmara um projecto de lei visando eliminar à sua maneira aquele drama, acabou por ver a sua proposta derrotada pelos votos contra da bancada socialista. Embora reconhecendo que se trata provavelmente do "mais grave problema de acesso à saúde no nosso país", para o qual urge uma resposta urgente, o Grupo comunista, pelo seu lado, não pôde deixar de discordar da solução preconizada pelo PSD, por significar claramente uma ainda maior fragilização do Serviço Nacional de Saúde.

Esta terá sido, aliás, uma razão de peso para a abstenção da formação comunista, que acusou o PSD de "demagogia populista" pela forma como rodeou a apresentação da sua proposta. Enquanto o PCP desde há muito defende um "plano de emergência" para esta matéria, face ao que entende ser a gravidade da situação, o PSD, com efeito,

como salientou no debate Bernardino Soares, apresenta uma proposta que não só "não está preparada para uma boa gestão dos dinheiros públicos", como aponta "para uma privatização indirecta dando prioridade à contratualização com o privado".

"O que o PSD faz é abrir novamente a porta, como sempre fez durante 16 anos em

que deteve a pasta da Saúde, às soluções privadas, nem sequer com carácter de complementaridade e já como primeira solução", fez notar o deputado comunista.

Ora é precisamente neste ponto que reside a "grande diferença" entre o PCP e o PSD, não apenas quanto à avaliação do problema e suas principais causas, como ainda quanto às propostas e medidas a adoptar.

É que na génese do problema, foi ainda Bernardino Soares a lembrá-lo, está o "crónico subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde", sempre praticado pelo PSD e agora igualmente assumido pelo Governo socialista. Esta insuficiência de recursos financeiros, enfatizou, "paga-se caro", o mesmo é dizer, "paga-se com a saúde dos portugueses", sobre quem

recai a "falta ou a degradação de instalações e de equipamentos".

E se esta é uma causa directa para a existência de listas de espera, insuportável realidade que marca quotidianamente a vida de muitos portugueses, a elas não é igualmente alheio aquilo que o deputado do PCP chamou de "promiscuidade entre a prestação pública e a privada de cuidados de saúde através de convenções".

"Há muitos anos submetida a interesses instalados", foi esta política, acusou, que permitiu e até incentivou a baixa de produtividade do SNS, fazendo de contas que os serviços públicos tinham as suas capacidades esgotadas", assim desviando para os privados importantes recursos.

Ora é exactamente essa orientação que está subjacente ao diploma subscrito pelo PSD.

E de tal maneira ela é clara que acaba por evidenciar o que Bernardino Soares considerou ser a grande contradição presente na proposta do PSD, a qual é a de admitir que a resolução das lista de espera passa pelo agravamento de uma das suas causas, ou seja, a transferência de fundos para o sector privado.

Separando as águas, Bernardino Soares lembrou, pois, que "o verdadeiro e eficaz combate às listas de espera só se fará com a valorização e a defesa do SNS e com o aproveitamento pleno e prioritário da capacidade instalada", como defende o PCP, e nunca "torpedeando o SNS e os seus recursos, nem instituindo comissões de avaliação que retirem do controlo dos serviços públicos a gestão dos seus próprios recursos", como deseja o PSD.

## Luta contra a droga em projecto de lei do PCP Reforço da prevenção em meio escolar

Aprofundar e generalizar as medidas de prevenção primária da toxicod dependência, designadamente no meio escolar, constitui a grande aposta de um projecto de lei do PCP entregue na passada semana no Parlamento. Nele se definem, concretamente, princípios e linhas orientadoras precisas neste domínio da luta contra a droga, apontando-se simultaneamente medidas de intervenção em situações de risco e de reinserção social e laboral de toxicod dependentes.

Com este diploma, anunciado e apresentado por Bernardino Soares no Dia Mundial de Luta Contra a Droga, assinalado a 26 de Junho, o Grupo Parlamentar comunista visa contribuir para a superação das lacunas existentes no plano da política de prevenção, bem como da reinserção social dos toxicod dependentes em recuperação.

De entre as propostas por si preconizadas, destaque para a introdução de actividades curriculares e extracurriculares nos ensinos básico e secundário, divulgadoras não apenas de estilos de vida saudáveis mas também dos riscos e perigosidade associados ao consumo de drogas.

"Suprir a quase completa ausência de formação superior na área da toxicod dependência", introduzindo nos currículos de alguns cursos superiores temáticas relacionadas com esta matéria, constitui outro dos objectivos visados com este diploma, no qual se propõe, simultaneamente, a tipificação e intervenções específicas nos locais e grupos de risco em que "há um ambiente propício à propagação do consumo e tráfico de drogas".

Em relação a estas situações defendido é, igualmente, como salientou o deputado do PCP, um outro nível de resposta, o qual passa por centros de apoio que tenham capacidade para intervir no plano da assistência, do apoio social e médico-sanitário, de redução de riscos, "sempre com o objectivo do encaminhamento para soluções de tratamento e recuperação".

Trata-se, em suma, de mais um contributo do PCP para um combate que, por ser difícil, deve ser enfrentado com redobrada "eficácia e tenacidade". Dessa luta no plano nacional falou ainda Bernardino Soares para pôr em relevo, por um lado, a necessidade de serem aumentados os meios e de ser aplicada a legislação já existente, e, por outro lado, a importância de ser incrementada uma estratégia e uma abordagem global que inclua todas as áreas de

intervenção, desde a prevenção à reinserção social, passando pela repressão do tráfico.

Analisadas por Bernardino Soares foram ainda, noutro plano, as causas mais profundas do fenómeno da droga à escala planetária. Radicam, em sua opinião, "nas próprias contradições da sociedade e na sua organização, bem como na ordem mundial vigente",

de que são testemunho, especificou, "a lógica absoluta do lucro, as desigualdades e as injustiças sociais, a pobreza, a miséria e a exploração a que estão sujeitas grandes faixas da população mundial".

Daí que, do seu ponto de vista, a luta contra a droga tenha necessariamente que dar prioridade à "superação das desigualdades e à luta por melhores condições de vida

para os povos do mundo", o que pressupõe, adiantou, não apenas formas específicas de "apoio a países produtores para substituição de culturas", como também a "eliminação das trocas desiguais entre países" e, bem assim, a "penalização dos capitais especulativos em favor das actividades produtivas, atacando assim ao mesmo tempo o branqueamento de capitais".

## Mobilidade laboral Defender os direitos dos trabalhadores

Garantir plenamente os direitos dos trabalhadores em caso de cedência ou transferência de empresa ou estabelecimento, eis, em síntese, o grande objectivo de um projecto de lei do PCP entregue há dias no Parlamento.

Com esta iniciativa legislativa pretende-se pôr cobro, designadamente, aos atropelos que frequentemente são cometidos a direitos de trabalhadores sujeitos no quadro das relações laborais às mais diversas formas de mobilidade.

Na génese destas alterações estão, sobretudo, mudanças ao nível da estrutura empresarial, através de novas formas de organização, da reestruturação de grupos económicos e da segmentação de empresas.

Neste contexto, como salienta a nota pre-

ambular do diploma, "milhares de trabalhadores têm sido cedidos ou transferidos da empresa «mãe» para as novas empresas sem serem ouvidos ou sem o seu acordo, sem que os seus direitos estejam assegurados ou sem que as empresas cedentes e cessionárias assumam plena e solidariamente as respectivas obrigações perante os trabalhadores".

São, pois, esses direitos dos trabalhadores que o projecto de lei comunista quer acautelar, estabelecendo ao longo dos 26 artigos do seu articulado uma grelha de garantias incidindo nos mais variados planos, seja, por exemplo, no regime de prestação de trabalho seja no plano da retribuição seja, ainda, no capítulo dos subsídios regulares e periódicos.

## TRABALHADORES

Luto  
na EPAC

Dezenas de trabalhadores vestidos de luto concentraram-se dia 24 junto à sede da EPAC, protestando contra a ameaça de desemprego. Rosa Xisto, do CESP/CGTP, disse à Agência Lusa que, dos 281 funcionários actuais, apenas cerca de 170 serão integrados na EPAC-Comercial, ficando os restantes à beira de perder o emprego, com a prevista liquidação da empresa-mãe. A maioria destes trabalhadores é constituída por técnicos, que deveriam ser readmitidos no Instituto Nacional de Garantia Agrícola (de onde alguns provieram) ou integrados na Administração Pública, defendeu aquela dirigente sindical. O CESP, referiu, sabe que a EPAC-Comercial vai funcionar para a compra e venda de cereais, mas ignora pormenores, como a quantidade de silos que a empresa terá, «porque o plano de viabilidade já foi entregue em Bruxelas, mas o Governo ainda não teve tempo de o entregar aos sindicatos».

Escola  
Náutica

A «total falta de diálogo» do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território com os sindicatos acerca da situação na Escola Náutica Infante D. Henrique foi denunciada na semana passada, numa conferência de imprensa conjunta dada pelo SPGL, o SNESup, o Sindicato dos Engenheiros da Marinha Mercante e a Associação de Alunos daquele estabelecimento. Estas estruturas representativas reclamam a aplicação, na Escola Náutica, do Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico, que até parecia perspectivar-se. «Mas, contrariando todas as legítimas expectativas da Escola, persiste por parte do MEPAT uma intenção deliberada de ignorar, relegando-a para uma posição de mera espectadora em questões que lhe são vitais», protesta-se no comunicado conjunto que foi divulgado aos jornalistas. Sindicatos e associação de alunos decidiram apresentar ao Governo uma proposta de decreto-lei para resolver o problema, na qual consideram que a dupla tutela da Escola é relevante, mas «não há qualquer razão para que a Escola Náutica não passe a ficar unicamente tutelada pelo Ministério da Educação, que tem demonstrado abertura ao diálogo e se opôs à gravosa proposta de Lei Orgânica apresentada pelo MEPAT».

OPV na Bolsa, contestação na rua  
Privatizar a EDP  
é um grave erro político

Enquanto o Governo exhibe a sua satisfação por ter arrecadado mais uns 500 milhões de contos para as contas da convergência nominal, os sindicatos denunciam a redução do emprego, o ataque aos direitos e a degradação da qualidade do serviço.

Manhã cedo, na Bolsa de Lisboa, teve lugar anteontem a sessão especial que culminou a segunda oferta pública de venda da EDP. Depois do *green shoe* (mais 1,55 por cento) e da venda directa ao parceiro estratégico (2,25 por cento), o Estado deverá ficar com 50 por cento e mais 100 acções.

A 4300 escudos por acção (preço para o público em geral, que é quase 2 por cento inferior à cotação registada no final de sexta-feira), as contas públicas obtiveram uma receita de 445 milhões de contos, a que se somam 58 milhões da venda directa ao parceiro espanhol, a Iberdrola. Aos jornalistas o ministro Sousa Franco disse

que, com os 635 milhões de contos de privatizações deste ano (contando a Cimpor), Portugal ocupará um lugar entre os cinco ou seis países da UE com menor nível de dívida pública - critério-pilar da moeda única.

Outras preocupações foram apresentadas pela FSTIEP-/CGTP, que na terça-feira levou algumas dezenas de dirigentes sindicais ao largo fronteiro à Bolsa, para protestar contra mais este passo na privatização. Ali - tal como haviam feito quinta-feira na baixa lisboeta, em tribuna pública -, os representantes dos trabalhadores apontaram as consequências que se fizeram sentir na EDP desde a primeira OPV, há um



Os trabalhadores contestam a opção da privatização e apontam os prejuízos que ela já provocou a vários níveis (foto da acção de anteontem frente à Bolsa)

ano: as decisões passaram a ser tomadas tendo em vista aumentar os lucros (em vez de procurar, primeiro, assegurar um serviço público de qualidade), houve redução de emprego e aumento dos ritmos de trabalho, o ataque a direitos elementares

dos trabalhadores põe em causa condições de segurança, e piorou a qualidade do serviço (encerraram locais de atendimento, diminuíram os piquetes e demora mais a reparação de avarias, generaliza-se a cobrança por estimativa).

A privatização é considerada «um grave erro político do Governo», pois o sector eléctrico «tem um interesse estratégico para Portugal, não podendo ficar dependente de interesses privados nem de capitais estrangeiros». Na resolução aprovada na tribuna pública de dia 25 salienta-se que a EDP representa «um grande património público de criação de riqueza» e volta-se a defender «uma redução de tarifa que o Governo nunca concretizou».

Quanto ao «encaixe» financeiro, recorda-se que a EDP «nos últimos 4 anos deu cerca de 300 milhões de contos de lucros líquidos e pagou ao Estado mais de 150 milhões de contos de IRC».

Acção  
sindical  
no  
Colombo

Seguranças do Centro Comercial Colombo tentaram, dia 23, impedir a acção de dirigentes do CESP/CGTP, que distribuíam propaganda sindical. O sindicato afirma que os seguranças utilizaram «todos os meios, incluindo a coacção física, com empurrões à mistura», e que a direcção do Colombo «requeceu, inclusive, a presença da PSP para obrigar os sindicalistas a pararem a acção».

Mas, «com o contributo importante dos agentes da PSP, que acompanharam os dirigentes sindicais à direcção do centro comercial», estes «puderam continuar e concluir a sua missão», sendo recebidos «de uma forma muito positiva pelos trabalhadores e clientes».



## Manifestação em Guimarães

Dirigentes e delegados sindicais, membros de CTs e outros trabalhadores desfilarão sexta-feira pelas ruas de Guimarães, correspondendo ao apelo da União dos Sindicatos do distrito de Braga. A manifestação partiu do Jardim da Alameda, onde o coordenador da USB explicou os «truques» e «vigarices» do Governo, contidos nas propostas de lei sobre Segurança Social, férias, duração dos contratos a termo, trabalho a tempo parcial, conceito de remuneração, *lay-off* e trabalho nocturno. Adão Mendes, também membro da Comissão Executiva da CGTP, manifestou o total desacordo da central com tais propostas e condenou a intenção de as fazer aprovar em tempo de férias.

EFFAs em vigília  
para defender o sector

Trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas e das indústrias de defesa vão participar, desde as 14 horas de terça-feira e até às 17 horas de quarta-feira, numa vigília em defesa das empresas e pela garantia dos postos de trabalho e demais direitos.

A iniciativa, marcada pelo STEFFAs/CGTP para as imediações do Ministério da Defesa - que persiste em não dar informação sobre o projecto de reestruturação que tem em marcha -, deverá ser acompanhada de uma greve de 4 horas, no dia 8, nos estabelecimentos fabris do Exército, onde mais de 300 trabalhadores não viram renovados os contratos a termo.

Ao anunciar a jornada de luta, o sindicato refere «factos recentes que indicam estar em preparação o encerramento de toda a área produtiva e comercial das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, da Manutenção Militar e do Laboratório

Militar» e denuncia «interesses privados no sector, envolvendo empresas cujos accionistas têm responsabilidades nos estabelecimentos e nas próprias Forças Armadas».

«Além das grandes preocupações quanto ao futuro, a falta de diálogo do Governo com os trabalhadores dos EFFAs suscita inquietações imediatas e com reflexos muito concretos no dia-a-dia de milhares de trabalhadores», afirma o sindicato, que quer também «ver urgentemente resolvidos» a revisão de carreiras e respectivos sistemas retributivos, o estatuto de pessoal e todas as reivindicações apresentadas ao secretário de Estado da Defesa.

O STEFFAs sublinha que este é «um sector forte e com futuro», uma vez que «o apoio logístico às Forças Armadas e outros organismos estatais continua a abarcar um leque de necessidades a que os EFFAs são capazes de, com vantagem, dar resposta».

Conde  
Ferreira

Um novo negócio escondido, visando favorecer a Misericórdia do Porto, ou uma total desorientação e desautorização do Ministério da Saúde é o que podem indiciar, segundo o Sindicato da Função Pública do Norte, os mais recentes desenvolvimentos do «romance que se desenrola há anos em torno do Hospital Psiquiátrico Conde Ferreira». Num comunicado citado segunda-feira pela Agência Lusa, o sindicato reagiu a uma entrevista do ex-presidente da Comissão de Gestão do hospital, que no dia 24 veio desmentir que esteja prevista a saída de doentes para outras unidades de saúde, o que contraria um decreto-lei de Maria de Belém. «Afinal, quem manda no Ministério da Saúde?», pergunta o sindicato.

## Coimbra

A exclusão de organizações sindicais do Conselho Local de Educação foi veementemente criticada pelo Sindicato dos Professores da Região Centro, que entende tal atitude como uma demonstração de que a Câmara Municipal «desvalorizou a participação dos docentes» em todo o processo que levou à constituição daquele órgão consultivo. Tal significa, afirma o SPRC numa nota citada pela Lusa, que o executivo autárquico «continua a não querer grandes incómodos nos momentos em que se torna necessário debater a educação no concelho».

## Bacharéis

O acesso ao grau de licenciatura por professores com bacharelato foi contemplado num decreto-lei aprovado na semana passada, mas que não foi negociado com os sindicatos. Ao denunciar «o carácter limitado da tão apregoada capacidade de diálogo» do Governo, assim evidenciado mais uma vez, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa alerta para o facto de não estar previsto nenhum horizonte temporal para a conclusão do processo, e reclama que 2002 seja considerado o prazo-limite. O SPGL mostra apreensão por não estar fixada a gratuitidade dos cursos para o acesso à licenciatura, tal como por não ser claramente considerada a antiguidade como parâmetro central na selecção dos candidatos. Declara ainda que estará atento ao cumprimento do prazo de 180 dias, previsto no diploma, para que seja publicada legislação permitindo a aquisição do grau de licenciado por professores não titulares do grau de bacharel.

## Guardas da Natureza

Uma greve de três dias, que termina amanhã, foi convocada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, como forma de os guardas e vigilantes da Natureza dependentes do ICN e das direcções regionais do Ambiente exigirem a unificação e revalorização das suas carreiras profissionais. Assim, as áreas protegidas e os recursos hídricos do País iriam estar desde ontem sem protecção nem fiscalização, «por inteira responsabilidade do Governo que, para além de arrastar durante dois anos o processo de negociação, continua sem apresentar qualquer contraproposta», afirmava a federação, numa nota divulgada segunda-feira. No documento recordava-se o compromisso assumido pelo assessor do primeiro-ministro a 19 de Junho, no sentido de serem feitas diligências para desbloquear o processo. Mas, na reunião de dia 24, no Ministério do Ambiente, «não foi possível dar continuidade à negociação, dada a inexistência de proposta governamental para analisar», lamenta a FNSFP. A paralisação abrangeu anteontem o Norte, hoje - a região Centro e amanhã - Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

## Sheraton

Por melhores salários e melhores condições de trabalho, foi convocada nova greve (a terceira desde Abril) para o Hotel Sheraton, com início às 23 horas de ontem. «A administração multinacional do Sheraton teima numa postura de prepotência, sem o mínimo de respeito pela dignidade dos seus trabalhadores», acusou o Sindicato da Hotelaria do Sul.

## Caraça e o fotógrafo

Na sessão evocativa dos 50 anos do falecimento de Bento de Jesus Caraça, realizada dia 25 no Instituto Superior de Economia e Gestão, em Lisboa, Carvalho da Silva fez questão de lembrar que João Silva, fotógrafo da CGTP que conta 83 anos, «está hoje aqui a fazer o registo desta sessão com o mesmo profissionalismo e empenho com que há 50 anos filmou o funeral de Bento de Jesus Caraça no Cemitério dos Prazeres».

Nesta cerimónia das comemorações promovidas pela CGTP intervieram ainda o professor João Caraça (filho do matemático e comunista) e o primeiro-ministro (que apontou a Biblioteca Cosmos como a maior acção de divulgação científica alguma vez realizada em Portugal).

# Governo responsabilizado pelas consequências Administração Local para segunda-feira

A manifestação de 27 de Maio, a participação na jornada da CGTP de 18 e 20 de Junho e os contactos com as autarquias mostraram que os trabalhadores estavam dispostos a agudizar a luta, mas não suscitaram respostas concretas do Governo.

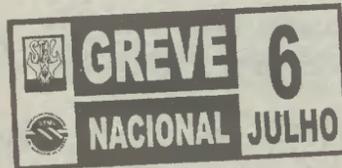
No seguimento daquele conjunto de iniciativas, os sindicatos da Administração Local (STAL e STML) entregaram um pré-aviso de greve de 24 horas para dia 6 de Julho.

Os objectivos da paralisação incluem a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco (e o cumprimento do acordado), o fim de medidas repressivas no projecto sobre classificação de serviço, a defesa da Segurança Social e o reforço ao nível da aposentação, a defesa dos serviços públicos e da segurança do emprego. Destacam-se as reivindicações em matéria salarial: a negociação de uma efectiva revalorização de carreiras (com fortes críticas ao diploma do Governo, feito a partir do acordo com o Sintap/UGT), a equiparação dos

valores do salário mínimo nacional e do índice 100, a aplicação do adicional de 2 por cento às carreiras dos bombeiros (sector onde se registam violações da liberda-

de sindical) e a atribuição do subsídio de insularidade nos Açores.

Os incómodos que a greve causará junto da população poderiam ser evitados, se o chefe do Governo providenciasse a tomada de «medidas urgentes no sentido de inverter a política seguida e de responder às justas reivindicações dos trabalhadores», salienta-se num comunicado conjunto das direcções do STAL e do STML.



Os sindicatos, que estão a preparar uma carta-aberta a António Guterres, revelaram ainda que enviaram um ofício aos autarcas, no qual alertam para os problemas dos trabalhadores e «solicitam a tomada de posições públicas, no pressuposto de que esta é uma responsabilidade de todos». Vão ainda solicitar audiências aos grupos parlamentares e ao Presidente da República.

## Ferrovários decidem continuar a luta

Defendendo que é possível um acordo que, no essencial, responda às reivindicações dos trabalhadores, o plenário de sindicatos da FSTFP/CGTP responsabilizou, na passada quinta-feira, o Governo, o conselho de gerência da CP e as administrações da Refer e da EMEF, pelo conflito que levou à realização de greves, a 29 de

Maio, 12 e 19 de Junho, com forte adesão.

O plenário reafirmou as exigências de «garantias claras» de manutenção dos postos de trabalho e dos direitos, e de cumprimento do acordado em 1996 relativamente à negociação do Regulamento de Carreiras. Voltou a reclamar o fim da discriminação na atribuição de prémios e a humanização das escalas de serviço, bem como a eliminação do actual sistema de avaliação profissional, o fim da discriminação no conceito de deslocação, a evolução de um índice salarial para todos os trabalhadores e a distribuição de equipamento individual de segurança.

No final do plenário, delegações sindicais deslocaram-se à residência do primeiro-ministro e ao Ministério do Equipamento. A partir

de sexta-feira, uma delegação iria diariamente exigir à administração da EMEF o recomeço de negociações e resposta às propostas da federação (entregues a 14 de Maio).

Durante a corrente semana, os ferroviários realizam uma semana de esclarecimento junto da população acerca dos motivos da sua luta.

A federação exigiu ao CG da CP que apresentasse, na reunião marcada para anteontem, propostas que possam constituir «uma base de trabalho, a fim de caminharmos rapidamente para um eventual acordo nas três empresas». No plenário ficaram decididas novas greves de 24 horas, dia 13, na CP e Refer. Os contornos da greve na EMEF iam ser definidos ontem, num plenário sindical da empresa.

## Greve na Saúde com forte adesão

A greve de quinta e sexta-feira «saldou-se por um rotundo sucesso», congratulou-se a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública, manifestando a esperança de que os níveis de adesão dos trabalhadores dos serviços gerais do Ministério da Saúde possam convencer o Governo a publicar o diploma sobre carreiras profissionais, que acordou em Dezembro de 1996 com a FNSFP, após dois anos e meio de negociações.

A greve abrangeu, entre outros, o pessoal auxiliar de acção médica, auxiliar de apoio e vigilância, cozinheiros, barbeiros, operadores de lavandaria e a forte adesão dos trabalhadores provocou o encerramento de blocos operatórios em hospitais e anulação ou anomalias nas consultas externas.

A federação sublinha que a aplicação da proposta de reestruturação de carreiras da Saúde tem um custo de 1,2 milhões de contos, a distribuir por cerca de 30 mil trabalhadores que ganham entre 66 e 110 contos. E recorda que o Governo, dizendo ter preocupações sociais, concedeu 200 milhões de contos de benefícios fiscais «aos empresários dos prejuízos eternos», vai gastar 210 milhões de contos em submarinos e vai atribuir 55 milhões de contos de indemnizações a agrários, «meia dúzia de famílias que têm a terra improdutivo».

## Enfermeiros unidos pela licenciatura

Uma grande manifestação de alunos e docentes de enfermagem e de enfermeiros respondeu, na passada quinta-feira, a um despacho do Governo que, contra a vontade da classe, prevê a formação em duas etapas (três anos, para bacharelato, e mais dois, para licenciatura). Promovida por um amplo leque de sindicatos e associações, com relevo para o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, a manifestação de 25 de Junho foi «o primeiro aviso» de um protesto que vai continuar, reclamando uma formação de 4 anos que conceda o grau de licenciatura.

Na próxima segunda-feira o SEP volta a reunir com os

responsáveis da Saúde e da Educação, para fazer ouvir a voz da classe. Foi vivamente condenado o facto de, na reunião de dia 23, o Governo ter apresentado aos representantes dos enfermeiros o despacho das duas etapas, propondo-se a ministra da Saúde tomar nova decisão no primeiro trimestre de 1999 e depois de um estudo sobre os conteúdos funcionais, as competências e os perfis da enfermagem.

Estudante, docentes e enfermeiros reclamam uma decisão imediata, de modo a que o primeiro curso de licenciatura se inicie no ano lectivo de 1999-2000.



A manifestação nacional deslocou-se aos ministérios da Saúde e da Educação

## Sitava na CGTP

Apurados os resultados da Assembleia Geral realizada dia 16 e escrutinados os votos das 32 mesas de voto que funcionaram por todo o País, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos anunciou que os sócios aprovaram a adesão do Sitava à CGTP, processo que será formalizado em breve. Na nota de imprensa divulgada quinta-feira, recorda-se que o sindicato foi criado, em 29 de Maio de 1980, a partir de sindicatos filiados na Inter «com o propósito de unir e fortalecer as organizações sindicais no sector da aviação civil, combatendo a fragmentação e divisionismo» e que, nestes 18 anos, manteve sempre «estreitos laços de cooperação» com a central. A mesma AG ratificou a adesão à Federação Sindical dos Transportes na UE e aprovou uma revisão estatutária que «visou essencialmente adequar a estrutura orgânica do sindicato à sua realidade actual e simplificar, tornando-os mais operacionais, os processos democráticos de decisão e funcionamento».

## Metalúrgicos de Aveiro, Viseu e Guarda

Mais de 4500 associados participaram nas eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda, que decorreram de 22 a 26 de Junho. Uma nota da mesa da Assembleia Geral informa que 4481 votos couberam à lista A (única), registando-se ainda 29 votos brancos e 9 nulos. No decorrer do processo eleitoral houve cerca de duas centenas de trabalhadores que se inscreveram no sindicato. A Mesa da AG congratulou-se pela forma como decorreram as eleições e saudou os metalúrgicos pela sua participação, «que resulta de um apoio claro aos homens e mulheres que se dispuseram a assumir os destinos do sindicato nos próximos três anos, mas também da consciência de que votar é um direito e um dever da classe».

## Hotelaria do Sul

Tomaram posse, sexta-feira, os novos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, eleitos para um mandato até 2001.

## 9 toneladas, não: 90!

No artigo de J.J. Louro, no último *Avante!*, sobre a Caravana a Vigo de Solidariedade com Cuba, salta à vista uma gralha: o material recolhido e transportado pelos activistas dos núcleos de Almada e Setúbal da Associação de Amizade Portugal-Cuba atingiu as 90 toneladas, e não as nove como surge na notícia. Rectificação feita, importa sublinhar a projecção que esta iniciativa teve na comunicação social em geral, particularmente nos *media* nacionais, televisão inclusive. Foi um dos aspectos mais marcantes nesta acção de solidariedade contra o bloqueio.

## IVG – processo iniciado deve ser concluído

“O MDM considera que o resultado obtido neste referendo não pode significar um passo negativo na longa luta pelo reconhecimento do direito da mulher a decidir por si”, afirma-se em documento do Movimento Democrático de Mulheres sobre o referendo de domingo passado. O MDM manifesta “o seu profundo desagrado pela solução imposta pelo governo PS de cedência ao PSD, e de efectuar um referendo sobre uma matéria tão delicada, de foro pessoal, mas e simultaneamente tão grave na correcta perspectiva de saúde pública”. O movimento considera que a “Assembleia da República não se pode demitir das suas responsabilidades e do seu papel. A lei de despenalização da interrupção voluntária da gravidez, que já tinha sido votada favoravelmente, exige a sua conclusão, em nome da dignidade da mulher e do cumprimento da própria Constituição Portuguesa que não aceita a discriminação”.

## Plataforma para o Médio Oriente

A Plataforma para o Médio Oriente, que integra vinte e três ONG's, foi recebida no passado dia 23 de Junho pela Comissão da Defesa Nacional da Assembleia da República. A Plataforma transmitiu as suas preocupações com a evolução da crise iraquiana, com as medidas seguidas para a sua resolução e com a postura assumida pelo governo português ao disponibilizar a base das Lajes às forças armadas norte-americanas. A Plataforma defendeu o princípio de que conflitos desta natureza devem ter respostas políticas, sendo o espaço adequado para a sua resolução as Nações Unidas. A Plataforma criticou ainda a cedência das Lajes para operações militares, aventureiras, avessas à sensibilidade, aos valores e aos próprios interesses dos portugueses, sem haver sequer consulta prévia ao Conselho de Defesa Nacional e à Assembleia da República.

## Ensino em debate na Moita

Eleitos e técnicos da área do ensino das câmaras municipais da Área Metropolitana de Lisboa estiveram reunidos, no dia 23 de Junho, na Câmara da Moita, para debater o “Insucesso e abandono escolar” e a “Educação física e o desporto escolar”. No debate em torno do primeiro tema foram referidas algumas perspectivas de actuação, na sequência da avaliação da situação existente, a ser feita com base num inquérito que abarca toda a Área Metropolitana de Lisboa. Na abordagem do segundo tema, os presentes tiveram oportunidade de tomar conhecimento da diversidade de projectos na área da expressão físico-motora, salientando-se a necessidade de definir formas de intervenção comuns, não só no que respeita à expressão físico-motora mas também a outras formas de expressão, como a dramática, musical e plástica. Foi assim decidida a realização de um encontro entre autarcas, técnicos da área da educação e do desporto, professores e representantes das direcções regionais de educação sobre a expressão físico-motora no primeiro ciclo.

## Junta Metropolitana de Lisboa dá prioridade à regionalização

A Junta Metropolitana de Lisboa elegeu, por unanimidade, “como objectivo central e imediato” da sua actividade a promoção de iniciativas que conduzam à criação, em concreto, da Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal. A Junta reafirmou a “necessidade de democratização da gestão político-administrativa da Região correspondente à actual Área Metropolitana de Lisboa”. O documento apela aos cidadãos da região para que “procurem informar-se sobre o que, de facto, está em jogo com o processo em curso”. Os autarcas elegeram como “objectivo central e imediato da sua actividade a promoção de iniciativas tendentes à criação em concreto da Região Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal, através do seu envolvimento num profundo processo de debate e esclarecimento dos cidadãos”. O documento começa por referir que a Área Metropolitana de Lisboa tem vindo a funcionar desde 1992 e que pela experiência colhida “poder-se-á afirmar que o mais significativo resultado apurado nestes anos aponta a evidente necessidade de institucionalizar urgentemente a Região Administrativa Metropolitana de Lisboa e Setúbal”.

# Um ano de esperanças adiadas

Um ano de manifestações contra a política do M.E.



Um ano lectivo de oportunidades perdidas, um ano de esperanças adiadas – é esta a avaliação geral que a Direcção da do Ensino Superior da JCP faz do ano lectivo de 97/98.

Em Declaração à imprensa, os jovens comunistas sublinham as “dificuldades mais que evidentes das instituições em darem resposta às necessidades” que se colocam ao sistema público do ensino superior, dificuldades que no fundamental decorrem da “continuação das políticas de subfinanciamento crónico” e que tem consequências gravíssimas ao nível da qualidade” do ensino.

Um ano de “esperanças adiadas”, marcado, entretanto, pela luta “que os estudantes do ensino superior empreenderam na defesa dos seus direitos e do sistema público do ensino superior”.

Um dos anos em que – como afirma o documento – “a luta dos estudantes mais força,

mobilização e visibilidade teve”, marcado por um “movimento nacional de contestação à Lei de financiamento do PS e que envolveu milhares e milhares de estudantes por todo o país, por greves na generalidade dos estabelecimentos de ensino superior público, por sucessivos boicotes à aplicação da Lei das propinas”.

No final do ano lectivo, assiste-se ainda “à mobilização de milhares de estudantes para o boicote ao pagamento de propinas”. Um processo que o ME tenta travar impondo sanções, fazendo passar a imagem de que são as universidades quem as define.

A JCP sublinha ainda a ausência de diálogo por parte

do Ministério, a que se contrapõe uma crescente unidade dos estudantes para a luta, como o demonstra o último Encontro Nacional de Dirigentes Associativos (ENDA), que aprovou um conjunto de moções que apontam – como caminho para a saída da crise – para a revogação da actual lei de Financiamento; a suspensão imediata da aplicação da lei e do pagamento das

propinas; o iniciar de um amplo debate sobre o financiamento do ensino superior e a acção social escolar.

A concluir, o documento dos jovens comunistas afirma que “é encarando o diálogo de uma forma séria e justa, mostrando o respeito por todos os parceiros sociais, que se conseguirá ultrapassar o impasse que o Ministério da Educação criou”.

## Couço – A luta de um Povo

Com este título foi inaugurada a Exposição comemorativa das lutas ocorridas entre 1958 e 1962 no Couço. Presentes no acto inaugural, no decorrer do qual produziram breves intervenções sublinhando a importância daquelas lutas e a coragem e determinação dos que as protagonizaram, os presidentes da Junta e da Assembleia de Freguesia do Couço – Diamantino Ramalho e Ortelinda Nunes – e os presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Coruche – Manuel Brandão e José Casanova. Entre os convidados, para além de muitos coucenses, estavam muitos outros vindos de outras localidades

do Concelho e do Distrito. A Exposição – simples e evidenciando grande sensibilidade na visão das relevantes lutas travadas pelo povo do Couço – permanecerá até 19 de Julho, data do encerramento das comemorações.

No passado dia 26, novamente na Casa do Povo, realizou-se uma sessão/debate em torno das lutas de 58/62. José Casanova, da Comissão Política do PCP, abriu o debate numa intervenção em que analisou as referidas lutas, enquadrando-as no contexto nacional e destacando a sua importância e significado.

“Tratou-se de dois momentos altos da luta antifascista no mundo rural. Na base destas

lutas e das características específicas de que se revestiram, está a existência de um povo – o povo do Couço – que por um conjunto concreto de circunstâncias, se elevou a um nível notável de consciência política, de classe e revolucionária”. E acrescentou: “a organização, direcção e concretização destas lutas – que envolveram a quase totalidade da população da freguesia – foi obra da organização local do PCP que soube estar à altura das suas responsabilidades, quer em 1958, construindo a grande greve de protesto contra a fraude eleitoral -, quer em 1962 – arrancando decididamente para a conquista das 8 horas de trabalho”.

João Camilo, Olímpio Brás e Maria Galveias, todos acti-

vos intervenientes nessas lutas, lembraram, em depoimentos vivos e comoventes, esses heróicos acontecimentos, nomeadamente através da descrição da violenta repressão desencadeada pelo fascismo na madrugada de 24 de Abril de 1962 com a invasão do Couço por dezenas de agentes da Pide, as casas arrombadas, as prisões, as torturas. A encerrar a iniciativa, Manuel Freire cantou, durante cerca de uma hora, algumas das suas belas canções.

As comemorações prosseguem até 19 de Julho, dia em que se realizará um grande almoço oferecido à população e, à noite, um comício em que intervirá Carlos Carvalhas e a que se seguirá um espectáculo com Carlos do Carmo.

## Alpiarça comemora lutas de 1958

As lutas de 1958 foram lembradas, domingo passado, em Alpiarça, onde um grupo de democratas realizou algumas iniciativas comemorativas das lutas e de homenagem aos alpiarcenses falecidos.

De destacar, entre estas iniciativas, a romagem ao cemitério, onde foi colocada uma coroa de flores na presença de dezenas de pessoas que, num gesto carregado de simbolismo, quiseram associar-se a esta homenagem.

Em nome da Comissão organizadora, Álvaro Brasileiro dirigiu breves palavras aos presentes, chamando a atenção para o exemplo íntegro e coerente dos homenageados e sublinhando que continuar a sua luta será

sempre a melhor homenagem que lhes poderá ser prestada.

No jantar comemorativo realizado no pavilhão da feira, usaram da palavra Raimundo Cabral e Domingos Abrantes, tendo este último sublinhado na sua intervenção o contributo valioso dos antifascistas de Alpiarça para as lutas que então se desenvolveram, por aumentos salariais, melhores condições de vida, de solidariedade, exigindo a libertação dos presos políticos, ou seja, uma intensa actividade pela causa da liberdade.

A Comissão que promoveu estas comemorações iniciou também um trabalho que tem como objectivo contribuir para a história antifascista de Alpiarça.

## Hermann Pflüger morreu em Luanda

Com 88 anos, faleceu, no passado dia 9 de Junho, em Luanda, o cidadão alemão Hermann Pflüger, que deixa viúva Lotte Pflüger.

Vítima das perseguições racistas do regime nazi, o casal Pflüger refugiou-se em Portugal, onde a sua residência, em Lisboa, se transformou num centro de convívio.

Graças aos dotes de pedagogo e vasta cultura, as lições particulares de Hermann Pflüger rapidamente atraíram os estudantes de várias Faculdades da Universidade de Lisboa, em particular os alunos da secção de Germânicas da Faculdade de Letras.

Hermann Pflüger soube transmitir aos seus discípulos a rica herança dos melhores valores universais e humanistas da cultura alemã.

No final da segunda grande guerra foi preso pela Pide, pela sua postura como antifascista, e esteve vários meses nos calabouços do Aljube.

A sua obra silenciosa de pedagogo e antifascista foi oficialmente reconhecida quando a RDA o agraciou com a medalha de ouro de combatente antifascista.

O *Avante!* presta homenagem a Hermann Pflüger e apresenta condolências a sua família e amigos, a sua filha Rute Lara e seu genro Lúcio Lara, deputado angolano e dirigente do MPLA.

## País Basco

# Herri Batasuna exige saída dialogada

**Manuel Zamarreno é a última vítima mortal da ETA. Na quinta-feira, o vereador do PP da localidade de Renteria, perto de San Sebastian, foi alvo de um atentado através de uma bomba colocada numa motorizada, activada à distância.**

Zamarreno é o sétimo membro do PP assassinado pela organização separatista basca nos últimos dois anos. O atentado é atribuído ao comando «Donostia», o grupo etarra considerado como o mais numeroso e o mais perigoso.

O vereador já havia sido ameaçado pela ETA: o seu carro foi queimado e o seu nome apareceu escrito no centro de um alvo, na parede da Câmara Municipal local.

Zamarreno substituiu em Maio José Luis Caso, o vereador morto num bar de Irun pela ETA em Dezembro de 1996. Mantendo uma posição agressiva, acusou os representantes do Herri Batasuna (partido independentista, considerado o braço política da ETA)

de funcionarem como informadores da organização armada.

O vereador era acompanhado pelo seu guarda-costas, um agente da polícia autónoma basca (Ertzaintza). Desde os últimos atentados, mais de 160 vereadores municipais do PP do País Basco são protegidos por um dispositivo especial de segurança, depois deste partido ter decidido contratar seguranças privados.

### Herri Batasuna lamenta

Todas as forças políticas lamentaram esta morte, nomea-

damente o Herri Batasuna. Pela primeira vez este partido considerou o último atentado etarra um «acto lamentável», que prova a necessidade de «fazer frente» a outras acções semelhantes e apostando «de uma vez por todas, na busca de uma saída dialogada que possibilite a superação do conflito e as suas graves consequências».

«Esta não é, infelizmente, a posição que impera no PP, que aposta com todas as armas que tem nas suas mãos em estabelecer uma única saída possível: a cega via policial e repressiva», acrescenta num comunicado.

De facto, o governo espanhol apelou a uma forte resposta policial e a uma mobilização social como modo de enfrentar possíveis futuros atentados. «Estou certo que se vai deter quem cometeu este assassinato e que se aplicará a justiça de maneira implacável», afirmou o

ministro do Interior, Jaime Mayor Oreja.

O atentado ocorre dois dias depois de a ETA ter anunciado que iria romper uma trégua unilateral - desconhecida publicamente -, em que se comprometia não atacar os agentes da polícia autónoma basca. Há três semanas, esta unidade desarticulou o comando «Viscaya» e deteve 12 pessoas.

Poucas horas antes da morte de Zamarreno, chegaram a Madrid três presumíveis colaboradores da ETA expulsos do México numa operação internacional.

### Etarras condenados a 32 anos

Entretanto, a Audiência Nacional de Espanha condenou a 32 anos de cadeia os quatro membros da ETA responsáveis pelo sequestro de José António

Ortega Lara. Este funcionário prisional permaneceu sobre o poder da organização durante 532 dias. O cativo teve fim após uma intervenção da Guarda Civil.

De acordo com a Lusa, os etarras foram considerados responsáveis do sequestro e acusados de se deleitarem em fazer o maior mal possível a Ortega Lara. Foi-lhes imputado ainda a acusação de outro delito de assassinio aleivoso com grau de conspiração agravada.

A pena de 32 anos de prisão imputada a cada réu coincide com os pedidos solicitados pela acusação.

Tendo sequestrado Ortega Lara em Janeiro de 1996, a ETA exigiu, em troca da sua libertação, a transferência para as prisões do País Basco e de Navarra de centenas de membros da organização espalhados por instituições prisionais de todo o país.

### Protestos na Argélia

Oito civis morreram e pelo menos 42 ficaram feridos em resultado da última onda de violência que está a assolar a Argélia. Registaram-se atentados em Jemismiliana e em Toreicha. Por outro lado, milhares de pessoas de Tizi Ouzou manifestaram-se no fim de semana, protestando contra o assassinato do cantor berbere Lounés Matoub por integristas num falso controlo de estrada. Outro alvo da contestação é a implantação generalizada do uso da língua árabe em todo o país.

### Cuba como observador da ACP

A União Europeia ofereceu a Cuba o estatuto de observador nas negociações para a nova Convenção de Lomé, que agrupa os 71 países pouco desenvolvidos da ACP (África, Caraíbas e Pacífico), associados aos Quinze. Devido às condições financeiras internas, todos eles gozam de cooperação económica e de vantagens alfandegárias. O novo estatuto de observador de Cuba não outorga o direito de entrar no grupo.

### Paramilitares colombianos aceitam dialogar

O líder das AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia), o principal grupo paramilitar colombiano, mostrou-se disposto a negociar a paz com o presidente eleito, Andrés Pastrana. Como condições pedem um território desmilitarizado, dividido em três municípios, bem como a suspensão das ordens de captura contra os seus negociadores.

### Indonésios por aumentos salariais

Milhares de funcionários de uma fábrica têxtil indonésia manifestaram-se na segunda e na terça-feira no centro de Java, exigindo aumentos salariais e a melhoria das condições sociais. Cerca de seis mil trabalhadores cumpriram greve. Segundo a agência Lusa, está prevista uma marcha de 10 quilómetros até à cidade de Solo.

## Partido Comunista da Índia em Lisboa

A convite do PCP, o secretário-geral do Partido Comunista da Índia (Marxista), Harkishan Singh Surjeet, visitou Portugal nos dias 24 e 25 de Junho.

Surjeet encontrou-se com

uma delegação do PCP - composta por Carlos Carvalhas, Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Albano Nunes, membro do Secretariado e responsável da secção internacio-

nal - e manteve contactos com Álvaro Cunhal.

Na passada quinta-feira, participou num debate com quadros da Organização Regional de Lisboa do PCP. Surjeet referiu-se à situação da

Índia e às actividades do seu partido.

Entre outros temas, abordou os recentes ensaios nucleares realizados pelo governo de Nova Deli, considerando-os uma forma de desviar as atenções do povo indiano dos verdadeiros problemas sociais, bem como de criar focos de tensão com os países vizinhos. O PCI (M) manifestou-se contra esta iniciativa, posição que recolheu largo apoio popular.

No poder nos estados federais de Bengala Ocidental, Kerala e Tripure - que, no total, somam 100 milhões de habitantes -, o PCI (M) leva a cabo uma política orientada para a melhoria das condições de vida da população, para a reforma agrária e para a educação. Nesta área, foram alcançados grandes êxitos na erradica-

ção do analfabetismo, em claro contraste com os 40 por cento de analfabetos existentes no país.

Harkishan Singh Surjeet salientou os esforços do seu partido no sentido de uma mobilização popular em torno de uma plataforma reivindicativa, tendo já obtido apoios dos sindicatos e de outras organizações de massas.

«Esta visita de Surjeet a Portugal, que confirma as relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PCI (M), permitiu um amplo intercâmbio de informações e opiniões sobre a situação nos dois países, a actividade dos dois partidos e questões de actualidade da situação internacional e do movimento comunista e revolucionário internacional», afirmam os comunistas portugueses em comunicado.



Harkishan Singh Surjeet com a delegação do PCP

## Moderados vencem eleições na Irlanda do Norte

As eleições legislativas para a assembleia semiautónoma da Irlanda do Norte confirmam o resultado do referendo sobre o processo de paz para o Ulster: a população aposta na conjugação dos esforços e na coabitação de cristãos e protestantes.

David Trimble será o novo primeiro-ministro. O seu partido, o Partido Unionista do Ulster (protestante e unionista moderado), foi o mais votado. Dos 108 lugares da assembleia, fica com 28.

O Partido Social-Democrata e Trabalhador de John Hume

(católico e nacionalista moderado) foi o segundo mais votado, elegendo 24 deputados. O Sin Fein de Gerry Adams fica com 18 lugares.

Com estes resultados, as expectativas dos protestantes radicais (encabeçados pelo Partido Democrático Unionista de Ian Paisley) saem frustradas. Esperavam poder constituir um bloco que impedisse a formação de vínculos entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte, como está previsto no texto do acordo de paz, mas a sua posição de desvantagem não os permitirá

alcançar os seus objectivos. No total, 76 deputados são favoráveis ao processo de paz.

Todas as decisões adoptadas pela futura assembleia terão de contar com a aprovação de uma maioria de nacionalistas e unionistas, ou uma maioria total de 60 por cento.

A ministra britânica para a Irlanda do Norte, Mo Mowlan, considerou que «este é um passo vital em direcção à paz». «O povo voltou a pronunciar-se», acrescentou, congratulando-se com a vitória dos sectores moderados.



A população apostou na coabitação de nacionalistas e unionistas

Cimeira de Cardiff vista à lupa

# Uma cimeira «sem mas com muito

**O** findar do semestre da presidência britânica da UE ficou assinalado pela realização, em Cardiff, nos dias 15 e 16 de Junho, da cimeira dos chefes de Estado e de Governo dos Quinze. "Cimeira de transição" onde nada se decidiu e tudo se adiou? No dia em que o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, prestou contas ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo, os três deputados do PCP no PE, Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo, passaram as conclusões da Cimeira à lupa e alertam para que talvez não tenha sido uma reunião tão inócua como parece.

A Cimeira de Cardiff foi classificada por muitos meios de comunicação social como uma cimeira de "transição", no sentido de que não teria sido discutido nada de substancial. Foi mesmo assim?

**Joaquim Miranda** - Como se esperava, não seriam tomadas grandes decisões, daí que, no essencial, as conclusões da reunião se resumam a calendarizar assuntos e temas para reuniões futuras. Julgo ainda que será de ter em conta um aspecto: a Cimeira, que à partida se perspectivava como uma reunião que poderia dar algumas respostas ao problema do desemprego, não só não as deu como foi particularmente marcada por outro tema, as reformas institucionais.

**Sérgio Ribeiro** - Eu acho que esta Cimeira, mesmo sendo de transição, tem, apesar de tudo, muito conteúdo. Há afirmações que são muito perigosas, como a de que em Amsterdão (na cimeira de Junho de 97, que aprovou a revisão do Tratado da UE) houve questões institucionais não resolvidas e que a prioridade é ratificar Amsterdão em todos os países da UE rapidamente e, depois, continuar com o que em Amsterdão ficou no ar, que é uma enorme insatisfação por não se ter avançado suficientemente com as reformas institucionais. A questão institucional aparece aqui como uma preocupação muito grande na sequência daquilo que deixou os federalistas insatisfeitos em Amsterdão.

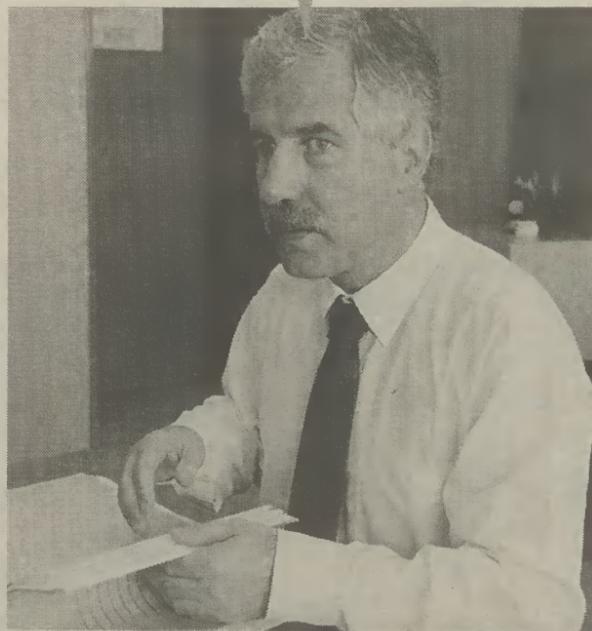
Esta Cimeira tinha uma ordem de trabalhos bastante ambiciosa, da qual constava a avaliação dos Planos Nacionais de Emprego e a realização do ponto da situação da negociação da Agenda 2000. O que é que saiu desta Cimeira sobre aqueles dois pontos?

**Honório Novo** - O plano de trabalhos que existia para este Conselho não foi cumprido, não se traduziu no seu resultado. A avaliação dos Planos Nacionais de Emprego acaba por ser protelada e as decisões sobre o emprego relegadas para o fim deste ano. Em relação ao ponto da situação da Agenda 2000 ele foi feito, de facto. Mas também foi feita a constatação de que os progressos visíveis e existentes no estabelecimento de consensos são muito limitados e recuados. Se, por um lado, são feitas algumas referências sobre as modalidades das contribuições para o futuro orçamento comunitário, estranhamente ninguém colocou uma *nuance* que está ligada a este problema, que é inscrever a discussão da Agenda 2000 no contexto do Alarga-

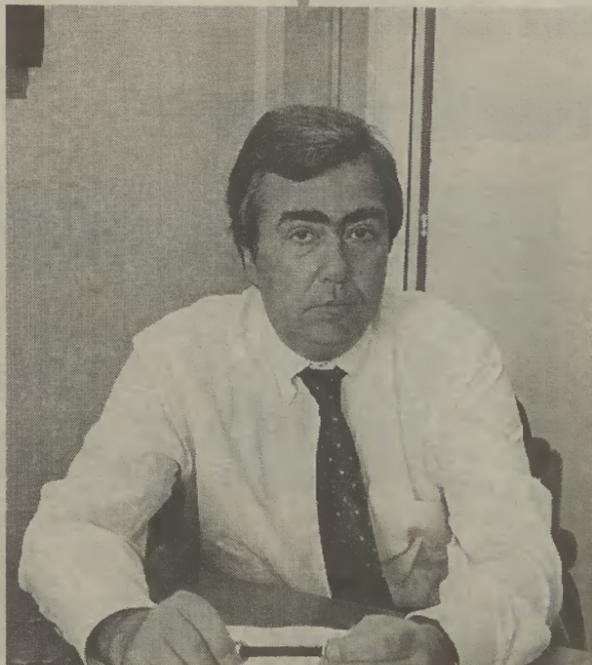
mento da União e verificar, estudar, quantificar quem é que, potencialmente, retira benefícios deste Alargamento. Isto é, a discussão da Agenda 2000 em termos de orçamento comunitário tem que ser uma balança com dois pratos: quem contribui e quem são os tais beneficiários, quer do Alargamento quer do aprofundamento do Mercado Único. E esta segunda componente nem sequer foi colocada em cima da mesa.

**JM** - Na sequência do que disse o Honório, há um aspecto que é particularmente marcante. Ao mesmo tempo que não se estabelece uma ligação entre recursos financeiros e alarga-

**“Verifica-se que, de 1992 a 1998, o número de desempregados na Europa aumentou substancialmente, o patamar mantém-se em 18 milhões, apesar de se insistir no discurso, na casete, de que a prioridade é o emprego”**



**“Tenta-se encontrar medidas de natureza cosmética para dar resposta a insatisfações dos cidadãos, das pessoas, dos trabalhadores, mas não se vai às causas da situação”**



mento, verifica-se, entretanto, que está estabelecida uma profunda ligação entre alargamento e reformas institucionais, sabendo nós qual o tipo de reformas institucionais que se pretende introduzir. Há aqui, de facto, dois pesos e duas medidas. E isto tem a ver muito com a incapacidade negocial de alguns governos, nomeadamente o governo português, que à partida deram de barato a questão do alargamento e a sua ligação com as perspectivas financeiras.

**HN** - Há quem ligue a necessidade das reformas ao alargamento, o que aparece claro nas conclusões. Por outro lado, não é colocada a necessidade de dotar o orçamento de maiores meios financeiros para abarcar todos os problemas da actual e futura União alargada. Neste aspecto eu queria recordar que no panorama escrito oficial dos últimos tempos, ninguém tem colocado a necessi-

dade de avaliar, mesmo que minimamente, do ponto de vista quantitativo, quais são as despesas, os custos que decorrem do alargamento para as diversas políticas. Isto é, formulam-se hipóteses de dotações financeiras para a pré-adesão e para a adesão sem saber exactamente quantos e quais países entram e em que momentos.

**SR** - Quando se lê nas entrelinhas há uma muito ténue luz no fundo do túnel, que é a separação entre as despesas, coisa que não aparecia referida e aparece nesta Cimeira. É um aspecto muito, muito ténue mas que, de certo modo, abre algumas perspectivas, pois há uma distinção entre as despesas relacionadas com a União na sua fase actual e as despesas reservadas para os futuros países aderentes. Há aqui uma pequena cunha que, se houver capacidade e força negocial, pode - pode! - ser devidamente aproveitada.

É uma *nuance* que pode permitir exigir um aumento das dotações financeiras para fazer face ao alargamento sem prejudicar países como os da coesão?

**SR** - Quer dizer que, pelo menos, não está totalmente fechada a porta, uma vez que há distinção entre as despesas. Outro aspecto que me parece importante é haver passagens

nas conclusões que são seguidas da referência de que se tratam de hipóteses "rejeitadas por alguns Estados-membros". Isto acontece em duas situações: uma delas tem a ver com o actual limite máximo dos recursos próprios, e a outra é sobre a actual repartição dever ser mais equitativa, que é a posição alemã. O que mereceu oposição de outros Estados-membros. Há duas referências a posições que não são consensuais e que aparecem em partes importantes. Uma, pela qual nos devemos bater, é a de que o actual limite máximo dos recursos próprios seja revisto, a outra é aquela em que a posição é ao contrário, no sentido dos alemães, a quererem que haja uma distribuição equitativa para que não sejam eles, de acordo com a imagem que querem vender, a financiar a construção europeia.

**JM** - Há um alerta que deve ser feito, até porque pode haver leituras precipitadas e até excessivamente positivas relativamente a esses dois aspectos das conclusões, nomeadamente o facto de não ter havido consenso e muito menos decisões relativamente ao *plafond* de recursos próprios - 1.27% do PNB da UE -, e também não ter havido consenso nem decisão relativamente à questão dos desequilíbrios no tocante aos encargos e, nomeadamente, a prestação alemã. Isto é verdade, não houve consensos nem decisões nestas matérias, mas não podemos fazer a leitura destas duas questões de forma isolada do contexto. Todo o texto das decisões é marcado por um apelo permanente à austeridade orçamental, nomeadamente no plano comunitário. E é neste quadro que aparecem estas duas referências em relação às quais não há consenso, mas haverá consenso relativamente à "contenção, rigor e austeridade orçamental no plano comunitário". Isto é meio caminho andado para a grande satisfação de uma delas, que é o 1.27%. Não poderá por um lado dizer-se que há rigor, austeridade e contenção orçamental ao nível comunitário e, simultaneamente,

# Avante! Festa!

AMORA-SEIXAL

4, 5 e 6 SETEMBRO

# Festejar o desporto

**D**esde a sua primeira edição que o desporto marca forte presença na Festa do «Avante!», envolvendo milhares de atletas nas diferentes modalidades e fases preparatórias. Entendido como prática de massas, fundamental para o desenvolvimento físico e psíquico do cidadãos, o desporto da Festa sempre procurou privilegiar o lado lúdico, em detrimento de uma visão estritamente competitiva. Atrair novos

praticantes, incentivar o convívio ao lado de figuras conhecidas do desporto nacional e internacional, despertar o interesse por novas modalidades, criar condições e disponibilizar equipamentos para a experimentação livre dos visitantes. Eis alguns objectivos que de ano para ano têm sido definidos e que agora de novo os organizadores se propõem

atingir, tal como referiram ao *Avante!* Manuel Vieira,

membro da Comissão de Desporto da Festa, e Eugénio Costa, da Comissão da Corrida da Festa.

A ginástica de alta competição na Festa de 1984



**Compre já a sua EP**

**e obtenha um desconto de 20 por cento**

**Entrada permanente na Festa do Avante!**

**Apenas dois mil escudos na compra antecipada**

**Porque construir é preciso**

**Jornadas de trabalho**

As jornadas de trabalho recomeçam no próximo fim-de-semana, momento em que as organizações se lançam à tarefa de construir os seus próprios pavilhões no terreno. Com as ampliações e alterações na utilização do espaço da Quinta, surgem novas áreas de construção, novos equipamentos, melhores condições para os visitantes e para todos os que durante três dias garantem o funcionamento da Festa. Para já, é preciso construí-la e a contribuição de todos é bem-vinda e determinante. Para tal, basta comparecer no terreno da Festa, com boa disposição e vontade de construir uma verdadeira festa popular.

# Quando correr é uma Festa

Já na sua 11ª edição, a Corrida da Festa é sem dúvida o maior evento desportivo que se realiza sob a égide da Festa do Avante! e uma importante realização no panorama nacional, em particular das provas desportivas populares.

Como afirmou ao *Avante!* Eugénio Costa, membro da Comissão da Corrida da Festa, «as onze edições têm um fio condutor», que nos leva até à «explosão desportiva que se verificou a seguir ao 25 de Abril, em que centenas de milhares de pessoas tiveram o primeiro contacto com a prática do desporto. O importante não era a componente desportiva ou competitiva, era fundamentalmente a componente lúdica. É este espírito que norteia a organização da Corrida e que marca a nossa diferença no conjunto de provas que se realiza em Portugal.

«Quem participa na Corrida da Festa não é por causa do prémio, ou da conquista deste ou daquele lugar. O homem, mulher ou jovem procura superar-se face a uma determinada meta, num dos melhores e mais belos percursos de estrada, e participa num grande momento de companheirismo e de convívio que se cria à volta desta prova».

É certamente pelo seu ambiente único que muitos atletas, sobretudo os chamados «de grande pelotão», têm no seu calendário a Corrida da Festa, ao mesmo tempo que

figuras conhecidas dos meios desportivos a ela se têm associado: «Ao longo destes 11 anos, atletas de alta competição e personalidades ligadas ao fenómeno desportivo têm dado o seu nome à Corrida, alinhando na partida, ou manifestando o seu

apoio claro. As suas opiniões e sugestões sempre foram ouvidas e muitas delas foram aplicadas pela organização da prova. Talvez por isso homens e mulheres como o Carlos Lopes, Rosa Mota, Albertina Dias, Armando Aldegalega, Luís Horta, Rita Borralho, Melo de Carvalho, entre muitos outros, mantêm desde há muito uma ligação afectiva com a Corrida da Festa».

## Convívio desportivo

É o próprio regulamento da Corrida que define como entre os seus objectivos: «- Permitir através da prática desportiva oportunidades de convívio, de

confraternização, de amizade e de solidariedade perante as contingências dos resultados da competição desportiva; proporcionar situações para a compreensão do fenómeno desportivo e para a defesa dos direitos dos cidadãos à prática do desporto; - defender os valores do desporto quer como fenómeno de integração, quaisquer que sejam as origens sociais ou convicções políticas ou religiosas dos participantes, quer como contributo para a melhoria das suas condições de vida;

- divulgar a prática do desporto e particularmente a corrida como elemento essencial para a formação física dos crianças e dos jovens, numa perspectiva educativa e para a manutenção da saúde e

do normal equilíbrio psicológico dos praticantes».

Integram a Comissão Organizadora da festa do *Avante!*, entre outros, José Carlos, Rafael Cândido, Carlos Marques, Joaquim Maia, Fernando Santos, João Barbosa, António Ramos, Antonieta Lourenço, António Borges, Fernando Fernandes, António Lambert, Ângelo Santos e a colectividade *Amigos do Desportivo do Cavadas*.

## Inscrições entre 27 de Julho e 28 de Agosto

A Corrida é uma prova aberta, com inscrição gratuita, a participantes de



Momento da partida da 2.ª edição da corrida, em 1989

Jantar realizado em 1988 com a participação de atletas e individualidades ligadas à organização da 1ª corrida da Festa do Avante!



ambos os sexos, representantes de clubes federados ou não, ou a atletas individuais. São admitidos atletas masculinos dos escalões juniores (1979/80), seniores (1978 e anos anteriores), veteranos I (40 a 44 anos), veteranos II (45 a 49 anos), veteranos III (50 a 54 anos), veteranos IV (55 a 59 anos) e veteranos V (60 anos em diante); e femininos juniores (1979/80), seniores (1979 e anos anteriores) e veteranas (35 anos em diante).

O percurso é idêntico ao das edições anteriores, tendo partida junto às bombas da Cipol e chegada ao Campo da Amora. As inscrições podem ser feitas entre 27 de Julho e 28 de Agosto para a Corrida da Festa do *Avante!*, Av. António Serpa, nº 26, 3º dtº - 1050 Lisboa (horário de funcionamento: das 9.30 às 13 horas e das 14 horas às 18.30 horas. Telefones: 7999141 ou - Quinta da Atalaia - 2224000. Fax 7969136).

## Um historial de sucesso

### 1988

Realiza-se pela primeira vez a Corrida da Festa do Avante!, então com um percurso de 16.800 metros entre Loures, Odivelas, Loures. Vence em masculinos José Dias, classificando-se em 2º e 3º lugares Luís Horta e Óscar Santos, respectivamente. Em femininos, classificaram-se em 1º Rita Borralho, 2ª Janette Mayal e 3ª Cristina Pires. Nos veteranos I venceu Américo Onofre; em veteranos II, Dinis Sousa; em veteranos III, Armando Aldegalega. Completaram a prova mais de mil atletas.

### 1989

Ainda em Loures, a 2ª edição da Corrida da Festa foi mais uma vez ganha pelo atleta José Dias, seguindo-se Fernando Reis e Carlos Calado. Em femininos, ocuparam os três primeiros lugares Lucília Soares, Rita Borralho e Cristina Pires. Veteranos (I) Carlos Santos; (II) Dinis Sousa; (III) Armando Aldegalega. Juniores, Artur Oliveira. Veteranas, Rita Borralho. Chegaram à meta perto de 950 atletas.

### 1990

A 3ª Corrida realizou-se já no concelho do Seixal, cumprindo um percurso de 14 quilómetros, tendo-se classificado cerca de um milhar de atletas nos diferentes escalões.

### 1991

Um ano depois, José Dias volta a vencer a corrida sendo seguido por Peter Fonseca e António Costa. Em femininos impõe-se a atleta Albertina Dias que corta a meta de braço dado como Rosa Oliveira. Em terceiro lugar fica a Alexandra Valada. António Cardoso ganha no escalão de juniores e Jacinto Barroso vence em veteranos. 925 atletas completam o percurso.

### 1992

Depois de Fernando Fernandes, a meta é cortada por Humberto Alves, seguido de José Santos. Em femininos, Albertina Dias volta a vencer uma vez mais em parceria com Rosa Oliveira, seguidas de Umbelina Nunes. Chegaram à meta 867 atletas.

### 1993

A 6ª Corrida da Festa encheu de novo as ruas do Seixal e Amora e foi vencida por Amílcar Duarte, seguido de António Araújo e Paulo Félix. Em femininos vence Albertina Dias, ficando em 2º lugar Rosa Oliveira e em 3º Umbelina Nunes. Nesta edição cortam a meta 918 atletas.



A 1ª Corrida, em 1988, encheu de atletas as ruas de Loures

### 1994

José Soldado é o vencedor da 7ª Corrida, cortando a meta poucos segundos depois Eduardo Fernandes e Humberto Alves. Albertina Dias vence em femininos seguida por Rosa Oliveira e Beatriz Cunha. Em veteranos, destaca-se Joaquim

em veteranos, Joaquim Pereira obtém mais uma vitória; em veteranos II, sobressai Manuel Félix; em veteranos III, Manuel Silva e veteranos IV Armando Aldegalega - um incondicional da Corrida da Festa. Umbelina Nunes obtém ainda a vitória em veteranas. No total classificaram-se 960 atletas.



Desde 1990 que a Corrida se realiza no concelho do Seixal. Na foto, a edição de 1992

Pereira. A organização registou neste ano 974 atletas à chegada.

### 1995

O vencedor desta edição foi Álvaro Costa, classificando-se em 2º lugar Eduardo Fernandes e em 3º Carlos Alves. Albertina Dias volta a marcar presença com mais uma vitória em femininos, acompanhada de perto por Umbelina Nunes e Conceição Coelho.



Armando Aldegalega - uma presença constante ao longos dos anos - corta a meta em 1989, vencendo o seu escalão

### 1996

A 9ª Corrida é liderada por Artur Santiago, que deixa em 2º lugar Carlos Alves e em 3º Cardoso Santos. Umbelina Nunes vence em femininos; Joaquim Pereira em veteranos I; José Monteiro em veteranos II; José Conceição em veteranos III; Armando Aldegalega em veteranos IV e José Lourenço em veteranos V. Cerca de um milhar de atletas cortaram a meta.

### 1997

A edição do ano passado foi ganha por José Inácio, ocupando os 2º e 3º lugares Humberto Alves e José Paradelá, respectivamente. Rosa Oliveira regressa para mais uma vitória, sendo seguida por Luísa Almeida e Anabela Pereira. Em veteranos, destacam-se de novo Joaquim Pereira (I); José Monteiro (II); Manuel Carrudo (III); Carlos Silva (IV); Armando Aldegalega (V). À chegada foram registados 928 atletas.

# Desporto na Festa



«**A** competição pura não é o espírito da Festa», sublinha Manuel Vieira, membro da Comissão de Desporto da Festa do Avante! e responsável pelas modalidades que durante três dias decorrerão no recinto da Atalaia.

O espectáculo da ginástica na Festa de 1984, no Alto da Ajuda

## Demonstrar e experimentar

Por isso, a proposta desportiva da Festa está orientada para a demonstração e para a experimentação. Este ano será dada especial atenção às manhãs infantis de sábado e domingo, disponibilizando mais equipamentos para a prática

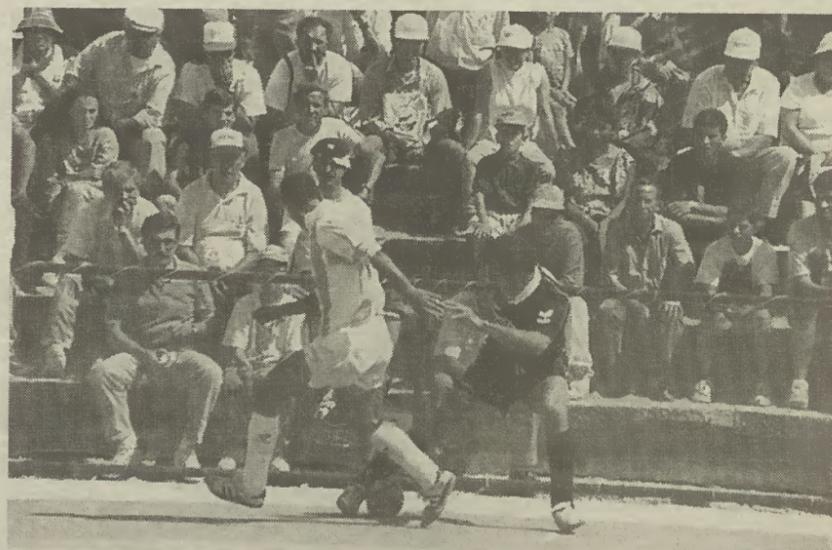
desportiva: salto em altura, corrida com barreiras, corrida de sacos, tracção à corda, andas, corrida de arcos com gancheta – são algumas modalidades que as crianças entre os 8 e os 14 anos poderão ensaiar, acompanhadas por monitores atentos. No terreno, perto da entrada da Medideira, surge ainda um campo de voleibol: «em vez de voleibol de praia será voleibol na relva, mas o recinto foi criado

a pensar no visitante». Para o visitante foi ainda pensada uma noite de danças de salão, que conta com uma demonstração dos Alunos de Apolo, seguida de um baile aberto.

A não perder no Domingo. Na sexta-feira, no polidesportivo têm lugar jogos de andebol entre equipas de iniciados masculinos, femininos e juniores masculinos. O sábado, depois da manhã infantil, é dedicado ao futebol feminino, aos iniciados masculinos e infantil misto. Ainda no polidesportivo defrontam-se as equipas de futebol de salão de Gouveia e Manteigas. Antes das danças de salão, decorrerá um sarau de ginástica. No domingo à tarde, realiza-se um torneio de basquetebol 3x3 para visitantes e mais para a noite espera-se uma demonstração de boxe, a qual está ainda condicionada a aspectos de programação da Festa.

### Modalidades presentes

Mas como habitualmente, para além do polidesportivo, várias outras modalidades se praticam durante a Festa. O Xadrez



Futebol de Salão na Festa de 1993

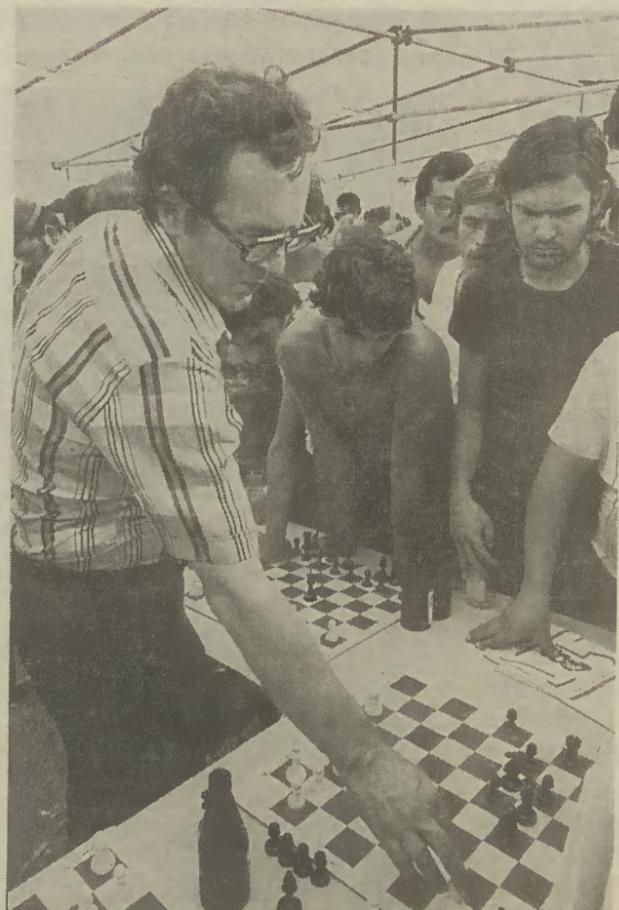
tem assegurada uma sumultânea com o mestre Álvaro Pereira, no domingo à noite, depois de realizados os torneios. À semelhança do Xadrez, as Damas começam na sexta-feira com jogos de demonstração prosseguindo no sábado e

no domingo com os torneios. O Mahjong volta a estar presente, interessando muitos praticantes e certamente intrigando muitos visitantes. Têm igualmente lugar torneios de tiro com chumbo, assim como decorrem

finais distritais de chinquillo, nas diferentes malhas – grande, pequena e corrida. No fim-de-semana antes da Festa, efectua-se mais uma prova de cicloturismo entre o Seixal e Almada. Com esta prova encerra-se a fase desportiva de promoção da Festa, no âmbito da qual as organizações regionais do PCP promovem um conjunto de iniciativas. Torneios de futebol, de chinquillo, concurso de pesca e outros são, para já, as realizações anunciadas.



O Chinquillo continua a juntar numerosos praticantes. Foto de 1983



Simultânea de Xadrez realizada na Festa de 1978

Texto e fotos - Daniel Rosário

# história»

# para contar



Da esquerda para a direita: Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo

aumentar as despesas. O registo destas duas questões no texto final tem que ter a sua leitura e na minha opinião ela é negativa e complicada para as nossas intenções.

**E o outro ponto agendado da cimeira, que era o debate sobre o emprego e a realização de uma primeira análise sobre os planos nacionais de emprego elaborados pelos Estados-membros, tal como decidido no Luxemburgo em 1997? Foi uma discussão virtual?**

SR - Além do adiamento quanto ao essencial desta matéria, há alguns aspectos que são aqui reafirmados e que são extremamente negativos, como por exemplo, mais uma vez, se ligar a questão do emprego às reformas financeiras, à estabilidade financeira, à estabilidade preços, e aparecer esta ideia de Mercado Único como "força motriz para a criação de novos postos de trabalho". Isto tem sido afirmado continuamente e é feito outra vez nesta cimeira, em que há planos nacionais de emprego. O mercado único era o objectivo de 1992, estamos em 1998 e continuamos a afirmar o mesmo que se afirmava na altura. Por outro lado, no capítulo das conclusões fala-se de muita coisa, como a consolidação fiscal que vem a seguir à moeda única, fala-se de outros aspectos ligados às finanças, na flexibilidade, mas não há uma única vez que se fale do mercado social europeu, que tem sido uma coisa que tem aparecido quase como uma designação mítica - o modelo social europeu que é preciso preservar. Em contrapartida fala-se da reformulação dos sistemas fiscais e de segurança social. Tudo isto me parece extraordinariamente perigoso e, ainda por cima, resulta de se estar a dar uma imagem de que há alguma distensão nos problemas relacionados com o desemprego, porque a conjuntura económica não é negativa e o desemprego nos últimos tempos não se tem agravado como vinha a acontecer, está num patamar.

**Esta questão dos Planos surge num contexto preciso, o segundo semestre de 1997, período de grande agitação social na Europa e pressão sobre os governos. Ela será metida na gaveta e retirada novamente quando a actual "distensão" termine?**

SR - Acho que esta orientação dos Planos se vai manter e se vai continuar a falar nela. Vai ser uma coisa que vai aparecer ao lado do Pacto de Estabilidade, é tudo uma questão de retórica. Se calhar agora em vez de falarmos de "modelo social europeu" passamos a falar de "planos nacionais de emprego".

JM - Há aqui uma contradição: cada vez mais, as políticas económicas e macroeconómicas definem-se ao nível europeu e, entretanto, remete-se para o plano meramente nacional a resposta aos problemas do desemprego. Por outro lado é de registar, mais uma vez, porque não é apenas nesta Cimeira que isto se verifica, que não se vai minimamente às causas da situação. Tenta-se encontrar medidas de natureza cosmética para dar resposta a insatisfações dos cidadãos, das pessoas, dos trabalhadores, mas não se vai às causas da situação.

HN - De acrescentar que neste contexto de ausência de medidas e de presença de discurso, o discurso, apesar da curta memória das pessoas, começa a assumir características deploráveis. 1992 - "mercado único força motriz para a criação de emprego"; 1998 - repete-se o mesmo discurso com nuances pelo caminho. Entretanto, verifica-se que, de 1992 a 1998, o número de desempregados na Europa aumen-

tou substancialmente, o patamar mantém-se em 18 milhões, apesar de se insistir no discurso, na cassette, de que a prioridade é o emprego, o que se verifica é que apesar de um crescimento económico conjunturalmente elevado em termos médios, na conjuntura actual ele não é traduzido numa assinalável diminuição do desemprego, pelo contrário.

**Um aspecto desta cimeira cuja discussão não estava inicialmente prevista prende-se com o chamado "futuro da Europa", ou seja, a ênfase colocada na necessidade de levar a cabo um conjunto de ambiciosas reformas institucionais. Ratificar Amsterdão e avançar para novas reformas "que ficaram por fazer em Amsterdão". O que é que isto quer dizer?**

JM - A primeira coisa que quer dizer é que estão preocupados com uma situação que já não podem esconder mais, que é os cidadãos estarem cada vez mais afastados das orientações comunitárias, tal como têm vindo a ser delineadas. Obviamente que, além disso, há interesses e há objectivos em que se insiste. O que é que se pretende com reformas institucionais? Não é nada de abstracto. É tão-só alterar a rotatividade das presidências, alterar a composição da Comissão Europeia com a eliminação da inclusão de representantes de todos os países, a redução das línguas de trabalho, a alteração da ponderação de votos, entre outras. É isto que se pretende.

HN - Eu penso que os aspectos que estão na reflexão de quem tem tanta pressa de fazer uma nova reforma do Tratado, para além de Amsterdão, são alterações que visam modificar a tomada de decisões por maioria, com nova ponderação de votos, passando para o domínio de decisões por maioria aquelas matérias que, actualmente, são objecto de decisão por unanimidade. Eu queria só alertar para a gravidade desta possibilidade com um exemplo, que diz respeito à Agenda 2000. Ainda que seja matéria - por exemplo o quadro financeiro, a reforma dos fundos estruturais, do fundo de coesão -, que está no domínio da unanimidade, o que permite uma capacidade negocial relevante a países mais pequenos como o nosso, se a reforma institucional for por este sentido, mais tarde, decisões deste género serão transferidas para o domínio das decisões por maioria. O que, com uma nova ponderação de votos no Conselho, acentuará o peso dos países mais fortes, mais populosos e tirará peso aos países mais pequenos e menos populosos, acentuando-se a componente federal da União.

**No seu discurso dirigido aos eurodeputados, o primeiro-ministro britânico fez a defesa da actual linha política da UE argumentando, entre outras coisas, com a necessidade de fazer face a um Mundo onde impera a globalização. Ao fim e ao cabo, o que ele estava a dizer era que não havia alternativa a este rumo...**

JM - A globalização é uma realidade que está aí, o que não significa que se aceite passivamente essa mesma realidade e que não se tente inflectir, alterar, modificar as regras de jogo que servem essencialmente os interesses dos Estados Unidos. Daí que o problema não estará tanto na existência ou não de regras internacionais de comércio, o problema está em saber que regras e quem as determina. Esta é a questão. O problema central que se coloca é o de uma clara aceitação pela UE das regras impostas pelos Estados Unidos.

HN - É notável que as conclusões da Cimeira não façam referência a uma revisão das regras de funcionamento da Organização Mundial de Comércio (OMC). Nada é dito sobre a necessidade de estabelecer regras sociais, regras ambientais, que transformem esta organização mundial do comércio numa coisa menos neoliberal e numa coisa mais humana.

**Esta Cimeira dedicou particular atenção às questões internacionais.**

JM - Há vários aspectos de política externa que são tratados e há alguns de particular importância. É o caso do processo de paz no Médio-orient, os ensaios nucleares na Índia e no Paquistão, o Kosovo e, naturalmente, o processo em Timor-Leste e na Indonésia. Em relação a Timor é positiva a existência de uma referência explícita, principalmente nos termos em que é feita, e o apelo que se faz à libertação dos presos políticos, nomeadamente de Xanana Gusmão. No entanto, constata-se que, sobre a Indonésia, fala-se muito sobre as reformas económicas, mas pouco ou nada se diz sobre as necessárias mudanças políticas, nomeadamente sobre a necessidade de pôr termo à ditadura que ali ainda existe.

SR - O facto de haver uma referência a Timor é muito positivo e vai ao encontro daquilo por que lutamos há muitos anos, nomeadamente aqui no PE, que é uma tomada de posição explícita em relação à ocupação militar de Timor-Leste pela Indonésia. Mas depois aquilo que consta da declaração final, sendo positivo, não é satisfatório. Coloca-se a tónica do problema ainda e exclusivamente no plano dos direitos humanos e liberdades fundamentais sem a mínima referência ao direito à autodeterminação.

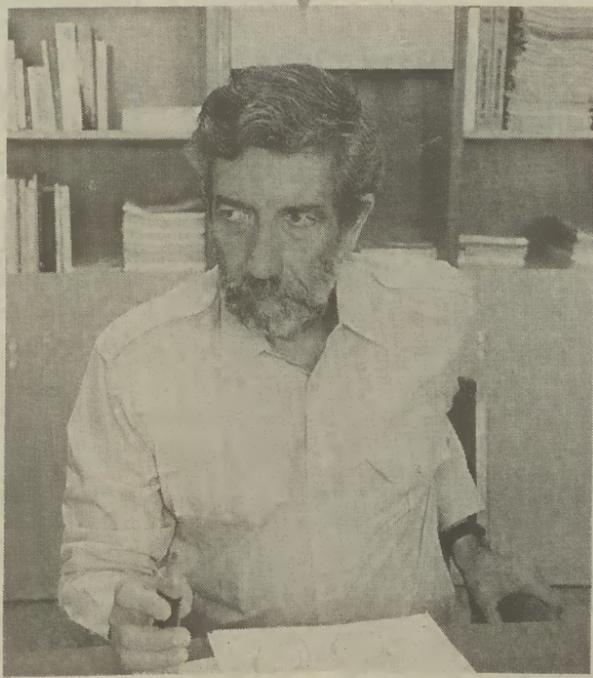
**O que é que se pode contrapor a este processo de construção europeia, que não dá mostras de abrandar o passo?**

JM - Muito se pode fazer e passa logo por um projecto de Europa substancialmente diferente daquele que tem vindo a ser concretizado. Não orientado numa perspectiva federal, mas marcado por uma perspectiva de cooperação entre Estados, potenciando as vantagens dessa mesma cooperação, uma Europa não liberal, uma Europa ligada aos problemas sociais e com capacidade de lhes dar resposta, a começar pelo problema do emprego. Uma Europa com reformas institucionais, que não aquelas que têm vindo a ser preconizadas, mas que permitam uma maior ligação dos cidadãos e dos trabalhadores às decisões, por exemplo através de uma maior articulação com os parlamentos nacionais. Uma Europa assente no privilégio à coesão económica e social efectivo e não apenas em palavras, naturalmente dando maior importância aos próprios fundos, e à manutenção e reforço do Fundo de Coesão. Que áreas tão sensíveis para países como o nosso, a habitação, a saúde, a educação possam ser privilegiadas também pelos fundos estruturais.

SR - Eu chamava a atenção para o facto de as Redes transeuropeias, os chamados 14 projectos prioritários, serem aqui tratados em duas linhas, enquanto, em contrapartida, a promoção do espírito empresarial e da competitividade ocupa mais de uma página, o que revela o tipo de desequilíbrio que existe.

HN - Em relação às alternativas que propomos, queria avançar com dois exemplos concretos, que acabam por ser mais sentidos pelas pessoas. No quadro da Agenda 2000 foi tomada uma decisão de base que me parece algo complicada e que tem a ver com a reforma da PAC. Foi considerado e aceite que as propostas da Comissão constituem uma base de trabalho, consensualizando-se esta ideia, o que abre um caminho para que se desenvolva a estratégia da Comissão em relação à reforma da PAC. Eu estranho muito que tenha sido assim, pois parece-me que este consenso não devia ter sido estabelecido tão facilmente, sobretudo porque retoma algumas perspectivas do passado. Em primeiro lugar, porque deixa de fora do enquadramento da reforma da PAC muitos produtos agrícolas, designadamente aqueles que nos interessam do ponto de vista uma estratégia de desenvolvimento agrícola nacional, privilegiando-se sectores como a carne, leite e cereais típicos dos países do Norte da Europa. Um segundo aspecto porque a proposta de reforma conhecida não corta com as orientações imprimidas em 1992. E a manutenção destas duas ideias e a sua assunção como base parece-me um consenso mal estabelecido e até estranho que o nosso Governo não tenha reagido. Isto é tanto mais significativo quando se sabe que Portugal é um contribuinte líquido da PAC apesar de ter a agricultura porventura mais atrasada da Europa.

“Se calhar agora em vez de falarmos de “modelo social europeu” passamos a falar de “planos nacionais de emprego””



■ JERÓNIMO DE SOUSA

Membro  
da Comissão  
Política

## A operação antilaboral do PS

# O Governo PS prepara-se para minar os pilares do direito do trabalho

**D**URANTE A CAMPANHA NACIONAL sob o lema "Valorizar o trabalho e os trabalhadores, defender e concretizar direitos", o PCP alertou os trabalhadores para o perigo real do Governo PS querer alterar a legislação laboral em áreas sensíveis, designadamente do emprego, dos salários, das férias, das profissões, do trabalho nocturno, através da alteração dos conceitos, numa linha geral, de flexibilização ou desregulamentação. Esta operação seria articulada com a ofensiva ao sistema de Segurança Social e com uma proposta de antecipação da idade da reforma.

Nas páginas do "Avante!" e designadamente na intervenção do secretário-geral do Partido, alertou-se para o facto de o Governo pretender aproveitar-se da polarização das atenções dos trabalhadores e da opinião pública em torno da campanha do referendo do passado Domingo, da realização da EXPO 98 e da aproximação do período de férias. Até o Campeonato do Mundo de Futebol caía como sopa no mel.

Alertámos para o truque do Governo querer concretizar em duas ou três fatias aquilo que junto constituiria um avultado pacote laboral, "adocicadas" com uma ou outra medida aceitável e avulsa.

E aí está! Após terem sido definidas e aprovadas em Conselho de Ministros as peças legislativas que constituirão a primeira "tranche", com destaque para o trabalho a tempo parcial, conceito de retribuição e alteração ao lay-off, nas vésperas da realização do referendo sobre a despenalização do aborto, mais precisamente no passado dia 26 de Junho, o Governo fez reunir o Conselho da Concertação e quer avançar com a segunda dose, que traz no bojo e à cabeça a alteração à lei das férias. Inevitavelmente, teve já os améns da UGT e as devidas bênçãos da CIP.

Sendo claro, desde o princípio, que o Governo tinha definido este tempo a régua e esquadro para reduzir o direito de participação das organizações de trabalhadores na legislação laboral a uma caricatura e a um mero formalismo (apesar da sua dignidade e consagração constitucional), restava saber como é que ia contornar a questão de, após a consulta pública, todas as propostas irem desaguar à Comissão Parlamentar do Trabalho de Segurança Social da Assembleia da República, reconstituindo o puzzle, ou se quisermos, o pacote laboral apresentado em fatias nestes meses de Maio, Junho e Julho.

E eis que o Governo descobriu a pólvora: vão umas quantas propostas para a Assembleia da República com publicação da respectiva separata, de obrigatória discussão pública seguida de discussão e votação no Plenário da Assembleia. Outras tantas, numa difusa operação de contrabando legislativo, seriam colocadas em discussão pública no Boletim de Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho, e ao fim de 30 dias o Governo, sem a chatice das vozes de protesto e denúncia dos deputados do PCP, aprovaria sossegadamente as propostas em Conselho de Ministros.

Magistral!!! Sim, porque em Julho e Agosto, quem é que vai ligar a um B.T.E. ou partir para as empresas, esclarecer e mobilizar os trabalhadores?

Tudo isto articulado com uma clara operação de silenciamento por parte da Comunicação Social. Por exemplo, na passada 6ª feira, a CGTP anunciou uma importante declaração sobre este processo antes de entrar no Conselho de Concertação Social. Resultado: nem numa radiozinha local apareceu!

Talvez o Governo se engane. Esta manobra de contrabando legislativo marginal à Assembleia da República, sendo um ensaio que a resultar poderia ser experimentada nas outras duas "doses" seguintes, não passará sem a denúncia e a acção da CGTP e do movimento sindical neste mês de Julho, com a convicção da necessidade de partir para o esclarecimento dos trabalhadores e para o desenvolvimento da luta nos meses imediatos às férias.

### Uma grave opção do Governo PS

Estas alterações à legislação laboral são sustentadas pela ideia de dar corpo às medidas resultantes do denominado Acor-

do de Concertação Estratégica aprovado em 1996. O Governo não explica como é que das centenas de medidas nele previstas e que atravessam vários Ministérios, logo foi escolher tão-só aquelas que correspondem ao caderno reivindicativo das confederações patronais. E quer fazê-lo num quadro de crescimento económico, sem nenhum fundamento técnico, jurídico ou social, ou qualquer outra situação de instabilidade.

Apesar da forma torcida e "amantejada" que perpassa pelo conjunto das propostas, quando se descodificam e despem da palha generalista, a sua essência e articulação revela três objectivos:

1º Visa a redução dos custos salariais, inclusive a redução de salários;

2º Propõe como linha geral a flexibilização, visando a desregulamentação dos vínculos;

3º Direciona a ofensiva contra as futuras gerações de trabalhadores, diferindo no tempo a possibilidade de existência de uma geração sem direitos.

Isolando e descodificando as peças mais gravosas que envolvem a desregulamentação dos direitos destaque-se o trabalho a tempo parcial.

Com o objectivo de criar um estatuto de trabalhador com menos salário e com menos direitos, põe em causa e descaracteriza o Sábado e o Domingo como os dias normais e sociais de descanso semanal, visa criar o desempregado parcial, com subsídio parcial, o trabalhador com menos des-

**“Esta manobra de contrabando legislativo não passará sem a denúncia e a acção da CGTP e do movimento sindical neste mês de Julho.”**



contos para a Segurança Social mas com menos direito a subsídio de doença e menos pensão de reforma. Simultaneamente, por cada posto de trabalho a tempo parcial criado, a entidade patronal seria premiada com significativas isenções de impostos e descontos para a Segurança Social. Impondo a lei com carácter imperativo, o Governo quer anular as disposições sobre as matérias inscritas na Contratação Colectiva.

Na mesma linha, o Governo PS quer restringir o conceito de retribuição, subtraindo-lhe determinadas prestações como prémios de produtividade, empenhamento, assiduidade, etc. Assim aumentaria o poder discricionário do patronato para distribuir prémios como bem entendesse sem penalização de violação do princípio da igualdade.

Seriam feitos menos descontos para a Segurança Social, já que limitaria a 20% a percentagem dos descontos na parte variável do salário. Haveria consequências negativas para os trabalhadores nos subsídios de férias e de Natal. Desvalorizar-se-ia a contratação colectiva.

Até uma "pequena" alteração ao lay-off visa uma redução radical da parte a suportar pelos patrões na constituição do salário do trabalhador (50 para 30%, ou mesmo para 15% caso haja formação profissional, sobrando os encargos para a Segurança Social).

Estas três peças que integram a primeira dose convergem todas em dois pontos: menos descontos e mais encargos para a Segurança Social; menos direitos para os trabalhadores e mais privilégios para o patronato.

É claro que o Governo, num rasgo de esperteza, envolve estas três peças em três ou quatro outros projectos de diploma de alcance limitado e que funcionariam como uma espécie de papas e bolos para diluir o amargo da substância do trabalho a tempo parcial, da alteração do conceito de retribuição e da alteração ao lay-off. Se não ilude os trabalhadores, pelo menos sempre permite (como já aconteceu) ao jornal do Belmiro e aos principais canais de televisão, escamotear o essencial e propagandear o acessório.

### O episódio seguinte

Ainda esta primeira dose não está em apreciação pública e já o Governo avança para a segunda, transformando o Conselho da Concertação em mero cartório notarial. No passado dia 26 de Junho anunciou que entre 13 e 27 de Julho quer a coisa despachada, particularmente a alteração à lei das férias. Em estilo cavaquista? Nem pensar! É uma alteração que até propõe 24 dias úteis de férias a quem não falhe um dia em cada ano e muito direccionada para quem entra agora no mercado de trabalho.

Só que submete o direito ao princípio da assiduidade, penalizando duplamente quem, por razões de falta de saúde e baixa por doença prolongada, não possa ir trabalhar!

Seguir-se-ão alterações ao conceito de trabalho nocturno, da profissão, aos contratos a prazo e, em jeito de remate, aprovar em lei ordinária o direito das associações patronais participarem na legislação laboral, direito que os deputados constituintes e a Constituição recusaram, dando prevalência às organizações dos trabalhadores.

No confronto de interesses entre os que, pelo seu emprego, pelo seu salário e pelos seus direitos, defendem a sua sobrevivência, física, moral e social, e os que, pela manutenção e crescimento do seu império económico querem acrescentar mais lucro e privilégios, a Constituição optou por estar do lado dos trabalhadores. O Governo PS, com estas propostas de alteração às leis laborais demarcando-se da opção constitucional que ajudou a escrever, põe-se do lado do capital.

Não ficará incólume, como não ficou quando resolveu há anos abrir a brecha no edifício jurídico-laboral com a lei dos contratos a

prazo, como não ficaram os executivos cavaquistas com os seus pacotes laborais.

Mas independentemente do juízo e julgamento político e eleitoral, a resposta dos trabalhadores e das suas organizações é para agora e para o futuro imediato. Resposta que tem de passar pelo esclarecimento dos trabalhadores e pelo alerta às novas gerações, que evolua para uma tomada de consciência maior, para a mobilização e para a luta como caminho determinante para influenciar os conteúdos e os desfechos deste pacote laboral às fatias.

Quanto ao PS, recordando um debate sobre a primeira proposta de alteração à lei dos despedimentos, por iniciativa da então AD, afirmava um deputado socialista, hoje Secretário de Estado: "a linha de fronteira entre a esquerda e a direita é muitas vezes delimitada entre os que defendem ou combatem os direitos sociais e laborais".

Eis uma questão de grande actualidade que, mais cedo que tarde, será clarificada!

# Os prós e os contras da nova lei da televisão

**A** Assembleia da República aprovou recentemente uma nova lei da televisão, procedendo assim à revisão da lei que vigora desde 1990. A nova lei, cuja aprovação é pertinente tendo em conta a evolução do sector e a experiência dos últimos anos, melhora alguns aspectos da lei vigente, mas padece de deficiências e de soluções inadequadas que importa igualmente assinalar.



■ António Filipe

Na exposição de motivos que acompanhava a proposta de nova lei da televisão que o Governo apresentou à Assembleia da República, a necessidade de alterar o quadro legal da televisão em Portugal aparecia fundamentada sobretudo em razões tecnológicas. Afirmava-se que, com a evolução tecnológica do sector foi ultrapassada a limitação constituída pela exiguidade do espectro radioelétrico, deixando de fazer sentido as restrições vigentes ao exercício da actividade de televisão. Sendo esta evolução um facto indiscutível, que abre as portas ao aparecimento de novos canais de televisão, designadamente de nature-

sensacionalismo, pouco escrupulosa quanto à salvaguarda dos direitos dos telespectadores e mesmo quanto à defesa de valores inerentes à própria dignidade humana. E ninguém ignora que estes últimos anos têm sido marcados por uma quase desregulamentação prática do exercício da actividade de televisão, que tem pactuado com exemplos fragrantemente de violação da lei, como a divulgação de sondagens eleitorais no próprio dia das eleições ou a sobreposição de pretensos critérios jornalísticos a deveres legais de isenção e de respeito pelo pluralismo. Num quadro em que o serviço público de televisão, não obstante as responsabilidades acrescidas que lhe deviam caber, se viu confrontado com uma situação de instabilidade de quadros, de finanças e de meios, ditada sobretudo por políticas apostadas em viabilizar os operadores privados.

## Aspectos positivos

A lei agora aprovada contém inegavelmente aspectos positivos. É regulado em termos genericamente correctos o acesso dos operadores à transmissão de acontecimentos que sejam objecto de interesse generalizado do público e cuja transmissão tenha sido adquirida em exclusivo por canais de acesso condicionado. É regulada, também em termos ajustados, a transmissão de extractos informativos por todos os operadores, relativamente a espectáculos e outros eventos públicos sobre os quais incidam direitos exclusivos. É estabelecida a obrigatoriedade da aprovação e publicação de um estatuto editorial por parte de todos os canais de televisão, sendo reforçados os direitos dos jornalistas, designadamente através dos seus conselhos de redacção. São reforçados os poderes do Conselho de Opinião da RTP, que passa a emitir parecer vinculativo sobre a nomeação e a destituição pelo Governo dos administradores da empresa. É regulado, em termos mais rigorosos e pormenorizados, o regime de exercício dos direitos de resposta, de rectificação e de réplica política. São aprovadas medidas de conservação do património audiovisual de interesse público e de garantia da sua acessibilidade. São ainda consagradas medidas destinadas a assegurar a existência de programação acessível à população surda, designadamente através da utilização da linguagem gestual portuguesa.

Outros aspectos conheceram sensível melhoramento durante o debate na especialidade, com a aprovação de propostas de alteração apresentadas pelo PCP. Foi assim, por exemplo, que foi abandonada a proposta governa-

mental de renovação automática da concessão aos actuais operadores, ficando estabelecida a regra da realização de novo concurso terminado que seja o prazo das actuais concessões; foi abandonada a proposta de deduzir à indemnização compensatória do Estado os lucros obtidos pela empresa concessionária de serviço público na exploração de negócios conexos com a sua actividade, tendo

sido aprovada a proposta do PCP que permite a utilização desses lucros na renovação tecnológica da empresa; e foi aumentado o tempo de antena anual reservado aos sindicatos, que se encontrava manifestamente desajustado.

Porém, em questões de inegável importância, as soluções consagradas na nova lei são, no mínimo, inadequadas. Vejamos três dessas questões, porventura as mais significativas.

## Soluções inadequadas

A primeira questão diz respeito à possibilidade de participações múltiplas e cruzadas em operadores de televisão e à completa ausência de limitações à penetração do capital estrangeiro. A lei de 1990 proibia qualquer pessoa singular ou colectiva de deter, directa ou indirectamente, participações superiores a 25% do capital social de qualquer operador de televisão, e de participar no capital de mais do que um operador. Por outro lado, o conjunto de participações do capital estrangeiro não pode exceder 15% do capital de cada operador. A lei agora aprovada elimina todas as restrições desta natureza, escancarando as portas a uma maior concentração da televisão nas mãos de uns poucos grupos económicos. Se já são hoje inteiramente justificadas as preocupações com as consequências do processo de concentração dos meios da comunicação social nas mãos de uns poucos grupos económicos, a futura lei da televisão só contribuirá para agravar. Os mecanismos de transparência da titularidade das participações sociais nos operadores de televisão que a nova lei estabelece são em si mesmo positivos, mas limitam-se a tornar um pouco mais perceptível uma realidade em si mesmo negativa.

Uma segunda questão diz respeito às quotas de produção nacional e em língua portuguesa, relativamente às quais, a lei retira com uma mão o que oferece com a outra. Os operadores de televisão ficam obrigados a dedicar 15% do tempo das suas emissões à difusão de progra-



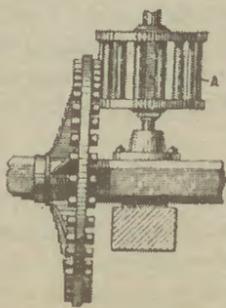
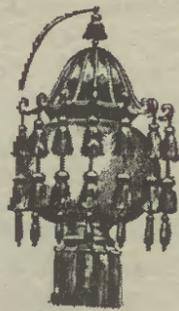
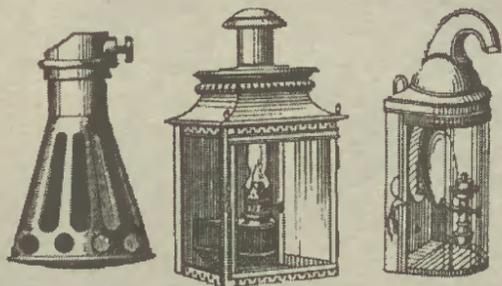
mas criativos de produção originária em língua portuguesa. Até aqui tudo bem. Só que, ao não fazer qualquer distinção quanto ao tipo de programas, a lei permite que em tal conceito sejam incluídos concursos ou "talk-shows" cuja utilidade se esgota numa única transmissão. E por outro lado, a própria lei só considera exigível a transmissão dessa quota de 15% três anos depois do Estado assegurar medidas de incentivo à produção audiovisual de ficção, documentário e animação em língua portuguesa. Isto é: a própria lei prevê os mecanismos que a tornarão letra morta.

Uma última, mas decisiva questão, diz respeito ao tão vilipendiado serviço público de televisão. Num quadro de crescente domínio do poder económico sobre a comunicação social, o serviço público de televisão, como espaço livre da pressão das audiências e da pressão do poder económico, é um instrumento decisivo de defesa dos cidadãos e de salvaguarda da qualidade da programação televisiva, cujas viabilidade, estabilidade e democraticidade têm de ser asseguradas.

A política dos governos PSD, orientada para a viabilização dos operadores privados de televisão à custa do serviço público, causou danos irreparáveis à RTP. Desde logo, esbulhando-a de todo o vasto património que constituía a sua rede própria de transmissão e difusão de sinal, hoje integrada na Portugal Telecom, e por cuja utilização a RTP paga, sem que se perceba com que critério, mais do que qualquer outro operador. Depois, retirando-lhe fontes próprias de receita sem qualquer contrapartida e impondo-lhe uma gestão ruínosa, destinada a pôr em causa, a prazo, a sua própria viabilidade. Aqueles que hoje exigem a liquidação da RTP, lamentando os seus custos para os contribuintes, são os mesmos que ao longo dos anos em que foram Governo, se encarregaram de a dismantlar, desprestigiar e degradar, sem qualquer respeito para com o dinheiro dos contribuintes.

Porém, não obstante as intenções de defesa do serviço público sempre reivindicadas pelo actual Governo, as soluções agora aprovadas para o serviço público estão longe de ser as melhores. Desaparece a referência expressa na lei à existência de dois canais generalistas

de serviço público, o que não representando só por si a possibilidade de alienação do actual segundo canal da RTP, não deixa de ser um mau sinal em termos legais. E por outro lado, passa a ter consagração legal a limitação imposta ao serviço público quanto à inserção de publicidade, medida tomada já pelo actual Governo e assumida como uma forma indirecta de subsídio aos operadores privados que custa por ano à RTP cerca de um milhão de contos. Estranha forma de defesa do serviço público.



## Palavras e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

# Palavras para os amigos de Moura

Neste fim de século da medicina nuclear e da computadorização generalizada das empresas, dos faxes domiciliários, da clonagem de plantas e animais, causa assombro como é possível que haja 60 milhões de pessoas abaixo do nível de miséria nos Estados Unidos, 57 milhões na União Europeia. E no nosso Alentejo tanto desemprego e emigração interna, desespero e suicídios.

O aumento da população da Terra, que tem naturalmente de ser ponderado, não basta para explicar esta onda de desgraça e sofrimento, tanto mais quanto os dois impérios referidos, o americano e o europeu, apresentam estatísticas e sinais exteriores de prosperidade. Toda a questão reside no modelo político-económico que hoje governa o mundo, aumentando o entesouramento e as grandes fortunas, e reduzindo cada vez mais o número de empregos e as remunerações do trabalho. Refirme-me, é claro, ao neoliberalismo, que, importado dos Estados Unidos, se impôs a toda a União Europeia, após o descalabro do sistema socialista da União Soviética e dos países de Leste.

Vivemos assim hoje na sociedade efectivamente mais cruel e hipócrita e mais contraditória (até por brandir argumentos e promessas inexequíveis) que jamais iludiu os homens.

Mas já não nos engana tanto como há dez anos: a fome aumenta nas áreas do Terceiro Mundo, agora denominadas zonas periféricas, e a penúria, a pobreza alastram nos países que então se podiam dizer de relativa abundância na distribuição dos bens. A CDU venceu em Moura nas eleições autárquicas. Foi sem dúvida a vitória daqueles que se batem pelos direitos humanos na região, pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, pela realidade do pleno emprego, pela aspiração dos mais infelizes a uma existência humana. Venceram os que estão ao lado dos excluídos da mesa e da alegria que a vida pode e deve ser.

Sempre fui um homem da unidade de esquerda e é com pesar que constato que o actual Governo socialista segue fielmente a política económica da União Europeia, esse capitalismo neoliberal que só favorece os ricos e os muito ricos e acaba por destruir as regalias sociais dos trabalhadores, na medida em que enfraquece o Estado e permite todos os desmandos que as privatizações acarretam, numa maré cheia de egoísmo e lucro rápido.

Mais simpatizantes, votos e aderentes terão amanhã, sem dúvida, as candidaturas da CDU, quando tornar a haver eleições. Mas, devo dizer-vos, ao alegrar-me com esse crescimento provável da nossa influência, também com ela me preocupo, por que ele será a consequência não só da comprovada honestidade e competência das autarquias comunistas, mas também certamente de mais indignação e de mais revolta perante o crescimento de injustiças sociais incessantes.

Se a União Europeia e logicamente Portugal não retrocederem nesse caminho de destruição total do Estado Providência, continuando a pisar, a esmagar as classes trabalhadoras, o século XXI virá carregado de tormentas, de tremendas batalhas sociais e fúrias populares; veremos até o fascismo reerguer-se e teremos então de lutar em duas frentes – contra o regresso a um passado bem negro e contra o futuro infame de um mundo governado só pelo dinheiro e pelos seus prestígios. E até poderemos passar por uma guerra confusa – e atroz – de legiões de pobres contra os exércitos e as polícias dos ricos.

Para que isso não aconteça, teriam os governos da União Europeia que arrepiarem o caminho e voltar-se para a construção da Europa dos povos, em vez de continuarem a erguer sobre as costas vergadas das populações o império das finanças e dos financeiros. Só a pressão das massas na rua conseguirá talvez levar por diante essa mudança redentora. Mas quando? Quanto nos faltará suportar de vergonhosa desumanidade, de governo mundial dos supremos grupos económicos e dos seus jogos de pecúnia e influência? No concelho de Moura, cresci, no «monte» que foi da minha família, junto à margem do Ardila; aí, convivendo desde muito pequeno com a gente do campo, descobri as injustiças sociais profundas e contra elas desde cedo me revoltei, com meu irmão Miguel Urbano. Juntos, pela vida fora, fomos conhecendo o mundo, os homens e as letras e aprendemos a lutar pela liberdade contra o fascismo e sonhámos uma outra vida, uma outra sociedade, que terá de vir, cedo ou tarde, para dignificar a própria existência, reduzir as desigualdades, tentar tornar os homens mais felizes. Até para salvar o nosso planeta da destruição.

Foi na Quinta da Esperança, nome dado por meus pais ao antigo monte da Pardaloeira, que, em criança, depois adolescente, depois jovem idealista, me familiarizei com o sol e a água do rio, com o vento, o luar e as estrelas, com os montados e as searas, com as plantas e os animais, com a altivez e a tragédia de um povo muito pobre que entre si repartia o pão e a raiva. Tudo isso aprendi a amar e como um farol guiaram meus passos esses primeiros clarões de indignação e fraternidade.

À maravilhosa terra de Moura tantas vezes voltei, como forasteiro de emoções ou como combatente da esperança, em visitas furtivas, em noites de conspiração, em campanhas eleitorais, em regressos de filho pródigo. Esta branca cidade, o seu castelo, a sua Mouraria, as suas fachadas nobres, o seu povo sofredor, trago-os sempre no coração, e mais ainda na altura das secas, das searas perdidas, dos camponeses endividados, de todas as misérias da margem esquerda do Guadiana.

Hoje quero apenas estar convosco e acreditar no futuro que a regionalização e o Alqueva poderão trazer a esta autarquia. Acreditar na prosperidade de Moura, das suas casas bonitas, da sua gente fraterna, do seu património cultural. Para que nessa terra apeteça viver, com o irmão sol, com a irmã chuva e com os homens e mulheres de boa vontade que saibam dar-se as mãos numa ronda de fraternidade e de trabalho bem feito. Hoje, amanhã e sempre.

## EM FOCO

# Recenseamento da Função Pública revela grandes distorções

# Equidade e justiça exigem outro caminho

O recenseamento dos trabalhadores da Função Pública, divulgado na semana passada pelo Governo, levou a FNSFP/CGTP a reiterar as suas críticas à política seguida no sector.

Nos números divulgados dia 22 de Junho, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública viu a expressão de «acentuadas distorções salariais entre os diversos ministérios ou entidades públicas, se se considerar a média salarial revelada para cada um deles». Este retrato vem provar que «o sistema retributivo vigente não cumpriu os objectivos para que foi criado, ou seja, eliminar as graves disparidades nos vencimentos da Administração Pública», afirma-se numa nota de imprensa divulgada pela federação no dia em que foi dado a conhecer o resultado do recenseamento.

## Quem ganha 195 contos?

A remuneração média mensal calculada pelo Governo situa-se, para toda a Administração Pública, na ordem dos 195 contos. Mas esta média estatística «só é possível

nitária -, a FNSFP considera que «não se está no bom caminho».

É que, «com tais valores percentuais de aumento salarial e com as ridículas alterações no regime de carreiras, não se alcança a equidade e justiça social interna, nem nos aproximamos dos níveis europeus», denuncia a federação, que acusa o Governo de, «ao manifestar profundo silêncio sobre a necessidade de rever o sistema retributivo, para alcançar maior justiça remuneratória», estar a contribuir «não para a reforma da Administração Pública mas sim para uma evolução na continuidade, a todos os títulos indesejável».

## Nem quantidade nem estabilidade

A propósito do realce dado pelo Governo ao facto de 77,5 por cento dos efectivos da Administração Central se encontrarem nos quadros e terem, assim, aquilo a que o primeiro-ministro chamou de estabilidade de emprego, a federação entende ser conveniente «referir, já que tal foi omitido pelo chefe do Governo, que o mesmo tem em curso uma vasta ofensiva contra esta estabilidade, ao transformar parte significativa dos organismos do Estado



de alcançar graças às médias de vencimentos significativamente elevadas de algumas entidades, como o Tribunal Constitucional, o Conselho Superior de Magistratura, a Procuradoria-Geral da República, a Provedoria de Justiça, os ministérios das Finanças e da Justiça», refere a FNSFP, contrapondo que, «na generalidade dos ministérios, a remuneração média mensal é inferior aos 195 mil escudos, e é aqui que se concentra grande parte dos trabalhadores da Função Pública, cujos vencimentos mensais, mesmo com subsídio de refeição ou suplementos, não se aproximam dos valores apontados pelo Governo».

A federação considera, por isso, «importante que o Governo saiba tirar as necessárias ilações dos números que ele próprio revelou, tomando medidas para que, em termos de futuro, a equidade nas remunerações dos trabalhadores da Função Pública não seja palavra vã».

Tomando em conta as declarações que acompanharam a divulgação dos resultados do recenseamento - designadamente afirmações do secretário de Estado da Administração Pública, defendendo que o aumento salarial de 2,75 por cento, verificado este ano, anexado à «revisão» do regime de carreiras, constituiria um factor de aproximação aos níveis de vencimentos da Europa Comu-

em institutos públicos de direito privado e ao impor aos trabalhadores as regras do contrato individual de trabalho, nomeadamente para os que de futuro neles vierem a ingressar».

O número de efectivos apurado «vem comprovar o que há muito a FNSFP tem afirmado: Portugal é o país da União Europeia com a mais baixa percentagem de trabalhadores da Função Pública em relação quer à população em geral quer à população activa».

A elevada média etária (superior a 48 anos, se for excluída a carreira docente) «confirma os efeitos negativos da cega política orçamentista de congelamento de admissão, principal factor gerador de múltiplas formas de trabalho precário, pelo que da mesma devem ser tiradas as devidas ilações: é necessário rejuvenescer a Função Pública promovendo-se a criação de mais emprego público com direitos».

Para a federação, é «positiva a existência de um recenseamento de efectivos da Administração Pública, que, aliás, surge com mais de um ano de atraso relativamente ao acordado com os sindicatos (30 de Março de 1997)». Na nota previne-se que «é, agora, da responsabilidade do Governo manter tal recenseamento actualizado».

# A participação dos cidadãos, valor inseparável da democracia

PORTUGAL &gt; 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA

PCP

**T**al como noticiámos na última edição do Avante!, teve lugar na noite de 19 de Junho, em Setúbal, um debate sob este tema que contou com as intervenções do Eng. Fernando Nunes da Silva, Professor do Instituto Superior Técnico, Luís Sá, deputado e membro da Comissão Política do CC do PCP, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, e Óscar Mascarenhas, Presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, estando ainda na mesa Jorge Pires, da Comissão Política.

Realizada na Sociedade Musical Capricho Setubalense e dirigida por Luís Guerreiro, sociólogo e membro da DORS do PCP, a iniciativa atraiu mais de 150 pessoas e suscitou o pedido de palavra de um público tão vasto e diversificado que a prolongou para além da uma hora da manhã.

Numa noite de muito calor e com os festejos populares a rondar a porta, participação, pois, não faltou!

“Disponibilidade para aprender com os outros, aprender com a vida, segundo a melhor tradição marxista” - assim caracterizou Luís Sá o sentido da iniciativa do PCP. Hoje “com o propósito muito claro de abertura e diálogo e de contribuir para a construção uma alternativa de esquerda”.

Evocando os 150 anos do “Manifesto do Partido Comunista”, Luís Sá falou da primeira Associação Internacional de Trabalhadores, dirigida por Marx, e que englobava, por exemplo, os trabalhistas ingleses, os lassalianos alemães, os socialistas franceses, num momento da história do movimento operário em que a luta em torno do horário de trabalho e de tantos outros combates aproximou correntes e pontos de vista diferenciados.

“O pior que poderia acontecer a um partido que teve e tem um papel histórico insubstituível no nosso país seria a arrogância e pensar-se que nos sindicatos, nas autarquias e nas instituições onde temos poder ou influência determinante não nos é exigido *levar mais além as nossas experiências*.” A esta convicção o dirigente comunista ligou a denúncia da tentativa do Poder Central de limitar o Poder Local à mera reprodução de procedimentos burocráticos, não deixando tempo aos eleitos autárquicos para o “estímulo de formas de intervenção e participação populares alternativas, que marquem claramente a distinção de uma gestão democrática e de esquerda”.

Contudo, a análise crítica e autocrítica dos nossos procedimentos “não deve permitir o esquecimento de nosso património de trabalho inovador, ligado às massas, nem o conjunto de batalhas que vencemos continuamente para a melhoria das condições de vida das populações”, referiu. “Vencer, às vezes, é um grande problema. A ideia de que o vencedor *leva tudo* corporiza-se, à direita, quando da resistência das populações e dos trabalhadores se diz que são forças de bloqueio, mas na esquerda e no exercício das funções mais nobre dos comunistas, o que prevalece é o respeito pelas várias partes que correspondem a uma comunidade, envolvendo o cidadão e as pessoas antes da decisão final”.

Uma dificuldade porém a vencer, já noutra nível, é o de demonstrar ao cidadão que a simples participação numa reunião deste tipo pode e deve ser visto com uma forma ou possível forma de influenciar o poder político, seja a que nível for. O que pressupõe, segundo Luís Sá, a nossa compreensão de que “o combate às dificuldades objectivas da esquerda, em Portugal, na Europa e no Mundo, passa por ganhar as pessoas para o activismo e a sua organização, quando propulsor das ideias e do valor cada um”.

“O maior perigo seria o de perdemos a nossa capacidade de mudar”, ou seja, de reagirmos para trabalhar mais e melhor à luz de novas análises que se impõem, assim começou por dizer o Eng. Nunes da Silva.

Valorizando a iniciativa do PCP e o tipo de debate que é proposto num quadro de acrescidas dificuldades, dada “a situação em que as forças do dito centro são

muito fortes, têm uma muito íntima ligação ao poder económico como nunca existiu em Portugal”, Nunes da Silva *atreveu-se* (palavras suas) a dizer que “neste momento esta ligação é mais forte do que no tempo de Salazar, que apesar de tudo tinha uma mentalidade rural e como tal era avesso a um certo tipo de padrões da indústria”.

Não sem precisar que não considerava tal facto “uma virtude” em si, a sua tese assentou na constatação

de que nunca como nos nossos dias se assistiu “ao à-vontade com que a grande finança e o grande capital entram nos gabinetes ministeriais”.

Contra este estado de coisas, Nunes da Silva defendeu que “o aprofundamento da participação das pessoas e da democracia não se pode fazer apenas na dicotomia *democracia representativa/democracia participativa*. Temos também que intervir de tal forma em que a democracia representativa alargue a pouco e pouco o espaço de participação no interior dos seus próprios mecanismos de poder”.

Como exemplo, citou as relações na esfera do poder autárquico entre Câmara e Assembleia Municipal, convicto de que nesta deveria de haver a possibilidade, entre outras, da apresentação de moções construtivas, das quais dependesse inclusivamente a manutenção ou não do executivo municipal. “Apesar de ser ainda um órgão representativo, é apesar de tudo aquele que ainda está mais próximo dos cidadãos e portanto deveria de ter condições de apresentar, para além do sim ou não, propostas de alteração, emendas, assim como chamar à discussão em comissões especializadas, como na Assembleia da República, os temas mais prementes do município”.

Para este especialista no planeamento, o autarca como outros eleitos não poucas vezes “estão fora do resgate do voto”, recordando “o Presidente de Câmara que foi eleito e reeleito à força de oferecer televisores para de seguida esquecer todas as suas promessas”.

“Ora no poder local, na discussão das coisas muito concretas, *mais fácil se separa o trigo do joio*” - rematou Nunes da Silva.

A *revalorização do trabalho* foi apresentada por Manuel Carvalho da Silva como elemento essencial na reflexão e práticas de hoje, à esquerda. Para ele, “o trabalho é referência e informador de conteúdos nas estruturas e na acção social, normativo e regulamentador das instituições”.

Neste sentido, “cabe efectivamente perguntar que relação tem com este factor estrutural e estruturante o chamado homem de êxito apresentado por aí na nossa sociedade?”. Muita pouca, disse o orador, para defender peremptoriamente que “é isto que tem de ser alterado!”.

“Tem de haver inflexões de amplitude, profundidade e diversidade muito grandes, nas várias vertentes das remunerações, nas condições em que é prestado o trabalho, na existência de carreiras profissionais, na dignificação das actividades produtivas, no contributo que o trabalho dá para a integração social e a realização da cidadania, ou seja, impõe-se um *salto qualitativo* que distancie esta apreciação dos “êxitos” à margem do próprio trabalho, cada vez mais aumentando a exploração dos que trabalham na razão directa do artifício que os exclui.”

O coordenador da CGTP-IN abordou de seguida a questão da importância da participação dos trabalhadores nos processos produtivos com uma maior exigência de informação e consulta - aliás consagradas em muitos textos legislativos e por isso mesmo, em muitos casos, apenas carentes de serem, pura e simplesmente, “postas em actividade”. Para todos os que se situam à esquerda, “com convicções de que resultam, pelo nosso empenho, consequências”, a luta por estes direitos têm entretanto de “partir dos trabalhadores que temos hoje e do trabalho que têm, e não de situações imaginárias”.

Ao longo da sua explanação, Carvalho da Silva elegeu a contratação colectiva como elemento fundamental da actividade sindical, direito incontornável e garante de uma participação que fortifica a cidadania de todos e de cada um, e por isso mesmo, “*objecto de um dos maiores ataques com que os trabalhadores e as suas estruturas sindicais e representativas se defrontam*”.

Óscar Mascarenhas começou por questionar o modelo da iniciativa do PCP. Sustentou que “participar é meter as mãos na massa, é mexer nas coisas: não faz sentido dizer que alguma coisa foi participada se as outras pessoas que não os titulares da execução não mexeram nas coisas e não as transformaram”. Assim, “há tanta coisa e tanto discurso, noções como solidariedade, distribuição equitativa, medidas e reformas, muito semelhantes na forma, de que a direita soube apropriar-se no discurso da esquerda - esta esquerda da qual, em primeiro lugar, tínhamos a noção de ser ela a detentora do *social*, enquanto a direita era a *proprietária*, aquela que tratava de si própria e de nada mais”.

“Neste momento, as coisas já são diferentes, a nível do discurso a direita cativa largos sectores que incluem o proletariado como sua base eleitoral e muitas vezes base social de apoio, por alguma razão: não lhes diz que votem nela para que ela as explore, engana com iguais argumentos”.

Daqui a necessidade de, estabelecendo a diferença entre esquerda e direita, conhecer e sentir “*a forma como uma e outra exercem o poder*”.

“A direita tem um mandato - a esquerda, bem ao contrário, está aflita todos os dias com o poder que tem, um poder para *devolver* às pessoas.”

Desenvolvendo a sua ideia e pensando que “para cada acto a esquerda quer o consenso, o qual requer a participação de todos, a agitação para a mobilização popular, o ganhar os cidadãos para a partilha”, o jornalista chamou ao debate uma outra premissa, “coisa essencial para tudo isto: a esquerda, nós, os da esquerda, temos de dar o exemplo!”.

“Antes do 25 de Abril - lançou -, como éramos nós, os militantes da coisa boa que foi a libertação? Éramos terríveis espectadores de nós próprios, e dizíamos que não podíamos dar azo que alguém aproveitasse uma fraqueza ou um erro nossos para depois nos apontar o dedo e igualar-nos aos outros.”

Voltando ao momento presente e à sua condição de jornalista, Óscar Mascarenhas não quis deixar de fazer algum humor com aquilo a que chamou um problema da comunicação social e da informação do nosso país, protagonizado nos factos políticos do momento: “até já é possível fazer-se um discurso político, como tem feito Marcelo Rebelo de Sousa, fazendo má catadura a um grupo económico!”.



**Na segunda economia mundial...**

■ **Manoel de Lencastre**

# Depressão económica crise bancária vaga de suicídios

**A** profunda crise do sistema bancário japonês, da economia, da vida nipónica, ameaça repercussões gravíssimas em toda a Ásia, na Rússia, na América do Sul. Alastra em todos os países que se abrigam à protecção do escudo imperialista (são quase todos...) um sentimento de insegurança e dúvida.

Inevitavelmente, a falência do sistema financeiro e bolsista nos países que é usual designar como «tigres da economia asiática» terá surpreendido os centros de estratégia do capitalismo global que, agora, começam a mobilizar batalhões de «bombeiros» especializados em apagar fogos económico-financeiros. Mas as condições apresentam-se surpreendentes e extremamente difíceis. O próprio Fundo Monetário Internacional anda a espalhar promessas através do mundo. Sabe, porém, que já não dispõe de fundos suficientes para que a sua tarefa possa cumprir-se. Para sobreviver, o capitalismo global terá de inventar esquemas superiores.

Recentemente, os 18 principais Bancos japoneses «limparam» os seus livros de «algumas» dívidas incobráveis cujo valor se disse ser de 10 triliões de Yen (45 000 milhões de libras esterlinas ao câmbio de Esc: 300 por libra). Este valor, entretanto, foi considerado insuficiente pelos principais meios ocidentais de análise da economia e das finanças do Japão. Segundo alguns, os problemas da banca nipónica não conhecerão qualquer vislumbre de solução sem que os Bancos anulem mais créditos duvidosos avaliados em 76 triliões de Yen. Trata-se de dívidas sem cobrança possível sobre clientes que se comprometeram em excesso para especular no mercado de propriedades e perderam tudo devido à queda dos preços. Os Bancos manobram com extrema cautela. Acabam de declarar prejuízos que, entre os 10 primeiros, ascendem a 1,29 trilião de Yen. Não é, assim, do pé para a mão que se varrem dos livros tão importantes valores. Por outro lado, se administrações dos Bancos não parecem dispostas a, como se lhes pede no Ocidente, se entregarem, simplesmente, à falência. Há outros interesses em causa. Interesses financeiro-mafiosos que têm dado origem a vagas de suicídios. Devorados pela pressão causada através de intensos choques de influências, não são poucos os altos funcionários do Ministério das Finanças japonês que têm posto fim à existência.

Nestas apocalípticas condições, o valor do Yen (moeda nacional nipónica) tem caído constantemente. Para comprar um dólar, já são precisos mais de 140 Yen. Isto desvaloriza o preço das coisas japonesas incluindo o valor dos ordenados e salários.

O mundo imperialista está com os olhos postos no valor do Yen, como se compreende. O Secretário americano da Tesouraria, Robert Rubin, já disse que está preparado para deixar o Yen cair até 150 por dólar. Outros, com responsabilidades menores, dizem que a moeda japonesa tombará para 200/dólar. É quando o vice-ministro das Finanças do Japão é chamado a declarar: «o nosso país tomará medidas decisivas de apoio à moeda nacional». As crises financeiras, entretanto, só podem ser deixadas resvalar até um certo ponto. Todo o capitalismo internacional teme que os japoneses tomem outra espécie de medidas. Por exemplo: como principal nação credora mundial, a pátria dos que sustentaram os primeiros bombardeamentos atómicos da História pode começar a repatriar fundos — há 500 biliões de libras esterlinas investidas no Ocidente, em propriedades, em fundos do governo dos Estados Unidos, em centros industriais, em tudo. É isto que o capitalismo teme. Se os japoneses começam a levantar o dinheiro que lhes pertence, ou a vender...

## O maior espectáculo do mundo

A queda do Yen conduz ao embaraço dos produtos japoneses e isto aumenta o fluxo de exportações para os Estados Unidos e para a Europa. Em con-

sequência, os mercados ocidentais voltam-se para o consumo desses produtos e abandonam os que se produzem nos seus próprios países. Como é dos livros, começam a fechar fábricas, intensificam-se os despedimentos. E assim, dado o baixo custo dos produtos importados do Japão, outros países exportadores perdem acesso aos mercados. É o caso da Coreia do Sul e dos restantes «tigres» que já se vêem excluídos nesta titânica luta pela sobrevivência. A própria República Popular da China, cuja estabilidade financeira depende muito das exportações para os Estados Unidos, principalmente, ameaça desvalorizar a sua moeda para que os seus produtos não percam mercados que outros cobiçam.

Mas, em tais circunstâncias, também o custo de essenciais produtos de importação começa a tornar-se mais elevado. Como irá o capitalismo fazer frente ao tigre global que o ameaça? Eis o grande espectáculo por que esperamos.

Nesta conjuntura diabólica, a conhecida companhia transnacional coreana «Hyundai» tomou a decisão de despedir 8000 operários alegando uma inesperada quebra de competitividade

Trata-se de um belo conjunto de instalações para indústrias modernas que faz pena ver abandonado e que permanece à vista de todos como um terrível monumento à colaboração de classe entre o governo de Whitehall e os conglomerados de Seoul. Estes, temerosos das guerras do trigre global que os ameaça, fugiram ao investimento na Escócia e desapareceram. Com eles voaram, evidentemente, os 6000 empregos prometidos...

## Dois dias de ilusões

O imperialismo tinha de fazer alguma coisa quando se aproximava a visita de Clinton à República Popular da China. As previsões dos mercados quanto à continuada descida do Yen em relação ao dólar apontavam, já, o valor de 278 Yen para um dólar, dentro de poucos anos. Clinton, então, apareceu na TV americana, todo sorrisos, a anunciar que, enfim, se tinham tomado medidas para impedir que o Yen caísse mais. O Federal Reserve começara a comprar Yen... mas apenas com 2 biliões de dólares. Ansiosos, os mercados bolsistas reagiram imediatamente e produziram-se alguns movimentos altistas que deram alento aos especuladores interessados em operações de lucro rápido. Mas foi uma ilusão de dois dias, apenas. A euforia sentida em Hong-Kong, por exemplo, logo se diluiu porque os mercados compreenderam os reais motivos da operação anunciada pelo presidente dos Estados Unidos. A «salvação» do Yen não fora mais, no fim de contas, do que uma oportunista medida para chinês ver.

Entretanto, enquanto o mundo financeiro mais chegado ao Fundo Monetário Internacional continua a perguntar: «Onde foram parar os 150 biliões de dólares emprestados à Rússia?», o Partido Comunista Japonês debruçava-se sobre toda a situação no seu país e, no seu jornal em língua inglesa «Japan Press Weekly», fazia alguns comentários que vale a pena descrever. Segundo os nossos companheiros de luta «o Japão acha-se mergulhado numa situação que o desonra. A economia do país «não consegue libertar-se do círculo vicioso em que tombou. Tragicamente, o número de suicídios aumenta. Temos a mais alta percentagem de desempregados desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A insegurança prevalece no seio do povo. Toda a culpa do que está a suceder pertence ao governo de Hachimoto que reduziu o valor dos salários reais e aumentou os impostos sobre o consumo. Com medo, as pessoas passaram a comprar apenas bens essenciais e começaram a poupar para salvar o dia de amanhã. A economia entrou num ciclo de aberta depressão. O Partido Comunista propõe: 1) uma redução imediata das taxas de consumo (IVA); 2) uma redução, também im-

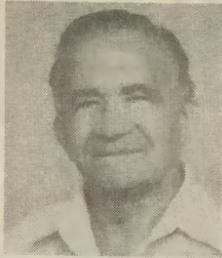


no seu sector de produção de automóveis. Não foram esses trabalhadores, evidentemente, quem originou tal quebra — foram os financiamentos internacionais que se extinguiram devido à acção e às regras dos casinos bolsistas onde operam os mais sanguinários interesses do capitalismo. A mesmíssima «Hyundai» surgiu na Grã-Bretanha com grandes promessas de abertura de fábricas de semicondutores que dariam emprego a 6000 operários. À vista dos projectos da grande companhia sul-coreana, o governo regional da Escócia cedeu-lhe terrenos em Dunfermline e patrocinou a elaboração de um grande esquema de engenharia financeira para que a fábrica da «Hyundai» conhecesse a luz do dia naquela cidade em Fife, imediatamente a norte de Edimburgo, do outro lado do rio Forth.

Mas a situação internacional complicou-se, como estamos a ver, e a grande «Hyundai» teve de escrever ao governo britânico: «Sorry, não podemos tomar posse da fábrica e pô-la a trabalhar.»

diata, dos preços dos medicamentos e uma revisão do sistema de segurança social; 3) ajuda aos pequenos negócios comerciais e industriais para que se salvem da crise facilitando-lhes encomendas dos serviços públicos e empréstimos bancários; 4) adopção de uma nova política de defesa dos desempregados; 5) retirada de todas as propostas de lei que afectam os direitos dos trabalhadores; 6) fim à redução das áreas de cultura do arroz.»

Os comunistas nipónicos insistem, justamente, na necessidade de um corte nos impostos que incidem directamente sobre o consumo. Segundo eles, se estes impostos forem reduzidos para o nível anterior (3%), o consumo crescerá, rapidamente, e a confiança das massas será restabelecida. É isto, segundo vemos escrito no «Japan Press Weekly», que se tem como o mínimo para que a economia consiga sair de uma catastrófica situação. Alternativamente, o sistema dos suicídios continuará. E não só no Ministério das Finanças.



■ Miguel Urbano Rodrigues

# A crise social e financeira do Brasil

## compromete reeleição de Henrique Cardoso

**A** crise económica e financeira do Brasil agravou-se muito nas últimas semanas. A crise social também. A cumplicidade da comunicação social permitiu que até muito recentemente as proporções do fenómeno fossem minimizadas. O tema não chegava praticamente ao conhecimento do grande público.

Sabia-se que o país desembolsara milhares de milhões de dólares no final do ano passado para evitar a fuga maciça de capitais, mas o debate sobre o assunto desenvolveu-se sobretudo entre especialistas numa linguagem inacessível às massas.

De repente, o cenário mudou. A manipulação do Governo nas Bolsas de São Paulo e do Rio e nos mercados dos juros e do dólar tornou-se tão transparente que a conspiração do silêncio não pôde manter-se e o tema principiou a aparecer nas manchetes de alguns jornais. Um artigo de Aloysio Biondi – um dos mais respeitados analistas económicos do Brasil – na *Folha de S. Paulo*, obteve repercussão nacional. Biondi pergunta por que motivo “o dólar não chegou ainda às nuvens, as bolsas brasileiras não desabaram e o real não foi desvalorizado”?

A sua resposta a essas questões teve o efeito de uma bomba política:

“porque o Governo brasileiro desde o ano passado realiza uma intervenção gigantesca e indecente no mercado financeiro, utilizando de forma autoritária os Fundos de Pensões, o Banco do Brasil, o Banco do Desenvolvimento e ‘os banqueiros amigos’. Milhares de milhões de dólares têm sido despejados no mercado com a mão desses gatos em manobras caríssimas para a sociedade e que terão um custo ainda maior quando os problemas assumirem proporções incontroláveis, desfecho que não parece tão distante assim”.

Aloysio Biondi chama a atenção para situações que o Governo não pode negar, mas ao dar força de evidência ao óbvio camuflado, exhibe para o povo a fragilidade do falso milagre brasileiro. Lembra, por exemplo, que em 1998 o Brasil precisaria aproximadamente 100 mil milhões de dólares para pagar 60 mil milhões de empréstimos antigos e mais de 35 mil milhões para tapar o rombo das contas do ano. (O défice da balança comercial, juros e remessas de lucros). A conferência desses 100 mil milhões explica «a fuga de dólares, a montanha russa nas Bolsas, a alta dos juros e do dólar, intensificadas nas últimas semanas – e que o Governo FHC, mais uma vez tenta conter com manobras ilegais, envolvendo bilhões de reais e de dólares.»

O descrédito do Governo de FHC cresce porque as intervenções inconfessadas são feitas, segundo Biondi, com a “mão dos gatos”, isto é o Banco Central não entra no mercado à vista de todo o mundo quando combina, ordena ou paga para o Banco do Brasil, BNDES, fundos de pensões e “banqueiros amigos” agirem”.

As manipulações engoliram 20 mil milhões de dólares no

ano passado. O envolvimento dos Fundos de Pensões nessas operações secretas e sujas suscita sentimentos de indignação. É uma revolta legítima.

Entretanto, somente no Nordeste, a burocracia oficial tem entravado – segundo Lula – o processo de aposentação de mais de 500 000 trabalhadores rurais. Falta de dinheiro?

Ocorre que os Fundos de Pensões – cito mais uma vez Biondi – estão usando dinheiro dos filiados para assegurar as Bolsas e evitar prejuízos ou garantir lucros a grandes aplicadores e banqueiros amigos”.

Paralelamente, o Banco do Brasil, que não pertence apenas ao Estado, mas a milhares de acionistas, continua a ser usado para segurar a cotação artificialíssima do real.

Não estamos perante um escândalo comum. As perigosas manipulações do Governo de Fernando Henrique Cardoso para evitar a desvalorização do real não iluminam apenas facetas imorais da estratégia neoliberal do Presidente. Confirmam simultaneamente a extraordinária gravidade da crise. Os media insistem muito no “efeito Rússia” e no efeito “Indonésia e Coreia” num esforço diversionista para explicar a turbulência

A perda de prestígio do Presidente entre as camadas mais pobres da população e na classe média baixa é uma evidência que preocupa os articuladores da sua campanha.

Num artigo publicado pelo “Jornal do Brasil”, do Rio, Leonel Brizola, candidato a vice-presidente da República, acusa FHC de esbanjar milhões numa pré-campanha faraónica. O companheiro de Lula na aliança formada pela oposição de esquerda começa por ridicularizar a tendência do actual Presidente para macaquear nas suas apresentações oficiais os espectáculos circenses da promoção eleitoral norte-americana. Agora, até as conferências de imprensa de FHC são réplica fiel das oferecidas por Clinton na Casa Branca. Mais esclarecedor, porém, do *aggiornamento* ideológico de FHC é, na opinião de Brizola, a escolha de remanescentes do regime anterior para o alto comando político da campanha presidencial. António Carlos Magalhães e Jarbas Passarinho, ambos homens de confiança da ditadura militar. Muito significativo é também o facto de o P.F.L., ou seja o núcleo liberal duro da direita clássica emergir hoje como o partido-sustentáculo da política do Governo.

É muito cedo para previsões sobre o desfecho da eleição presidencial de Outubro. Por um lado a coligação de partidos

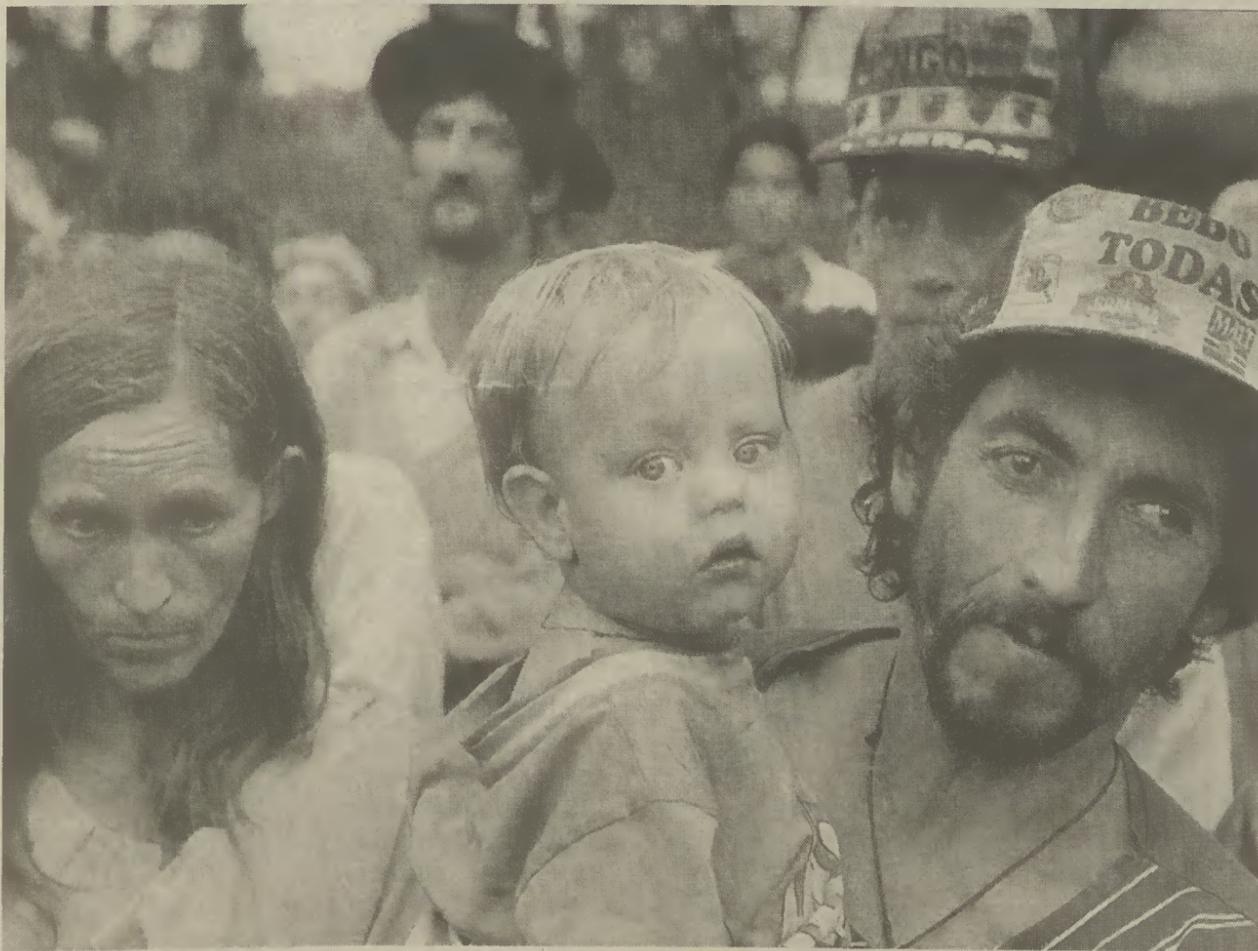
de esquerda que apoia Lula – o PT, o PDT de Brizola, o Partido Socialista e o Partido Comunista do Brasil – apresenta fragilidades e terá dificuldade em elaborar um programa comum com uma alternativa credível. Por outro lado, FHC conta com o apoio maciço do grande capital e não lhe faltará toda a espécie de ajudas dos EUA.

FHC tem, contudo, acumulado erros. O excesso de confiança tornou-o arrogante. Hoje, os próprios jornais que desejam a sua reeleição sugerem que demonstre um pouco de modéstia e mude de estilo no diálogo com os trabalhadores, renunciando à sobrançeria. Recentemente, qualificou de “vagabundos” os cidadãos que pedem a reforma antecipada.

FHC acha que existe uma ética de governante e outra de cientista social, mas não consegue resistir à tentação de se comportar em campanha como um sábio sociólogo *sui generis*.

“O Presidente – escreveu recentemente o escritor Carlos Heitor Cony, seu adversário assumido – é irónico, ilustrado, cita Weber e Machiavel, prova por “a” mais “b” que tudo vai bem e irá melhor. Se há dificuldades ele as tira da letra. É um Solon, um Licurgo. Em sua opinião vivemos numa era de Péricles”.

Acontece que muitos milhões de brasileiros estão cada vez mais convencidos de que lhes cabe a má sorte de viverem numa era sombria e que o futuro próximo se anuncia tempestuoso. A contradição pode pesar no resultado da eleição.



nas Bolsas brasileiras. Mas na realidade tentam ocultar que as raízes da crise são estruturais e inseparáveis da falência do projecto de FHC.

\* \* \*

O panorama eleitoral mudou muito nas últimas semanas. Em Abril, a reeleição de FHC fácil: admitia-se mesmo que o actual Presidente fosse eleito no primeiro turno. A perspectiva, agora, é outra.

Uma sondagem da *Data Folha* – especializado em pesquisas de opinião pública – revelou no final de Maio que FHC e Lula se encontram numa situação de empate técnico. O súbito tombo da popularidade de FHC traduz o agravamento da crise nacional e sobretudo a incapacidade do Governo para enfrentar com seriedade complexos problemas, nomeadamente os resultantes da terrível seca que atinge o Nordeste.

(1) «Dança de bilhões e “cortina de fumaça”, Aloysio Biondi, in “Folha de S. Paulo”, 4.6.98».

## Referendo... ou «referaude»?

Como se viu, a primeira experiência do Referendo no nosso país foi assim a dar para o desastroso. Na verdade, 70% de abstenções não é coisa que se apresente em lado nenhum, quanto mais numa estreia absoluta. Mandava o bom senso que o assunto fosse ponderado, analisado, etc. Mandava o bom senso mas não mandou a direcção do PS nem a direcção do Grupo Parlamentar do PS que decidiram, não apenas manter o calendário do próximo Referendo sobre a Regionalização, como «condensá-lo» com um outro perguntando aos eleitores se «Portugal deve continuar a participar na construção da União Europeia». É a técnica do «dois em um» aplicada calmamente ao Referendo. É claro que o PS não decidiu isto sozinho, fê-lo (mais uma vez) a reboque do PSD, que é como quem diz, fez mais uma vez o que o PSD quis. Quanto a este último, pelos vistos já não está preocupado com a «confusão» do eleitorado perante as perguntas longas dos referendos. De um momento para o outro, os mesmos eleitores que não «compreendam» a curta pergunta sobre a

# PONTOS CARDEAIS

despenalização da interrupção voluntária da gravidez estão aptos a decifrar um texto com duas perguntas simultâneas, uma sobre a questão interna da Regionalização e outra sobre a participação de Portugal no vasto horizonte comunitário...

Como assinalou o deputado comunista João Amaral na Assembleia da República, na ocasião de mais um estranho «negócio» do PS, «isto não é um referendo, é um referaude».

## Será desta?

A ONU decidiu aplicar novas sanções à UNITA a partir do dia 1 de Julho, caso esta continue a tripudiar os acordos de paz que assinou, nomeadamente ao não cumprir com a entrega de vastas zonas de Angola à administração do Governo de Reconciliação Nacional, de que, aliás, faz parte. Nessas sanções prevê-se o congelamento das contas dos dirigentes da UNITA e dos seus familiares no estrangeiro e a interdição de comerciar diamantes, impondo internacionalmente

certificados de origem só aceites quando vindos do governo angolano. Será desta que a UNITA deixa, finalmente, de se rir na cara do mundo inteiro e Angola pode, finalmente, conseguir a desejada paz?

## Negócios com a Indonésia

Afirma o *Expresso* que, no ano passado, 181 empresas portuguesas mantiveram trocas comerciais com a Indonésia, num valor de oito milhões de contos, valor que quadruplicou desde que, em 1991 (ano do massacre de santa Cruz), o Governo português decidiu o boicote económico em relação à Indonésia. Nesse ano, apenas 50 empresas nacionais tinham negociado com Jacarta. Este aumento de trocas comerciais com a Indonésia verifica-se, sobretudo, nas importações, sector onde, de 1991 até hoje, as empresas portuguesas envolvidas no «negócio» subiu de 20 para 150. Confrontado com estes números, o Governo limitou-se a dizer que «não há comentários a fazer».

Pois não. Resta-nos ficar de boca aberta.

## Automóveis e hipermercados

Segundo João Pereira Coutinho, presidente da SIVA e do grupo SGC, vai abrir em Portugal uma rede de hipermercados de automóveis usados, dado tratar-se de um mercado «que movimenta várias centenas de milhões de contos por ano e do qual pretendemos ficar com uma boa fatia». Segundo o mesmo senhor, citado no *Expresso*, a raiz do negócio está no facto de que «a média de troca de automóvel na União Europeia é de dois anos, enquanto em Portugal ainda ronda os seis». É o que se chama conhecer as nossas misérias e planificar, em grande, a sua exploração. Deve ser isto que o Governo de António Guterres entende por vantagens da «iniciativa privada».

## Lá vai mais EDP!

Como a iniciativa privada é que é boa, lá marchou esta semana mais uma grande empresa pública nos gloriosos caminhos da privatização. Falamos da terceira fase da privatização da EDP, com a qual o Governo se gaba de ter embolsado mais umas dezenas de milhões de contos. Pois é. Entretanto, um sector tão estratégico como a electricidade vai ficando cada vez mais nas mãos e ao sabor dos interesses capitalistas de aquém e além-fronteiras, o que é uma «vantagem» esmagadora para o nosso país. Sem falar do enorme lucro desta empresa, que o Estado arrecadava, e que vai acabar todo nos bolsos de meia dúzia.

## O mistério francês

Sabendo-se, como se sabe, que o regime do Senegal vive em estreita ligação com a França, não é de estranhar que vários órgãos de Comunicação Social não hesitem em afirmar que a invasão da Guiné-Bissau por tropas senegalesas nunca seria possível sem a «luz verde» de Paris. Se assim for - e, sobretudo, na hipótese de assim ser -, não seria já altura de fazer algumas perguntas sobre o assunto a quem de direito? Quanto mais não seja, para ver se o também misterioso boicote senegalês à passagem da ajuda humanitária ao povo da Guiné-Bissau acabava, procurando o Governo português que os «bons ofícios» da França na resolução da crise passem das promessas vagas às acções concretas...

# PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

## Versos de um caderno esquecido

### O Executivo

Bufalo Bill era funcionário dos monopólios de Chicago. Matou búfalos e índios. Nem tudo talvez estivesse perdido se não fossem as horas extraordinárias feitas a seu pedido.

### Globalização

Trabalho na General Motors tu, na General Electric ou na Philips. Este poema foi escrito com uma Parker controlado por um Omega Constellation.

É de causar vertigens!

Mas a Bayer lá está pra me tirar as dores.

### Aviso

Se os inimigos usassem turbante reconheciam-se num instante.

### Estética

Grito. Uma palavra só já é retórica.

### Reflexão

Os deuses vibram apenas os golpes necessários. Só a violência inútil compromete.

### Actualidade - 1

João, companheiro de Vasco da Gama, é criado em Paris. Ganhou fama de trabalhador frugal e submisso. Lá, gostam disso.

### Actualidade - 2

O Joaquim? Morre no capim coitado. E o senhor Serafim? Vai assim assim, muito obrigado.

### Actualidade - 3

O que foi que aconteceu? - É um herói. Morreu.

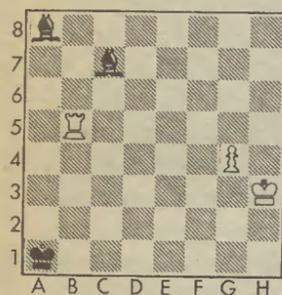
Cobrem-lhe o peito mudo de louvores.

Deixa viúva e quatro filhos menores.

## XADREZ

DCLXIII - 2 DE JULHO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998X26

Por: Frantisek J. Prokop  
«Časopis Československých Šachistů» - 1925  
Pr.: [3]: Bs. a8, e7 - Ra1  
Br.: [3]: Pg4 - Tb5 - Rh3



Branças jogam e ganham  
\*\*\*

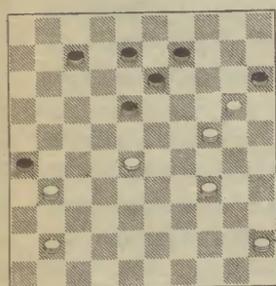
SOLUÇÃO DO Nº 1998X26 [F.J.P.]  
1. Tc5!, Bb6; 2. Tf5, Bc4; 3. Tf4, Bc2; 4. Tc4 e.g.  
2. ...., Bc7; 3. Tf7, Bb6; 4. Tf6 e.g.

A. de M. M.

## DAMAS

DCLXIII - 2 DE JULHO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998D26

Por: Maurice Nicolas [F.]  
«La Marseillaise», F., 11.VIII.1957  
Pr.: [7]: 7-8-9-13-15-18-26  
Br.: [7]: 20-24-28-31-34-41-45

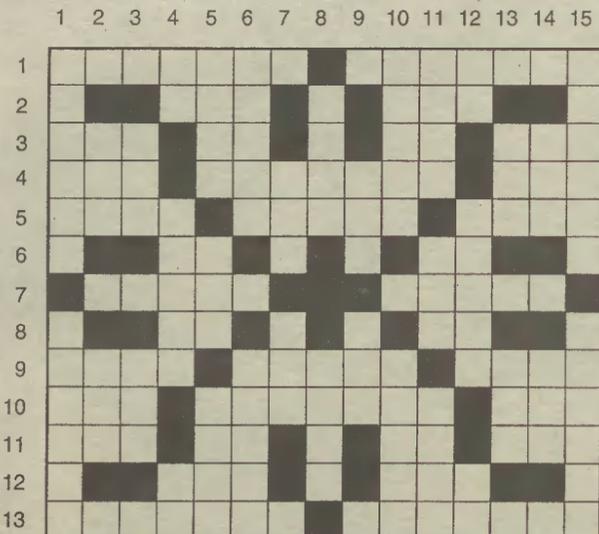


Branças jogam e ganham  
\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1998D26 [M. N.]  
1. 24-19! (26x46=D); 2. 20-14, (46x40);  
3. 14x1=D, (13x24); 4. 10x2, (15x24);  
5. 45x34

A. de M. M.

## PALAVRAS CRUZADAS



**HORIZONTAIS:** 1 - Simbólico; molusco lamelibrânquio, marinho, da fam. dos aviculídeos, muito abundante nos fundos próximos das costas portuguesas (pl.). 2 - Análogo; uma centena. 3 - Massa gelatinosa obtida a partir das chamadas soluções coloidais; nota musical; Amerício (s.q.); anuência. 4 - Ajustei (ant.); vontade de comer; nome da sétima letra do alfabeto grego. 5 - Quantidade fixa de uma substância que entra numa composição química ou farmacêutica; ave trepadora; estimar muito. 6 - Antigo soberano persa; Actínio (s.q.). 7 - Variedade de calcadónia, constituída por faixas alternantes de coloração diferente, mostrando, em corte, desenhos variados, e usada no fabrico de objectos de adorno; ramo de árvore perto do solo. 8 - Espécie de escumilha; Ósmio (s.q.). 9 - Compareceria; planta herbácea, odorífera; utilizada em culinária (pl.); inchar. 10 - Fluido aeriforme; enfrentar; cem metros quadrados. 11 - Arco de cabaz; Ruténio (s.q.); o seu valor é de 3,1416; senhora (bras.). 12 - Astro-rei; palhoça de índios. 13 - Negligentes; incomunicável.

**VERTICAIS:** 1 - Parte do organismo animal que tem funções muito importantes, entre as quais se distinguem a secreção biliar e a secreção glicogénica; personagem de "O Barbeiro de Sevilha", de P. de Beaumarchais, escritor francês. 2 - Eternidade; chefe etíope. 3 - O m.q. lírio; nome de mulher. 4 - Antiga nota dó; expele; a polícia nazi. 5 - Apoquentá (fig.); amarró; deus do amor, entre os romanos. 6 - Esconde; inutilizo. 7 - Época; textualmente. 8 - Fibra das folhas da piteira; remuneração. 9 - O m.q. eiró; ribeira portuguesa. 10 - Respeita; nome por que são vulgarmente designados uns batráquios anuros, semelhantes à rã (pl.). 11 - Reccia; argola, abastado. 12 - Antemeridiano (abrev.); ateado; o mais (ant.). 13 - Prep. indicativa de carência ou ausência; utensílio de cozinha (pl.). 14 - Rochedo (bras.); apelido de poeta português. 15 - Fruto apocárico, seco, de pericarpo prolongado em asa membranosa; assoreado.

12 - Am.; acesso; al. 13 - Serr.; pds. 14 - Ita; art. 15 - Samara; areado.  
6 - Alape; anulo. 7 - Eraz; sic. 8 - Piaz; paga. 9 - Itc; Sor. 10 - Acata; sapos. 11 - Terme; arv; nco.  
**VERTICAIS:** 1 - Figado; fíguro. 2 - Evoj; rds. 3 - Lis; isa. 4 - Ut; exalar; SS. 5 - Ralar; alio; Eraz; encasar; are. 11 - Asa; Ruz; pi; sid. 12 - Sot; oca. 13 - Omisso; isolado.

**HORIZONTAIS:** 1 - Figural; patacas. 2 - Tai; cem. 3 - Ccl; tá. Am.; sim. 4 - Avi; apctile; eia. 5 - Dose; arara; amarr. 6 - Xá; Ac. 7 - Agatá; tepa. 8 - Ló; os. 9 - Ira; apos; opar. 10 - Gás; 11 - Reccia; argola, abastado. 12 - Antemeridiano (abrev.); ateado; o mais (ant.). 13 - Prep. indicativa de carência ou ausência; utensílio de cozinha (pl.). 14 - Rochedo (bras.); apelido de poeta português. 15 - Fruto apocárico, seco, de pericarpo prolongado em asa membranosa; assoreado.

SOLUÇÃO

## Encontro de Trabalhadores do Porto com **ÁLVARO CUNHAL**



● *A actualidade dos ideias comunistas  
e a luta em defesa  
dos direitos dos trabalhadores*

Sexta-feira, 3, às 21h30, no CT da Boavista

### BRAGA

**8.ª Assembleia da Organização Concelhia**

Sexta, 3, às 21h, no Centro de Trabalho do PCP

\*

### MONTEMOR-O-NOVO

**3.ª Assembleia da Organização  
da Célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal**

Sexta, 3, às 21h, no Auditório da Biblioteca Municipal

\*

#### ● ALCOCHETE

Reunião da Comissão Concelhia alargada a quadros, sobre a situação política e tarefas do Partido: sexta-feira, 3, às 21h30, no Centro de Trabalho.

#### ● LISBOA

S. Mamede - Reunião de militantes da freguesia, para discutir o trabalho do Partido na Freguesia: segunda-feira, 6, às 19h, no Centro de Trabalho Vitória.

## PORTUGAL > 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA



## Regionalização, a democracia e o seu desenvolvimento

Debate com a participação de  
Cláudio Torres, Eduardo Anselmo de Castro, Luís Sá,  
Rogério de Brito, Rogério Roque Amaro  
Évora - Teatro Garcia de Resende - Sábado, dia 4, às 16h

\*

## Que futuro para a nossa Ria?

Debate sobre a Ria de Aveiro com a participação de  
Álvaro Reis, António Romão, António José Macedo,  
Manuela Mourão Correia de Sá, Honório Novo  
Ovar - Orfeão de Ovar - Sexta-feira, dia 3, às 21h30

### 11.ª Feira das Velharias de Viana do Castelo

No meio  
das  
velharias,  
muitas  
utilidades  
e algumas  
preciosidades...  
26, 27 e 29  
de Junho/  
3, 4 e 5  
de Julho  
Pavilhão  
da Portucel,  
com entrada  
livre

## MERCADO-FESTA do PCP nas CALDAS DA RAINHA

Domingo, 5, das 10 às 18h  
na Mata do Hospital (Parque das Merendas)  
Venda de produtos agrícolas - Jogos populares  
Quermesse - Almoço regional - Bar  
Música popular com o grupo "3 de Abril"

Cerca das 15h:  
intervenção política de um dirigente do PCP

\*

## COMÍCIO-FESTA em QUELUZ

(Parque Conde de Almeida Araújo - Jardim de Queluz)  
Sexta-feira, 3, a partir das 18h30  
Sardinhada - Música pelo grupo "3 de Abril"

Às 21h30:  
intervenção de **JERÓNIMO DE SOUSA**

\*

## Festa popular na Mata da Madre de Deus

promovida pela Organização da Zona Oriental de Lisboa do PCP  
Sábado, dia 4  
Manhã Infantil  
Almoço - Bar durante todo o dia  
Espectáculos:  
Tunas Académicas - Jorge Lomba e outros

Às 17h:  
**COMÍCIO**  
com a participação de **JOSÉ CASANOVA**  
(Carreiras da Carris: n.º 42 e 59)

## Jornada da CDU na Serra da Lousã

A Comissão Coordenadora da CDU  
na Lousã promove a realização, no  
próximo sábado, dia 4, de uma



**Jornada na Serra da Lousã**, aberta à participação de todos os interessados.  
Para além do passeio e convívio, pretende a CDU proporcionar uma reflexão e  
debate sobre as medidas necessárias para a salvaguarda e valorização da serra da  
Lousã, tendo por isso convidado especialistas em temas como o ambiente,  
património cultural, promoção e defesa das áreas florestais, turismo e  
desenvolvimento, tradições comunitárias e baldios.  
A partida da Lousã (Alameda Carlos Reis) está prevista para as 10h, pela  
EN 236 em direcção ao Candal, onde haverá uma visita à aldeia e ao antigo  
lagar de azeite, guiada por Louzã Henriques. O almoço (farnel!) será na Fonte  
Fria, seguindo-se passeio pelas aldeias de Vaqueirinha e Catarredor, até ao  
Talasnal, a pé ou em viatura; o regresso poderá ser feito, quer pela estrada  
florestal das Hortas quer (se for a pé) pelo trilho que leva até ao cruzeiro, junto  
ao Santuário da Senhora da Piedade.

## Reunião CDU em Lavra

Por iniciativa da CDU/Matosinhos, realiza-se no próximo domingo, a partir das  
10h, uma reunião de activistas da freguesia de Lavra. A reunião terá lugar na  
Associação Recreativa Guerra Junqueiro (R. Dr. José Domingues dos Santos,  
em Cabanelas).

## Problemas com a integração no sistema de ensino português dos jovens luso-descendentes que regressam a Portugal

— DEBATE dirigido a alunos, pais, professores  
promovido pelo Sector de Emigração do PCP  
para fazer o levantamento da situação existente  
e fundamentar propostas para a sua resolução

Lisboa - CT Vitória  
Quinta-feira, 9, das 10 às 13h

### BRAGA

O número  
sorteado  
para  
a Viagem  
a Cuba  
foi o  
3907  
(Lot. Pop.  
de 25 de Junho)

TELEVISÃO

Quinta, 2

RTP 1

08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.10 Consultório
15.15 Isto Só Vídeo
15.55 Reis do Estúdio
17.20 Maria do Bairro
19.00 Pais Pais
19.45 Pais Regiões
20.00 Telejornal
20.40 Cais do Oriente
20.55 Terra Mãe
21.55 Tournée: XXXIV Corrida TV
01.00 Mundial '98
01.30 24 Horas
02.30 Especial Musical - Lighthouse Family

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.35 Falatório
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.15 Tudo em Família
20.45 Portugalmente
21.25 Murphy Brown
22.00 Jornal 2

Sexta, 3

RTP 1

08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.10 Consultório
15.25 Mundial '98: 1/4 de Final
17.35 Maria do Bairro
19.00 Pais Pais
19.40 Pais Regiões
19.55 Mundial '98
22.00 Telejornal
22.30 Cais do Oriente
22.50 Terra Mãe
23.50 Mundial '98
00.20 24 Horas
01.20 Máquinas
01.55 Maniac Cop - O Crachat do Silêncio
(de William Lustig, EUA/1992, com Robert Davi, Caitlin Dulany. «Thriller»)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.15 Tudo em Família
20.45 Portugalmente

Sábado, 4

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
12.15 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top +
14.50 Simpsons
15.25 Mundial '98: 1/4 de Final
17.35 Amor Fraternal
18.10 Jet 7
18.45 Há Horas Felizes
19.55 Mundial '98: 1/8 de Final
22.00 Telejornal
22.30 Cais do Oriente
22.45 Contra-Infomção
23.05 Nós, os Ricos
23.40 86-60-86
00.15 Reportagem
01.10 Mundial '98
01.40 24 Horas
02.30 Viver e Morrer em Little Odessa
(de James Gray, EUA/1994, com Tim Roth, Edward Furlong, Vanessa Redgrave, Maximilian Schell. Ver Destaque)
04.15 Sem Limites

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Faienas
12.30 Música Maestro
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Olhos nos Astros
15.50 Doutor... Agora

Domingo, 5

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.40 Casa Cheia
15.00 Kung Fu
16.00 Emoções Fortes
16.30 Bandido à Solta
(de Hal Needham, EUA/1994, com Brian Bloom, Brian Krause, Heather Lynch. Comédia)
18.35 Casa Cheia
19.10 Jet 7
20.00 Telejornal
20.55 Cais do Oriente
21.10 Major Alvega
21.50 Assalto à Televisão
22.35 Hoffa - O Preço do Poder
(de Danny De Vito, EUA/1992, com Jack Nicholson, Danny De Vito, Armand Assante, J. T. Walsh. Drama)
02.00 Mundial '98
02.30 24 Horas
01.30 Limites do Terror

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 Um Berço no Mar
12.30 Sinais do Tempo
13.30 Jornal d'África
14.00 Desporto 2

Segunda, 6

RTP 1

08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.10 Consultório
15.40 Nico d'Obra
16.15 Top+
17.40 Maria do Bairro
19.00 Pais Pais
19.45 Pais Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.10 Reformado e Mal Pago
21.45 Terra Mãe
22.40 Espiões de Classe
23.40 Mundial de Futebol '98
00.10 24 Horas
01.00 Horizontes da Memória

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.35 Falatório
16.35 Amigos para Sempre
17.30 Açores - Espaço Vital
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.15 Tudo em Família
20.45 Portugalmente
21.20 Sarilhos com Elas
22.00 Jornal 2

Terça, 7

RTP 1

08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.10 Consultório
15.35 Lições do Tonecas
16.15 Made in Portugal
17.40 Maria do Bairro
19.00 Pais Pais
19.40 Pais Regiões
19.55 Mundial '98: 1/2 de Final
22.00 Telejornal
22.30 Cais do Oriente
22.50 Herman 98
00.40 Reportagem
01.40 Mundial de Futebol '98
02.10 24 Horas
03.00 Rotações

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Cousteau at 85
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.15 Tudo em Família
20.45 Portugalmente
21.15 Ellen
22.00 Murphy Brown
22.30 Jornal 2

Quarta, 8

RTP 1

08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.10 Consultório
15.15 Nós, os Ricos
15.55 Concurso 1, 2, 3
18.15 Maria do Bairro
19.00 Pais Pais
19.40 Pais Regiões
19.55 Mundial '98: 1/2 Final
22.00 Telejornal
22.30 Cais do Oriente
22.50 Terra Mãe
23.50 Mad Max 2: O Guerreiro das Estradas
(de George Miller, Austrália/1981, com Mel Gibson, Bruce Spence, Vernon Wells. Acção / Ficção Científica)
00.45 Mundial '98
02.15 24 Horas
03.00 Ciclismo: Prémio Joaquim Agostinho

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.35 As Aventuras de Tarzan
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
22.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá



21.15 Quem Sabe, Sabe
22.00 Murphy Brown
22.30 Jornal 2
23.10 Acontece
23.25 Bolero
(de John Derek, EUA/1984, com Bo Derek, George Kennedy, Andrea Occhipinti, Ana Obregon, Greg Bensen, Olivia d'Abe, Erótica)
01.05 Falatório
02.05 Ternuras e Arrufos

É que São Elas
(de Gerald Thomas, Gr.Br.1969, com Kenneth Williams, Jim Dale, Sidney James. Comédia)
17.30 Desporto 2
19.30 2001
20.10 Tenchi Muyo
20.50 Onda Curta
(Spicy City, Olho por Olho, de Ennio Terrason Jr., EUA/1997; Michael, O Visitante, Michael, The Visitor, de Lindsay Van Blerk, EUA/1996, Curtas-Metragens de Animação)
21.50 Murphy Brown
22.30 Jornal 2
23.05 O Lugar da História
00.10 Esplendor na Relva
(de Elia Kazan, EUA/1961, com Warren Beatty, Natalie Wood, Pat Hingle, Audrey Christie, Sandy Dennis. Ver Destaque)
02.10 Os Sexos Humanos



A ideia de que as férias são tempo para consumir entretenimento = estupidéz e mau gosto, mais do que nunca ameaça fazer carreira neste Verão televisivo...

18.00 Marlon Brando, Wild One
18.50 Nem Pássaro Nem Peixe
(de Solveig Nordlund, Port.1977, com Luís Miguel Cintra, Lia Gama, João Carlos, Francisca Menezes, Rui Mendes. Ver Destaque)
19.40 Bombordo
20.10 História da Arte Americana
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Teatro: «Othello»

22.35 Acontece
22.50 Toxic Affair
(de Philomène Esposito, Fr.1992, com Isabelle Adjani, Clémentine Celarié, Sergio Castellitto, Hyppolyte Girardot. Comédia Dramática)
00.30 Duckman, o Trapalhão

22.35 Acontece
22.50 A Mulher Indecente
(de Bem Verborg, Hol.1991, com José Way, Coen van Vrijberghe, Huub Stapel, Erótica)
00.25 Falatório
01.25 Mistérios do Espaço

SIC

08.00 Buêrére
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Vidas Cruzadas
16.00 Fátima Lopes
18.00 Corpo Dourado
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.50 Diário do Mundial
21.00 Por Amor
22.00 A Última Chance
23.15 Esta Semana
00.30 Diário do Mundial
00.50 Último Jornal
01.15 Flash
02.35 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 FX - Efeitos Mortais
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
23.00 A Esquadra de Brooklyn
24.00 Intenção Criminosa
(de Gregory Goadell, EUA/1995, com Lesley Ann Warren, Corbin Bernsen, Tushka Bergen. «Thriller»)
02.00 Seinfeld
02.30 Ponto Final

SIC

08.00 Buêrére
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Vidas Cruzadas
16.00 Fátima Lopes
18.00 Corpo Dourado
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.50 Diário do Mundial
21.00 Bom Baão
21.30 Ponto de Encontro
22.30 Por Amor
23.30 Diário do Mundial
01.20 Último Jornal
02.05 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
15.50 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 FX - Efeitos Mortais
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
23.00 A Esquadra de Brooklyn
24.00 Intenção Criminosa
(de Gregory Goadell, EUA/1995, com Lesley Ann Warren, Corbin Bernsen, Tushka Bergen. «Thriller»)
02.00 Seinfeld
02.30 Ponto Final

SIC

08.00 Buêrére
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Arma Mortífera 2
(de Richard Donner, EUA/1989, com Mel Gibson, Danny Glover, Joe Pesci, Joss Ackland. Ver Destaque)
15.40 Norte e Sul
16.10 Walker
18.05 Os Incurruptíveis contra a Droga
(de William Friedkin, EUA/1971, com Gene Hackman, Fernando Rey, Roy Scheider. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
21.30 Corpo Dourado
22.30 Big Show Sic
01.30 Diário do Mundial
01.50 Último Jornal
02.15 Balada de Angel Street
(de Rod Holcomb, EUA/1992, com Robin Givens, Pamela Gidley, Ron Dean. Drama)

TVI

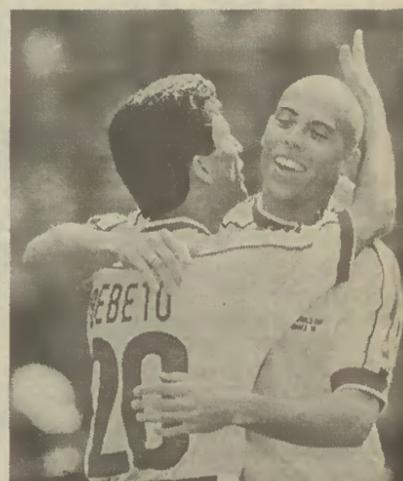
10.00 Animação
12.40 Gémeas
13.35 Contra-Ataque
14.40 Feed Back
15.45 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
16.40 Competente e Descarada
17.20 Desaparecida na Noite
19.05 Aventuras no Pacífico
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Vencer o Medo
(de David Carson, EUA/1993, com Joanna Kerns, Tim Matheson, Ashley Peldon. Drama)
00.30 Armadilha Mortífera
(de Douglas Barr, EUA/1997, com Michael Biehn, Margen Helgenberger, Arthur Eng, Harvey Chao. «Thriller»)
10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 A Águia
15.10 Hospital Universitário
16.35 Competente e Descarada
17.10 Desaparecida na Noite
18.50 Desafios
19.00 Nightman
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Causa Justa
23.00 Obcecado por Laura
(de Michael Switzer, EUA/1993, com Richard Thomas, Brooke Shields, Richard Yunquez. «Thriller»)
01.00 A Magia do Cinema

SIC

08.30 Buêrére
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Gremilins II: A Nova Geração
(de Joe Dante, EUA/1990, com Zach Galligan, Phoebe Cates, Christopher Lee. Terror/Comédia)
15.45 Viper
16.45 Stargate
17.40 Bandidos à Solta
(Longa-metragem)
20.00 Jornal da Noite
20.40 Diário do Mundial
20.50 Camilo na Prisão
21.10 Surprise Show
22.10 Corpo Dourado
23.15 Diário do Mundial
23.35 Último Jornal
24.00 Gulag
(de Roger Young, EUA/1984, com David Keith, Malcolm McDowell, David Suchet, Warren Clarke, John McEnery. Drama)
02.00 Norte e Sul

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 FX - Efeitos Mortais
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Pensacola
23.00 Contaminação
(de Alan Metzger, EUA/1997, com Philip Bosco, Bill Nunn, Nicholas Pryor, Pamela Reed. Drama)
00.50 Seinfeld



Será que eles chegam à Final?

21.00 Médico de Família
22.00 Por Amor
23.00 Diário do Mundial
23.20 Último Jornal
23.45 Caçada Implacável
(de Peter Hunt, EUA/1981, com Charles Bronson, Mee Marvin, Angie Dickenson. Aventuras / Acção)
01.45 Os Anjos
03.45 Vibrações

18.00 Corpo Dourado
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.50 Diário do Mundial
21.00 Por Amor
22.00 Furor
23.15 Casos de Polícia
00.30 Diário do Mundial
00.50 Último Jornal
01.15 Conversas Secretas
02.35 Portugal Radical

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 FX - Efeitos Mortais
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Casos de Arquivo
23.00 Corredor Mortal
(de Jon Pardy, EUA/1994, com Mimi Rogers, Billy Zane, John Terry, Kurt Fuller. «Thriller»)
00.55 Seinfeld
01.20 Ponto Final

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 FX - Efeitos Mortais
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Tal Pai, Tal Filho
23.00 Corredor Mortal
(de Jon Pardy, EUA/1994, com Mimi Rogers, Billy Zane, John Terry, Kurt Fuller. «Thriller»)
00.55 Seinfeld
01.25 Lanterna Mágica
02.00 Ponto Final

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## Arma Mortífera 2

(Sábado, 14.00, SIC)

Ao contrário do que costuma acontecer com as contínuas de grandes êxitos (geralmente tentando, a todo o custo, apanhar o comboio do sucesso inicial de bilheteira), este *Arma Mortífera 2*, também realizado por **Richard Donner**, afigura-se à mesma altura do primeiro e, quiçá, ainda mais divertido. Porque, no fundo, de puro divertimento apenas se trata ao falar-se desta história em que os nossos já conhecidos *Riggs* e *Murtaugh* perseguem a pista de um tráfico de droga, a qual desta vez os leva à captura de um diplomata sul-africano, ao qual (depois de violentas cenas de perseguição, pancadaria e tiroteio) nem a imunidade diplomática consegue salvar. Com **Mel Gibson** e **Danny Glover**, pois claro!

## Os Inocorríveis contra a Droga

(Sábado, 18.05, SIC)

Por falar em droga, dois polícias americanos procuram desmontar uma rede de tráfico internacional com origem em França e as suas investigações, finalmente frustradas, conduzem-nos às situações mais tensas, movimentadas e perigosas, durante as quais **Gene Hackman** se revela num dos seus melhores papéis. Autor discutido de grandes êxitos e fracassos, **William Friedkin** lançou-se com um Oscar para o Melhor Realizador com este *French Connection*. Adepto de um cinema frenético e alucinante, o realizador aposta obcecadamente na narrativa clássica, acelerada pelo virtuosismo da encenação e da montagem, o que confere a muitas das espectaculares sequências dos seus filmes mais conseguidos (como é, aqui, a perseguição no metro) um poder de atracção «irresistível». Tudo isto é fortemente impressivo e, embora já mais do que visto, apetece sempre rever. Apesar de, como é previsível, o *pan & scan* poder deitar tudo por terra...

## Esplendor na Relva

(Sábado, 00.10, RTP2)

Numa pequena cidade do estado de Kansas, *Deanie*, filha de um pequeno accionista, e *Bud*, filho de um poderoso capitalista, são colegas de estudo e amam-se. Entretanto, os pais, considerando-os muito novos mas, sobretudo, influenciados por preconceitos de classe, recusam o casamento, e *Bud* acaba por contrariar *Deanie* e submeter-se àquela decisão, com consequências dramáticas imprevisíveis. Um grande argumento, da autoria de **William Inge**, para um dos melhores filmes de **Elia Kazan**, exacerbado e febril na crítica feroz ao puritanismo conservador da América profunda. Duas admiráveis interpretações de **Natalie Wood** e de **Warren Beatty**.

## Viver e Morrer em Little Odessa

(Sábado, 02.30, RTP1)

«Um assassino profissional regressa ao seu bairro natal, Little Odessa em Nova Iorque, onde vive uma grande comunidade russa de origem judia. Reencontra o irmão adolescente, a mãe moribunda, o pai intransigente e reacende velhos ódios. A mafia local tem velhas contas a ajustar com ele e tudo vai acabar numa amarga tragédia.» Diz-se estarmos em presença de um jovem realizador com talento – **James Gray** – e de um «thriller» que se destaca no (por vezes bem rico e surpreendente) circuito do cinema independente norte-americano. A descobrir.

## Nem Pássaro Nem Peixe

(Domingo, 18.50, RTP2)

As chamadas contradições da Revolução (em geral reflectidas de uma forma de certa maneira doentia e «microcsmica» nas pouquíssimas obras cinematográficas cá do burgo que sobre ela se debruçaram) estão espelhadas, mais uma vez, neste filme da cineasta sueca radicada entre nós **Solveig Nordlund** que observa criticamente o quotidiano de uma família da classe média. **Luís Miguel Cintra** e **Lia Gama** abrilhantam os principais papéis.



Natalie Wood e Warren Beatty

## O Inferno

(Terça, 23.25, RTP2)

Eis a história alucinante de um homem alucinado e perseguido por dúvidas e ciúmes acerca do comportamento da sua jovem mulher – um estado de espírito que acaba por arruinar um quotidiano aparentemente feliz e risonho. É mais uma peça da já tradicional crítica social à classe média que tanto anima **Claude Chabrol** na escrita e realização dos seus filmes. A curiosidade suplementar é a de que este argumento esteve para ser inicialmente filmado por **Henri-Georges Cluzot** trinta anos antes, sendo este impedido de concretizá-lo por motivos de doença. Uma excelente interpretação de **Émanuelle Béart**.

## Encontro

(Quarta, 23.25, RTP2)

Uma actriz teatral vê-se envolvida num caso de melodrama e paixão intensamente sensual que as referências apontam como uma história de ambientes sórdidos e «cenas eventualmente chocantes», independentemente de se tratar de um filme que (ao que parece) é realizado com mão de mestre. Ou não se tratasse de **André Téchiné** o cineasta em questão e não fosse **Juliette Binoche** a intérprete do principal papel. A confirmar.



Cartaz original de «Arma Mortífera 2»



André Téchiné dirige Juliette Binoche

## CABO & SATÉLITE

### Homenagem a Miles Davis

O canal francês **Muzzik**, especializado em música clássica, étnica e Jazz, transformou um pouco o formato das suas emissões nestes meses de Verão. Assim, está a dedicar cada dia a um dado tema ou a uma determinada personalidade. Por exemplo, nesta Sexta-feira, a emissão será inteiramente dedicada ao grande trompetista de Jazz norte-americano **Miles Davis**, do qual serão transmitidos durante todo o dia (naturalmente com repetições periódicas), documentários, concertos e homenagens, entre os quais se destaca uma entrevista com o pianista e arranjador **Laurent Cugny**, um concerto com o arranjador **Gil Evans** ou outros dois concertos no Québec e em Montreux e uma homenagem com os **Prémios Django d'Or** e, talvez, a projecção do filme «**O Ascensor Para o Cadafalso**» do realizador francês **Louis Malle** com música de **Miles Davis**. Os amantes do Jazz não devem perder. (*Muzzik*, Sexta-feira, todo dia, por exemplo, às 17.00, 18.00, 18.55, 19.10, 20.00, 21.00 ou 22.00)



### Mais testemunhos do Holocausto



Na primeira sexta-feira de cada mês, a **CNN** transmite habitualmente a sua excelente série «**Perspectives**». Desta vez, o tema é daqueles cuja importância não é de mais realçar, já que

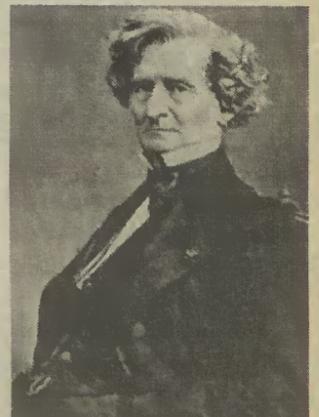
se trata de um documentário sobre os horrores passados por milhões de pessoas, comunistas, democratas sem partido, resistentes, judeus, nos campos de concentração nazis. Para que uma barbárie como esta, que abalou e manchou a História da Humanidade, não volte a repetir-se. (*CNN*, sexta-feira, das 21.00 às 22.00)

### «Music Planet» Especial

Continuando hoje na senda da música, o destaque vai para a emissão especial de «**Music Planet**», habitualmente transmitido aos sábados pelo **Arte**. Trata-se de uma transmissão durante quatro horas, a partir das 21.30, intitulada «**Eurockéenes**», em directo de **Maulsaucy**, em **Belfort**, com os melhores momentos da 10ª edição das «**Eurockéenes**», festival e desfile de grupos de *rock* e *rap* europeus (e não só), como **Jean-Louis Aubert**, **Iggy Pop**, **Cubanismo**, **Suprême NTM**, **Passi**, **Asian Dub Foundation**, **Texas**, **Prodigy**, **Rammstein**, **Faudel** ou **Gus Gus**. Apresentação de **Christophe Tison** e **Tita von Hardenberg**. (*Arte*, Sábado, 21.30 à 01.30)

### Danação de Fausto, em Leipzig

É uma gravação recente, foi realizada em 1997 em Leipzig, e conta com a participação, nos principais papéis, dos cantores **Julia Varady**, **Vinson Cole** e **Philippe Rouillon**. Os melómanos poderão e deverão estar atentos a excertos da versão da ópera «**A Danação de Fausto**» de **Hector Berlioz**, gravada no **Neues Gewandhaus** daquela cidade. (*Arte*, Domingo, 18.30 às 19.30)





# O medo continua

TVISTO

Correia da Fonseca

«É verdade que Lénine nasceu da Lua e das estrelas?» «É verdade!» «É verdade que as primeiras palavras que pronunciou foram Pão e Liberdade?» «É verdade!» «É verdade que o braço direito de Lénine é de ouro do ombro ao cotovelo?» «É verdade!» Estas palavras, solenemente pronunciadas em russo com sobreposta tradução, foram as primeiras do telefilme transmitido pela TV2, «o canal cultural», no passado domingo. Iniciava-se assim, em clima misto de idiotia e misticismo, o documentário intitulado «O Culto de Lénine», produção do britânico Channel Four (que se tem mostrado especialista num certo tipo de soviologia e actividades afins), integrado na rubrica «Vidas do Século», transmitida depois da meia-noite aparentemente para eventual proveito dos telespectadores dispostos a trocarem umas horas de sono pela aquisição de dados e informações que possam acrescentar-lhes o património cultural.

No caso de «O Culto de Lénine», porém, o que os telespectadores encontraram foi um caldo de nevoeiro e veneno como antes poucas vezes se vira. O objectivo era, visivelmente, injectar-lhes nas cabecinhas, mais uma vez, a versão de que as convicções comunistas não têm nada de racional e nítido como os próprios sustentam, mas sim, muito pelo contrário, decorrem de uma religiosidade não apenas primária mas também supinamente tola, como o excerto inicial que atrás se refere claramente indicia. O resto do telefilme, de resto, embora nem sempre com a mesma exemplaridade, sempre apontava no mesmo sentido e, talvez para mais reforçado efeito, ele próprio era baralhado e trôpego, como porventura convém a quem quer cobrir um dado tema com o manto diáfano da cretinice.

## Os cheiros

Momentos houve em que a tarefa envenenadora pareceu desvairar e deslizou para o atoleiro daquela incredibilidade que, de tanto o ser, se desvaloriza pelo ridículo. Por exemplo, quando um suposto comunista «arrepentido» acusa, compungindo, que «o amor a Lénine foi mau para a família» e «corrompeu o amor pelos pais e avós». Isto, não desta vez porque os comunistas soviéticos forçassem as populações e praticarem o amor livre ou a denunciarem

os desvios ideológicos de direita das «babuchas», mas sim porque, em confronto com os proclamados méritos pessoais de Lénine, pais e avós saíam com uma imagem diminuído. Noutros momentos, porém o documentário enveredava por métodos não tão irrisórios. A estratégica confusão entre documentários autênticos, contemporâneos de Lénine, e cenas de filmes de propaganda anti-soviética permitida, designadamente, que «víssemos Lénine» dar por telefone com ar feroz, ordens de execução de adversários políticos: «Matem-nos imediatamente!», disparava o actor habilmente transformado em sócia de Lénine. Depois, porém, vinha um ex-soviético real depor livremente perante as câmaras: «Agora é tudo muito claro: ele apenas queria poder, morte e violência!» Diante disto, o telespectador só pode dar graças ao Channel Four, à TV2 e, naturalmente, à Senhora que tanto recomendou que se rezasse pela conversão da Rússia, pela preciosa lição de História contemporânea que acaba de receber. Depois disto, o menos que se pode esperar é que, no próximo acto eleitoral ou referendário, o cidadão/telespectador se lembre deste telefilme no momento de votar.

A dado passo, ouviu-se que «na crença comunista, Marx é Deus e Lénine é o filho de Deus». A olhos serenos, esta parece decerto ser uma enormidade imbatível, mas o caso é que o telefilme abundou em falsificações de uma desvergonha e de uma torpeza impressionantes pela dimensão. A par disto, as imagens deleitavam-se sadicamente com sequências da demolição de estátuas de Lénine. Não certamente apenas para prazer dos autores, mas também para gravar no espírito do público a certeza de que o comunismo morreu.

Contudo, o que cheira pessimamente neste como noutros telefilmes que com ele convergem não é o cadáver do comunismo defunto, mas sim as mãos que amassaram tantas infâmias no mais total desprezo pelo público que manifestamente consideram de todo acéfalo. O que também cheira é o ódio com que esta forma de anticomunismo sem nenhuns princípios mas com óbvios fins vem mentir e viciar, instalado na certeza cobarde de que não será permitida a passagem pela mesma via do menor desmentido. E cheira, finalmente, o medo, o enorme medo que persiste e que se revela em cada baixezinha cometida contra Lénine, contra a História, contra os comunistas passados e presentes. Essa gente tem medo, e pelo medo continua a disparar sobre os alegados cadáveres.

# Hipermercados, aguadeiros e outras coisas mais

Ainda aí uma febre de privatizações que desperta a atenção mesmo dos mais distraídos.

Já não se trata apenas de empresas estratégicas, vendidas a retalho na praça pública, para realizar receitas úteis aos critérios da moeda única.

Os jornais vão publicando interessantes notícias sobre diversas privatizações em preparação, designadamente dos serviços prisionais e do serviço de cobrança das contribuições e impostos, acompanhadas de comentários dos ministérios da tutela do género “não confirmo nem desminto”.

Embalados na onda, os partidos da embrionária AD já reclamam a privatização da Caixa Geral de Depósitos – o maior grupo financeiro português arrelhiadoramente ainda nas mãos do Estado –, e das empresas de serviço público de comunicação RTP e RDP.

O Governo vai gerindo esta longa e devastadora capitulação com sermões onde abundam referências aos interesses dos “mercados”, pontuados de belas palavras como diálogo e solidariedade, e filáucias de “modernidade e eficácia”.

Consoante os auditórios, conhecidos apoiantes do partido do

de modernidade e os mais pios propósitos, e uma retórica, nos respectivos preâmbulos, simpática à esquerda, com extensas e enfáticas referências ao insucesso, à exclusão, à pobreza, que pretensamente combatem.

Por este caminho, se não for travado, poderá consumir-se o velho projecto ultraliberal de reduzir o Estado ao papel de administrador da justiça (justiça de classe, é claro), agente fiscal e garante da ordem pública – do resto a iniciativa privada se encarregaria...

Nesta lenta desconstrução do Estado democrático tal como a Constituição o define, neste *PREC* ao contrário – processo de regressões em curso – por vezes acontecem os arrufos e estala o verniz. Veja-se o conhecido padrão dos hipermercados, em conúbio de facilidades com o Governo, atirar-se, com a soberba que lhe dão as dezenas de milhões de contos de que é dono, ao chefe de um partido político.

Talvez fique por aqui esta guerra de palavras, para além do inquérito parlamentar entretanto decidido. Mas o que ela dá sinal é das águas turvas onde nave-

ga esta crescente promiscuidade entre interesse público e privado.

MOTES & VOLTAS

Jorge Sarabando



Governo vão apostrofando, com maior ou menor vigor, a subordinação do poder político ao poder económico, a teocracia do dinheiro ou a teologia dos mercados, ao gosto do momento, como se não tivessem nada a ver com isso.

No geral, são conceitos que a esquerda há muitos anos definiu e defende. Mas, no concreto, nem uma palavra, nem uma medida, nem um reparo às privatizações e às benesses dos especuladores, nem ao menos uma declaração de intenções, nem uma referência à injusta dívida do Terceiro Mundo, nem uma alusão sequer à taxa Tobin (taxa sobre as operações bolsistas), apesar do seu limitado alcance.

Falam do neoliberalismo, como fenómeno global e não como fonte inspiradora da política seguida pelo Governo do nosso país, aplaudida pela oposição de direita, que por vezes acha pouco e mal e tem ataques de ciúmes.

Procurando não mexer formalmente nas responsabilidades sociais do Estado tal como são estipuladas na Constituição, o que despertaria a consciência democrática, o governo vai colocando o ensino privado a par do público, com prejuízo deste, avançando com arquipélagos privados no sistema de saúde e, na segurança social, cautelosa mas determinadamente, procura remeter o Estado para um papel meramente assistencial. No futuro, e com tal concepção de Estado, poderão faltar os direitos sociais existentes mas não faltará a mão da caridade, lê-se nas entrelinhas.

## Os preâmbulos simpáticos

A cultura empresarial vai avançando nos serviços públicos a coberto de diplomas com laivos

## Um Estado parasitado

Curiosamente, o discurso recorrente da direita tem sido, há anos, a “libertação da sociedade civil” ou, “menos Estado melhor Estado”. Traduzindo – “menos Estado” no País e para os cidadãos, “melhor Estado” para os interesses privados, é o que, na verdade, querem dizer.

Os que mais criticam a dimensão do Estado, são precisamente os que mais recorrem ao financiamento público e parasitam o próprio Estado.

Não está em causa a iniciativa privada, legítima, necessária e que tem o seu espaço de actividade e expansão.

O que está em causa é uma perversão que tem crescido nos últimos anos nas relações entre os domínios público e privado, em que as responsabilidades do Estado, a qualidade dos serviços prestados, os direitos dos trabalhadores tendem a ser sacrificados ao negociocismo, ao critério do lucro fácil e rápido, ao enriquecimento súbito de uma minoria.

Como sintoma deste aluvião difuso onde se perde a fronteira entre interesse público e privado, aí está a prática, já antiga, mas acentuada nos últimos anos, dos ministros e secretários transitarem directamente do Governo para as administrações das grandes empresas ou como consultores dos grupos financeiros.

Este encavalitamento do financiamento público pela “sociedade civil”, formada por ousados e bem relacionados empresários, lembra-me sempre a carta do aguadeiro galego que mestre Aquilino Ribeiro nos contou num dos seus livros. Escrevendo de Lisboa, para onde tinha vindo acarretar água, aos seus parentes na Galiza, dizia o aguadeiro: “a terra é boa e a gente tola, a água é deles e nós vendemos-lha”...

## ESCAPARATE

## 15º Festival de Teatro de Almada

Numa organização conjunta da Câmara Municipal de Almada e da Companhia de Teatro de Almada, ele aí está, mais uma vez, o há muito indispensável e tão aguardado Festival de Teatro desta cidade que começará no próximo sábado 4 e decorrerá até 18 do corrente, com espectáculos a cargo de companhias do Brasil, Bulgária, Espanha, França, Grécia, Itália, México, Portugal, Reino Unido e Tunísia. Nas palavras de apresentação do seu director Joaquim Benite, «a interpenetração de culturas, o contributo de criadores e teóricos de diferentes nacionalidades possibilitam, simultaneamente, o reconhecimento da universalidade a que pertencemos e o respeito pelas diferenças culturais, regionais e nacionais. Um festival de teatro é um lugar privilegiado para a vivência e a comprovação desta realidade. Durante as duas semanas de mais um Festival de Almada (...) grandes nomes do teatro português e estrangeiro (entre os quais um dos grandes mestres do nosso tempo, Peter Brook) participarão lado a lado com grupos experimentais, companhias jovens, escolhidos pela singularidade do seu trabalho ou pela exemplaridade da visão que propõem». Para os próximos dias, o exigente programa apresenta, entre outros, os seguintes espectáculos: sábado 4 e domingo 5 no Fórum Romeu Correia, às 19 horas, «Medeia Estrangeira» de Willy Kyrklund com encenação de Jorge Listopad pela Companhia de Teatro de Almada; sábado 4 no Palco Grande da Escola D. António da Costa, às 22 horas, «Quando a Vida Eterna se Acabe», de Eusébio Calonge, pela Companhia La Zaranda de Madrid (Espanha); domingo 5 no Teatro Municipal, às 16 horas, «Frida e a Casa Azul», de José Jorge Letria, com encenação de Luzia Maria Martins, pelo Teatro Nacional D. Maria II / Ceteleme; domingo 5 no Palco Grande



«Je suis un phénomène»



«Pedro y el Capitán»

## Festival de Almada

4 a 18 Junho  
1998Câmara Municipal de Almada  
Companhia de Teatro de Almada

Programa do Festival: desenho de Pedro Calapez

da Escola D. António da Costa, às 22.30, «Money», de Bertolt Brecht, com encenação de Teodoros Terzopoulos, pelo Attis Theatre de Atenas (Grécia); segunda 6 e terça 7 no Teatro Municipal, às 19 horas, «Amor de D. Perlímpim com Belisa em seu Jardim», de Federico Garcia Lorca, com encenação de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada; segunda 6 no Auditório da Escola D. António da Costa, às 21 horas, «Pedro y el Capitán», de Maria Benedetti, pelo Teatro del Noctámbulo de Badajoz (Espanha); quarta 8 a sábado 11 no Teatro da Trindade (Lisboa), às 21.45, «Je Suis un Phénomène», de Marie-Hélène Estienne e Peter Brook, numa encenação de Peter Brook, pelo Centre

International de Créations Théâtrales de Paris (França). Como actividades paralelas ao Festival haverá Teatro de Rua, Música na Esplanada, Seminários, Colóquios e Exposições. Informações: Teatro Municipal de Almada (R. Conde de Ferreira, 2800, Almada).

## CINEMA

## Curtas-metragens em Vila do Conde

Inaugura-se na próxima terça-feira 7 e prolongar-se-á até 12 de Julho o importante 6º Festival Internacional de Curtas-metragens de Vila do Conde, cujo tema central é «Sob o Trópico de Câncer». Este festival divide-se em várias secções, entre as quais: «Competição Internacional», com filmes de 26 países

em competição, cerca de 50 obras escolhidas de entre 1100 inscritas; «Competição Nacional» à qual concorrem 14 filmes; «Cinema do Sul», programa temático extra-competição, com obras de África e América Latina; «Europa em Curtas», série de programas de curtas-metragens europeias organizada pela Coordenação

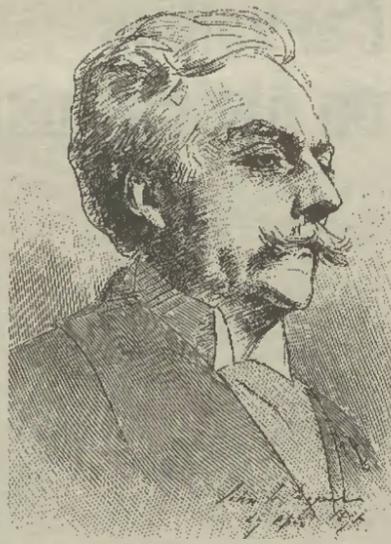
Europeia de Festivais de Cinema; ou uma exposição dedicada à Obra Gráfica de Saul & Elaine Bass, conhecidos pelo seu trabalho na área do *desing* e das artes gráficas e por alguns notáveis genéricos para conhecidos filmes.



## CLÁSSICA

## Festival em Leiria

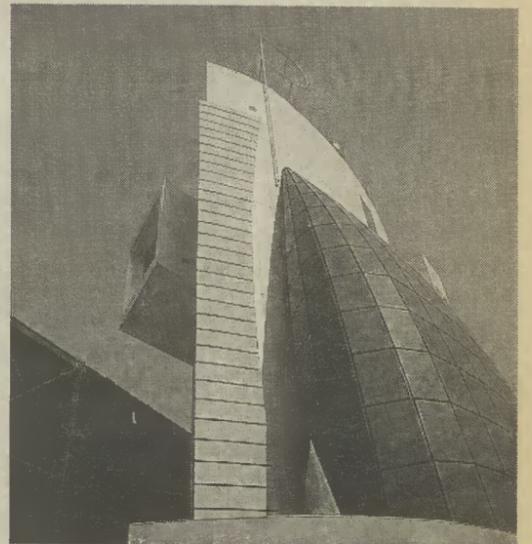
Prossegue até 16 de Julho em Leiria o 16º Festival Música, Água, Mar, que levará àquela cidade um considerável número de concertos e recitais. Para os próximos dias estão marcados os seguintes: dia 2 às 21.45 no Teatro José Lúcio da Silva um recital pelo pianista António Rosado com obras de Debussy, Chopin, Poulenc, Liszt e Ravel; dia 3 às 21.45 no Auditório do Sport Operário Marinense (Marinha Grande) um concerto por um quarteto com Aníbal Lima (violino), Cecília Branco (violino), Alexandra Mendes (viola) e Maria José Falcão (violoncelo), com obras de Vianna da Mota, Mozart e Schubert; dia 4 às 21.45 na Sala dos Reis do Mosteiro de Alcobaça um recital por Charlotte Rylatt (soprano) e Andrea Marques (harpa) com obras de Fauré, Schuman, Marcel Tournier, Francisco de Lacerda, Croner de Vasconcelos, Grieg ou Samuel Barber; dia 6 e dia 7 às 21.45 no Auditório do Orfeão de Leiria o musical «Martin Guerre», com libreto de Alain Bouubil e Stephen Clark e música de Claude-Michel Schoenberg, com a colaboração da Escola de Música e do Coro do Orfeão de Leiria, sob a direcção musical de Alberto Roque.



Gabriel Fauré (1845 / 1924)

## EXPOSIÇÕES

## Arquitectura em Grândola

Pavilhão de Portugal na Feira de Sevilha  
Manuel Graça Dias e Egas José Vieira

Foi inaugurada no passado dia 26 de Junho na Sala de Exposições da Biblioteca Municipal de Grândola uma exposição de arquitectura intitulada «10 Arquitectos / 20 Projectos». Nessa inauguração teve lugar um debate com a participação do Presidente da Câmara Municipal de Grândola, Arq. Fernando Travassos, do Director do Instituto de Arte Contemporânea, pintor Fernando Calhau, e dos arquitectos Gonçalo Byrne, Manuel Aires Mateus e Alberto

Oliveira. A exposição que continua patente ao público, inclui trabalhos de Fernando Távora, José Bernardo Távora, Álvaro Siza Vieira, Alexandre Alves Costa, Sérgio Fernandes, Gonçalo Byrne, Alberto Sousa Oliveira, Júlio Saint-Maurice, João Luís Carrilho da Graça, Eduardo Souto e Moura, Adalberto Dias, Manuel Graça Dias, Egas José Vieira, Manuel Aires Mateus e Francisco Aires Mateus.

## GASTRONOMIA

## Rota das Tabernas

Já começou em 26 de Junho e ainda decorrerá até ao próximo dia 10 do corrente a chamada «Rota das Tabernas», uma iniciativa da Câmara Municipal de Grândola que tem como objectivo «a valorização daquele tipo de estabelecimentos, em paralelo com o desenvolvimento e divulgação da gastronomia regional». Haverá de tudo: cante alentejano, música e acordeão, poesia popular e, ainda, os indispensáveis chispe de coenrada ou os choquinhos de azeite e vinagre entre muitos outros petiscos.

Paralelamente foi lançado o livro «Roteiro das Tabernas Tradicionais do Concelho de Grândola» da autoria de Alfredo Saramago e Paulino Mota Tavares, com ilustrações fotográficas de José Manuel Rodrigues que estão na base de uma exposição patente na Antiga Adega de José Joaquim Espada (R. das Olarias). Se quiser saber quais as tabernas abrangidas por este evento «gastronómico», pode consultar o Gabinete de Desenvolvimento Económico (0694001004). Bom apetite!

## HOMENAGEM

## Lembrando Ramiro Martins

Por proposta dos vereadores eleitos da CDU, a Câmara Municipal da Amadora associa-se ao Concerto de Homenagem a Ramiro Martins, músico, compositor e produtor musical prematuramente desaparecido, tendo ainda considerado o seu nome na toponímia da cidade ou em futuro equipamento municipal dedicado à Música. O concerto terá lugar no dia 11 de Julho, na Sala D. João V (Damaia), com início pelas 15 horas, e nele participarão graciosamente mais de 100 músicos, entre os quais Lena d'Água, Rui Veloso, Carlos Mendes, Tó Leal, Moonspell, Porquinhos da Ilda e Fernando Girão.

## Colectiva de Trabalhadores Municipais de Almada

Como já vai sendo hábito todos os anos, está patente ao público na Oficina da Cultura (Praça S. João Baptista, Almada) uma Exposição Colectiva dos Trabalhadores Municipais de Almada, na qual são mostradas numerosas obras artísticas realizadas por alguns destes trabalhadores. A exposição permanecerá no mesmo local até ao próximo dia 5, de quarta a domingo das 15 às 19 horas e das 20 às 23 horas.

## ÚLTIMAS

# ATALHE DE FOICE Amanhã

Com a vitória tangencial do 'não' no referendo de domingo, o aborto clandestino e o rol de dramas que lhe estão associados foram de novo remetidos para o ventre da hipocrisia que os têm ajudado a crescer. As piedosas intenções dos alegados «defensores da vida», propaladas na campanha, pertencem já ao passado. E se é de prever que a demagogia dos 'populares' pode levar até à AR um qualquer projecto muito humanitário, não é menos previsível que, a exemplo de outras iniciativas, seja dado como tão impraticável que acabe numa gaveta sem fundo, não sem antes ter dado os necessários dividendos mediáticos. Porque o maior desejo dos defensores do 'não' é que o assunto seja rapidamente esquecido e enterrado, com a benção da Igreja e a graça das memórias curtas, e sob a vigilância, distraída embora, do longo braço da 'justiça'.

As reacções dos defensores do 'sim' foram de natural desilusão. Conscientes da importância do que estava em jogo, despertados para a necessidade de envolver a sociedade na luta comum para a dignificação da vida e o respeito pelas dignidade das mulheres, os defensores do 'sim' terão certamente dificuldade em aceitar que o obscurantismo e o desinteresse possam levar a melhor numa causa que é do interesse de todos.

Um olhar desapaixonado sobre o mapa eleitoral mostra um país literalmente cindido em três - o Norte, com a vitória inequívoca do 'não'; o Centro, onde o 'sim' e o 'não' praticamente se equilibram; e o Sul, com a vitória esmagadora do 'sim'. De comum só a abstenção, que falou mais alto que todos os argumentos e que todos os credos, e até mesmo do que todos os papões agitados pelos vendilhões do templo. Muitas podem ser as explicações para tal divisão. Não será difícil encontrar coincidências entre a maior concentração de votos 'não' e a maior implantação dos partidos da direita mais conservadora, de maior influência obscurantista da Igreja católica, de maior exploração, de mais desinformação. Nem da vitória do 'sim' a par da influência dos partidos de esquerda, da débil implantação da Igreja, da grande capacidade reivindicativa, da maior fatia de população esclarecida. Mas como é que isso explica a abstenção?

Que mensagem deram os portugueses ao poder político ao abdicarem assim de um direito que lhes assiste, ao abrirem mão do direito de fazer ouvir a sua voz?

Este silêncio ensurdecedor simbolizado na abstenção exige uma resposta. Porque se a maioria de um povo não acredita que o seu voto pode ser decisivo para mudar o rumo da vida colectiva, então é porque algo está muito mal neste reino da democracia.

Os resultados do referendo foram para muitos uma desilusão. Mas a abstenção, mais ainda do que os próprios resultados, tem de ser o estímulo que fará não baixar os braços numa causa a todos os títulos justa.

Que esta é uma batalha desigual, em que o adversário não olha a meios para atingir os fins, já todos sabemos. As guerras são sempre sujas. Se não houvesse uma parte a fazer jogo sujo, muito provavelmente nem haveria 'guerra'. Nem deste nem de outro tipo. Por isso, a desilusão, compreensível e legítima, não deverá ser mais do que um passageiro estado de espírito. É porque acreditamos na vida que continuamos a lutar. Amanhã é sempre outro dia.

■ Anabela Fino

## Europa e regionalização em referendos A caminho da confusão total

Na segunda-feira, menos de 24 horas depois do referendo ao aborto e quando ainda não eram totalmente conhecidas as razões que levaram a um tão elevado grau de abstenção, a Assembleia da República iniciou um novo processo referendário, aprovando dois projectos de resolução para a realização de consultas populares sobre Regionalização e Europa.

Os textos aprovados são da autoria do PS, tendo, no caso concreto da matéria europeia, resultado, uma vez mais, de negócio firmado à última hora entre o seu líder parlamentar e o dirigente da bancada laranja, Marques Mendes.

No que diz respeito ao referendo das Regiões Administrativas, o projecto de resolução aprovado inclui duas perguntas a colocar aos portugueses. "Concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas?", lê-se, na primeira, dirigida a todos os cidadãos eleitores recenseados em território nacional. Dirigida aos cidadãos eleitores recenseados em cada uma das regiões criadas, a segunda pergunta tem a seguinte redacção: "Concorda com a instituição em concreto

da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?"

A opção por este referendo duplo - em detrimento do referendo regional em que a palavra seria dada às populações ou do «referendo orgânico» em que o processo através das assembleias municipais poderia construir-se de baixo para cima - mereceu fortes críticas da bancada comunista.

Luís Sá, que já se ocupara de demonstrar como as constantes cedências do PS ao PSD abriram "caminho a que a democracia directa entrasse em conflito com a democracia representativa", advertiu para os riscos de através da modalidade escolhida (referendo duplo) o resultado de um referendo nacional, ainda que tangencial, poder "esmagar

vontades regionais, mesmo que largamente maioritárias".

Mas não se ficaram por aqui as críticas do Grupo comunista relativamente a um processo político que considerou "lamentável". Indo ao fundo da questão, Luís Sá admitiu mesmo que o instituto do referendo está a ser desvirtuado pelo PS e PSD, não cumprindo o exercício pleno de cidadania que lhe está associado, em articulação com a democracia representativa e a democracia participativa.

"Em vez de um meio de participação genuína, os referendos começaram por servir como instrumentos para impedir a Assembleia da República de aprovar reformas e abrir as vias para as implementar", acusou Luís Sá.

Quanto ao referendo sobre questões europeias e à hipótese da sua realização em simultâneo com o referendo à regionalização, esse é, para Luís Sá, um cenário "intolerável" e "absurdo".

João Amaral foi mesmo mais longe nas suas críticas invocando o que se passou no referendo ao aborto do passado domingo para observar que se tal objectivo de simultaneidade se concretizar é certo que haverá "confusão total".

"Seriam dois referendos, com três perguntas - alertou -, num

país com altíssimos índices de iliteracia, com um eleitorado a quem não foi explicado devidamente o que é e como funciona o referendo, sem nenhuma experiência, e, ainda por cima, numa altura em que com as férias são baixíssimas as possibilidades de concretizar campanhas eficazes".

Mas se a junção dos referendos, no quadro do que classificou a "política baixinha" celebrada entre o PS e PSD, enferma de uma clara inconstitucionalidade - "viola o princípio de unidade e homogeneidade das matérias sujeitas a referendo, segundo João Amaral" -, o próprio referendo proposto, pelo seu conteúdo, ainda em sua opinião, constitui "uma monstruosidade política e jurídica".

Recorde-se que o projecto de resolução aprovado no Parlamento inclui apenas uma pergunta: "concorda com a continuação da participação de Portugal na construção da União Europeia no quadro do Tratado de Amesterdão?".

Acusando o PS e o PSD de fazerem uma "pergunta manipuladora, capciosa, indutora de uma questão que não está em debate", João Amaral não hesitou em afirmar que "isto não é sério", admitindo mesmo estar-se em presença não de um referendo, mas de um "referaude".

## Carvalhas na África Austral

Partiu ontem para a África do Sul uma delegação do PCP presidida pelo seu Secretário-geral, Carlos Carvalhas, e integrada ainda por Albano Nunes, membro do Secretariado e responsável da Secção Internacional, e Domingos Lopes, membro do Comité Central e da Secção Internacional.

Na sua deslocação, a delegação participará no 10º Congresso do Partido Comunista da África do Sul, entre 1 e 4 de Julho, visitando a seguir a República Popular de Angola.

Carlos Carvalhas é portador de uma mensagem do Presidente da República, Jorge Sampaio, para Nelson Mandela, sobre Xanana Gusmão.

## Concentração dos Cabos Ávila

Os trabalhadores dos Cabos Ávila estiveram ontem de manhã concentrados frente ao Ministério da Economia, onde exigiram a reabertura da empresa, encerrada há sete meses.

Os manifestantes reclamaram ainda do Governo garantias de pagamento das dívidas ao pessoal, que ascendem a cerca de 150 mil contos, correspondentes a quatro meses de salários dos 226 trabalhadores.

Segundo uma nota do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, existem dois grupos interessados em adquirir a empresa que mantém conversações com o Governo, sem que aos representantes dos tra-

balhadores sejam fornecidas informações apesar dos insistentes pedidos nesse sentido.

## Sindicato dos Jornalistas tem nova direcção

Os jornalistas portugueses elegeram anteontem os novos corpos gerentes do seu Sindicato. A lista A, a única que se apresentou a todos os órgãos nacionais, vai assumir os destinos do Sindicato, propondo-se levar a cabo um «combate pela informação livre e digna».

O jornalista João Izidro é o novo presidente da Direcção, que tem como vice-presidentes Acácio Barradas e Alfredo Maia. Diana Andringa fica na presidência da Mesa da Assembleia Geral. À frente do Conselho Deontológico continua Óscar Mascarenhas, mas este órgão conta a partir de agora com a presença de José Peixe, da lista B, dado que aqui os eleitos são apurados pelo método de Hondt.

## Deputada visita Almeirim

A deputada comunista Luísa Mesquita esteve na passada segunda-feira no concelho de Almeirim onde visitou a ETAR de Benfica do Ribatejo, acompanhada de eleitos locais, que chamaram a atenção para os problemas de acesso dos agricultores às terras em resultado da construção da nova ponte e das respectivas vias complementares.

Durante a tarde, a parlamentar ouviu representantes da Cooperativa Agrícola do Riba-

tejo, que se queixam de falta de produtos e protestam contra a redução do subsídio à laranja/indústria de 20 escudos para 12\$60. A condenação da política agrícola comum e a necessidade de políticas que defendam os pequenos agricultores foram notas salientes no encontro.

O programa incluiu ainda a passagem pela escola básica de Almeirim, onde Luísa Mesquita constatou a falta de instalações, pessoal auxiliar com qualificações insuficientes e elevados níveis de insucesso, absentismo e abandono escolar, sinais que reflectem os problemas sociais existentes no concelho.

Na sua visita, a deputada foi acompanhada por Joaquim Carvalho, da organização concelhia do PCP, Amândio Freitas e Ramiro Silva, ambos membros da DORSA do PCP.

